

Atores e interesses que articulam as transformações sócio-espaciais de uma localidade caiçara: o caso de Pouso da Cajaíba no litoral sul-fluminense.

“Como o Futuro não é único, mas deve ser escolhido, são as ciências sociais que se tornam as ciências de base para a construção voluntária da história.”
Milton Santos

“O conhecimento do mundo social e, mais precisamente, as categorias que o tornam possível, são o que está, por excelência, em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo” Bourdieu



(Imagem de Satélite: NASA)

Autor: Henrique Campos Moreira Rosa

UFRRJ – CPDA

Dissertação de mestrado:

**Atores e interesses que articulam as transformações sócio-espaciais de
uma localidade caiçara: o caso de Pouso da Cajaíba no litoral sul-
fluminense.**

Autor: Henrique Campos Moreira Rosa

Orientador: Prof. Jorge O. Romano

Nota:

Rio de Janeiro, agosto de 2005.

Membros da Banca Examinadora:

Nelson Delgado (presidente)

Antônio Carlos Robert de Moraes

John Cunha Comerford

Dedicatória

Este trabalho é dedicado às seguintes pessoas:

Aos amigos do CPDA-UFRRJ, que me permitiram desenvolver uma leitura mais complexa sobre o mundo.

Aos eternos amigos do MOVIMENTO GEOMATA, que participaram de todos os momentos de minha vida acadêmica e pessoal, desde que entrei na faculdade em 1994.

À minha família, em especial a minha mãe.

Às pessoas que tiveram paciência e me ajudaram a editar o texto final, meu pai e minha namorada.

A todos aqueles que acreditam que a sociedade deve ser pensada e analisada com o propósito de construir um mundo com maior justiça social e melhor qualidade de vida.

Em especial, aos habitantes de Pouso da Cajaíba.

Resumo

Este trabalho visa relacionar a problemática da integração de uma localidade caiçara, habitante de um refúgio de mata atlântica no município de Paraty, ao conjunto de novos interesses e processos que estão alterando a organização sócio-espacial do litoral brasileiro, tais como o aumento do turismo, a desestruturação de atividades tradicionais, a demarcação de unidades de conservação e o desenvolvimento do meio técnico científico informacional. Os interesses e processos em questão serão analisados a partir das políticas públicas em suas relações com os atores locais. Parte-se da perspectiva de como uma comunidade pesqueira e extrativista -que apresenta grande interdependência com o meio ambiente local - reage, resiste e se modifica diante destes processos. Posteriormente, busca-se compreender como os agentes externos percebem a localidade de Pouso da Cajaíba.

Sumário:

1- Introdução	7
1.1 – Desenvolvimento do Objeto de Pesquisa	7
1.2- Desenvolvimento da Pesquisa.....	11
2 - Embasamento Teórico.....	18
2.1- Um Debate Sobre a Noção de Localidade	18
A localidade enquanto uma instância de análise que permite integrar os objetos espaciais e as ações sociais.....	18
A construção interna da localidade se faz a partir de suas relações com o exterior	19
A Importância do Sistema de Objetos Espaciais para a Identidade da Localidade	20
A Localidade Enquanto um Campo Onde o Capital Social Pode Ser Pensado de Forma Coletiva	24
2.2 - A proposta de abordagem sobre a localidade.....	26
A escolha da noção “localidade”	26
A localidade enquanto um instrumento de integração local e objeto de luta social	27
2.3 As Políticas Públicas Litorâneas e o Uso da Escala Local	31
A Evolução das Políticas de Planejamento e Gestão das Áreas Litorâneas	31
Os Municípios – Possibilidades de utilização da Noção de Localidade.....	32
3 – A Localidade de Pouso da Cajaíba	34
3.1 introdução	34
Principais origens da Localidade de Pouso da Cajaíba	36
3.2 Pouso da Cajaíba: uma Comunidade Caiçara.....	39
3.3 Particularidades de Pouso da Cajaíba: como reconhecer os princípios de sociabilidade local	41
3.4 As relações sócio-espaciais: origens das particularidades locais (os sistemas de objetos e os sistemas de ações).....	45
3.5 – Particularidades sociais em Pouso da Cajaíba.....	52
3.6 – Formas de sociabilidade da Localidade: solidariedades e divergências.....	57
3.7 Formas de Organização Interna e Pressões Externas	62
3.8 – A Localidade de Pouso da Cajaíba e as principais transformações sócio- espaciais.....	65
3.9 As possibilidades de organização da localidade.....	75
4. Políticas e Instituições Públicas em suas relações com Pouso da Cajaíba	78
4.1- Políticas Públicas e o uso da escala local - introdução	78
4.2- Formas de atuação das Instituições Públicas em Pouso da Cajaíba.....	85
A Emergência de Novos Mediadores para o Desenvolvimento Local.....	93
4.3 - Possibilidades de Utilização da noção de Localidade nas Políticas públicas	95
A localidade como uma unidade sócio-espacial para receber financiamentos articulados com as Políticas Públicas Ambientais.....	95
A Localidade como um instrumento de estímulo a participação local e ao empoderamento	98
5 Conclusões.....	101
Bibliografia.....	111

1- Introdução

1.1 – Desenvolvimento do Objeto de Pesquisa

No litoral sudeste, entre os dois principais centros metropolitanos do país, no município de Paraty, existe uma península constituída por um relevo montanhoso recoberto por exuberante mata atlântica, onde se encontra a Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu. Dentro desta APA encontra-se a Reserva Ecológica da Juatinga, onde está situada a localidade caiçara de Pouso da Cajaíba (com cerca de 280 habitantes). O acesso à localidade só pode ser feito através da navegação, pois não existem estradas interligando Paraty à enseada onde se localiza Pouso.

O modo de vida local apresenta características bem singulares nas relações entre a sociedade e seu espaço. A emergência de novos atores e interesses sobre este território está alterando profundamente os rumos destas relações e da própria trajetória social dos habitantes locais. O turismo está se desenvolvendo rapidamente, provocando diversas mudanças nas relações de trabalho e na realidade espacial (fundiária, por exemplo), assim como a delimitação de unidades de conservação também influencia no modo de vida local, tradicionalmente baseado na pesca e na agricultura de subsistência. Novas redes sociais vêm se formando junto aos nativos, intensificando suas relações com agentes externos que possuem os mais variados interesses sobre a localidade de Pouso da Cajaíba.

Os exemplos de ocupação e exploração das áreas turísticas do litoral brasileiro mostram que esta atividade é normalmente implantada de fora para dentro, com o capital externo se apropriando de terrenos estratégicos, construindo o equipamento turístico e canalizando os principais lucros, deixando para a população nativa pequenos benefícios em comparação à desestruturação da vida local imposta pela nova atividade. De acordo com Becker (1996) “na zona costeira nós encontramos, efetivamente, a transição entre dois padrões de desenvolvimento: o padrão desenvolvimentista no sentido de desenvolver a qualquer preço, rápido, desenfreado, e já também uma tentativa de se ordenar, de regular, disciplinar o uso do território”.

Atualmente, localidades como Pouso da Cajaíba despertam interesses políticos, acadêmicos e de ativistas sociais, a partir das mais diferentes escalas geográficas. Diversas ONGs ambientalistas e de causas sociais poderiam criar estratégias de atuação na localidade, com o objetivo de promover o “desenvolvimento local sustentável”. A

criação das unidades de conservação demonstra que as principais preocupações políticas
bre a região possuem interesses conservacionistas. É interessante observar que
que haja a elaboração de um
estudo

diversos outros
trabalh

undo, justificando-se pela necessidade de promoção do chamado
“desen

icas e sociais que

dos grupos locais. Pode-se dizer que diversas ações externas estão se materializando no espaço de pequenas localidades em forma de objetos e de novas ações por parte de grupos sociais locais.

Procurar os interesses que orientam as ações² de planejamento ambiental-territorial que se materializam em forma de Unidades de Conservação e financiamento a projetos de agricultura ecológica ou de inclusão digital, por exemplo, nos leva a refletir sobre as diferentes escalas de análise geográfica envolvidas: local, regional, nacional e global. A Eco-92 no Rio de Janeiro serve como exemplo para mostrar que ONGs, governos de diferentes países e instituições internacionais, como OCDE, Banco Mundial e G7(8), estão interessadas e participam das políticas de planejamento ambiental elaboradas pelos governos nacionais, estaduais e municipais. Pode-se perceber que algumas propostas de intervenção espacial, oriundas de agentes que atuam na escala internacional, estão se naturalizando como solução para os problemas sócio-ambientais a partir de algumas políticas públicas, bem como pelas ações de algumas ONGs. Fica claro, antes mesmo de iniciar o debate sobre quais seriam os múltiplos interesses por trás da construção de novas realidades sócio-espaciais, que tais interesses são muito variados, já que são muito diversos os atores internacionais e nacionais que participam destes processos.

Se de um lado as ações relacionadas às políticas ambientais apresentam origem nacional e global, os objetos criados por estas políticas passam a alterar profundamente as pequenas comunidades em escala local. O próprio lema ambientalista “pense globalmente, aja localmente” é uma pista para observar como as relações entre o local e o global se intensificaram, criando assim novos mediadores para as relações entre os interesses dos atores internos de pequenas localidades e os interesses de atores externos sobre as pequenas localidades.

Com ou sem a elaboração de políticas ambientais, públicas ou não, a complexidade de interesses em torno de uma pequena localidade, que apresenta uma grande oferta de recursos naturais e um relativo isolamento em relação ao espaço urbano, está sendo alterada pela ação de diferentes atores externos e internos com uma velocidade cada vez maior. Isto decorre das características das redes que formam a atual sociedade técnico científica informacional - que facilitam o fluxo de informações,

² De acordo com Santos (2002), os objetos não podem ser separados das ações, o que cria a constante necessidade de relacionar os objetos espaciais com as ações e interesses que os constroem, bem como com as influências que estes objetos e ações criam e recriam nos grupos sociais.

pessoas e interesses pelo espaço. Desta forma, analisar e criticar o relacionamento entre os diversos grupos de atores que possuem interesses sobre uma pequena localidade torna-se ainda mais complexo e importante.

Por acreditar que é na escala local que os objetos espaciais ganham verdadeiramente vida social e as ações sociais ganham sentido particular, este trabalho pretende apontar a noção de localidade como uma importante base para analisar a percepção e o conjunto de ações (suas possibilidades e limites) que os atores locais apresentam na construção da realidade sócio-espacial local, diante da intensificação das relações que têm se estabelecido entre o conjunto de interesses oriundos da localidade e o conjunto externo de interesses sobre a localidade.

Desde 1994, ano em que iniciei minha graduação em geografia, freqüento a enseada da Cajaíba. Durante este período houve uma grande alteração na paisagem e no modo de vida em Pouso da Cajaíba e nas comunidades em torno; em cada nova visita à região, percebia alterações que nem sempre indicavam uma melhora na qualidade de vida local. Durante a minha formação acadêmica, procurei cursar matérias ligadas às áreas litorâneas, bem como busquei estudar pesquisas e projetos sobre o tema Desenvolvimento. Assim o presente tema de pesquisa amadureceu naturalmente com tempo.

Nos últimos anos, a produção de dados sobre a região litorânea vem crescendo proporcionalmente ao número de projetos que vêm sendo elaborados para geri-la e planejá-la. Este trabalho se propõe a contribuir com este processo, de um lado observando as relações entre sociedade e meio ambiente na localidade de Pouso da Cajaíba, e, de outro lado, discutindo como estas relações vêm evoluindo através do tempo, principalmente nos últimos anos, a partir da intensificação de ações de atores externos, públicos ou não, que foram se processando na localidade e envolvendo diversos atores internos.

De um ponto de vista mais subjetivo, acredito que a localidade de Pouso da Cajaíba se desenvolveu a partir de uma relação entre sociedade e natureza que merece ser estudada e compreendida, para que as intervenções propostas para esta localidade (e outras que apresentem características semelhantes) respeitem a realidade anterior e possam promover a melhoria das condições de vida local aproveitando as características culturais (sócio-espaciais) da comunidade do lugar.

Este trabalho pretende analisar as transformações sócio-espaciais que vêm acontecendo na comunidade caiçara de Pouso da Cajaíba, no litoral sul-fluminense (município de Paraty), a partir de alterações nas suas atividades tradicionais (pesca, extrativismo e agricultura de subsistência) e da emergência de novas atividades (turismo e preservação de serviços ambientais).

Para tanto, desenvolveu-se um debate sobre a noção de localidade, que visou facilitar a compreensão sobre os processos que envolvem a realidade física (sistema de objetos) e social (sistema de ações) de Pouso da Cajaíba. Em torno desta noção buscou-se identificar o conjunto de interesses e agentes, internos e externos, que vem influenciando o desenvolvimento social local.

A pergunta central do trabalho é: como os grupos sociais de Pouso da Cajaíba, uma localidade que se destaca pelo relativo isolamento do mundo urbano e técnico-científico, assim como pela aparente harmonia com que convive com a floresta tropical local, percebem e reagem às transformações técnicas, econômicas e políticas que vêm acontecendo a partir de ações nas escalas local, regional, nacional e global?

1.2- Desenvolvimento da Pesquisa

Este trabalho desenvolveu-se em torno de uma abordagem interpretativa, pois pretende destacar a importância do reconhecimento por parte dos agentes externos, que participam do desenvolvimento local, sobre a complexa percepção interna que os agentes locais possuem a respeito de sua própria realidade. Como aponta Alencar:

“Embora a abordagem interpretativa reconheça a importância da perspectiva externa para produzir conhecimento sobre a vida social, sua orientação fundamental assenta-se na perspectiva interna, a qual enfatiza a habilidade do ser humano de compreender e entender os outros através da reconstrução das definições que estes fazem das situações em que desenvolvem suas ações. Em outros termos, sendo o homem um manipulador de símbolos, ele somente será entendido pela percepção e compreensão dos símbolos que são por ele manipulados.”
(Alencar, E.2000 pág 85)

Dentro de uma abordagem interpretativa, as metodologias utilizadas para realização deste trabalho foram:

- a) observação (podendo ser participante ou não).
- b) roteiro de entrevistas.
- c) recuperação da história de vida da localidade.
- d) pesquisa documental.

A parte de pesquisa de campo foi dividida em dois focos diferentes: a pesquisa junto aos moradores de Pouso da Cajaíba e a pesquisa junto às instituições responsáveis pelas Unidades de Conservação e pelas políticas ambientais municipais.

O processo para elaboração de questionamentos e hipóteses não se concluiu completamente e nem poderia sê-lo, já que este trabalho desenvolveu-se dentro de uma perspectiva interpretativa de análise e a elaboração de seus questionamentos fez-se dentro de uma seqüência circular, com o surgimento de novos questionamentos conforme o desenvolvimento da pesquisa.

A hipótese preliminar elaborada ainda na fase de projeto de pesquisa foi: as pequenas localidades do litoral sul-fluminense, como Pouso da Cajaíba, estão tendo profundas dificuldades em participar de decisões políticas e econômicas que alteram sua própria realidade sócio-espacial. Portanto, seus modos de vida são alterados profundamente sem que haja uma percepção clara, tanto dos agentes internos quanto dos externos, em relação às conseqüências deste fato para as pequenas comunidades locais.

Com as primeiras visitas de campo e as seguidas conversas com o orientador, os propósitos da pesquisa passaram a se concentrar em três pontos principais:

- Primeiro, perceber como e até que ponto a localidade de Pouso da Cajaíba se pensa (e pode ser pensada) como uma unidade sócio-espacial, destacando principalmente os aspectos da inter-relação entre seus habitantes, sua paisagem e seu território que contribuem para isto.
- Segundo, mostrar até que ponto a localidade de Pouso da Cajaíba é reconhecida como uma unidade sócio-espacial pelas instituições que tem atuação em seu território, tais como o IEF (Instituto Estadual de Floresta), o IBAMA e a prefeitura de Paraty.
- Terceiro, identificar as dificuldades que os agentes internos têm para se organizar e se perceber como um conjunto nas suas relações com os agentes externos.

Para organizar estes pontos, os questionamentos foram surgindo da seguinte forma:

Primeiro: a emergência de redes mais complexas, assim como a decadência de formas tradicionais de reprodução da comunidade local, pode produzir novos interesses dentro da própria localidade que venham a estimular profundas transformações sociais, econômicas e culturais.

A idéia inicial foi compreender a existência de uma identidade local baseada em maneiras comuns de socialização dos habitantes com o meio ambiente que os cerca, bem como identificar os elementos centrais que integram a comunidade em torno de hábitos e costumes comuns, a partir de um histórico sobre a sua trajetória social. Porém, desde os primeiros momentos da pesquisa, o que se destacou foi o intenso e constante processo de mudança nas formas de socialização interna. A partir disto, identificaram-se os principais processos responsáveis por essas mudanças.

Portanto, a pesquisa iniciou-se com a elaboração de questionamentos sobre as formas de organização interna da comunidade e acabou se concentrando nos questionamentos em torno das alterações econômicas e sociais que a localidade vem enfrentando nos últimos anos.

Diversos questionamentos sobre as relações entre a pesca e as alterações que vêm se processando na localidade surgiram, tais como: a pesca continua sendo a atividade econômica mais importante da comunidade? Ou, a pesca está perdendo o status de principal atividade responsável pela reprodução da sustentabilidade da comunidade de Pouso da Cajaíba para o turismo? Ou ainda, qual o nível de renovação da força de trabalho na pesca por parte das novas gerações nascidas na região?

As outras atividades tradicionais, como o extrativismo vegetal e a agricultura de subsistência, também foram abordadas inicialmente, procurando compreender sua importância para a sustentabilidade da localidade e as implicações e conflitos que a legislação ambiental trouxe para o desenvolvimento destas atividades. Posteriormente, tentou-se identificar até que ponto a entrada de produtos externos e sua comercialização contribuíram para a organização econômica e social da comunidade, diminuindo a importância das atividades tradicionais.

Em relação à evolução da atividade turística, procurou-se compreender os impactos que tal atividade cria para a identidade e as estruturas socioeconômica e espacial da comunidade. Para tanto, buscou-se reconhecer: os principais meios de

acesso utilizados pelos turistas; os principais hábitos e ambientes freqüentados por eles; os fatores que têm gerado o crescimento desta atividade; a influência econômica do turismo; o percentual de moradores envolvidos nesta atividade e, principalmente, a percepção que os moradores locais têm sobre o turismo e os turistas. Com o tempo, percebeu-se que além da grande influência cultural, o turismo exerce grande especulação fundiária e imobiliária na localidade. A partir desta conclusão, foram realizadas pesquisas para identificar as formas como se desenvolve esta especulação e a construção civil dela decorrente.

Com base no amadurecimento dessas idéias e da realização de algumas atividades de campo, concluiu-se que a pesquisa junto aos moradores locais deveria ser feita a partir de entrevistas em torno de um roteiro previamente elaborado (Anexo IA), tendo como objetivos centrais:

- 1º reconhecer os principais aspectos sociais, espaciais e históricos que representam a identidade coletiva da localidade.
- 2º identificar as principais formas de organização social e de sustentabilidade econômica da localidade.
- 3º reconhecer possíveis alterações que estejam acontecendo no modo de vida da localidade a partir dos seguintes processos: demarcação de unidades de conservação no seu território, busca de empregos na pesca fora da comunidade e aumento no fluxo de turistas.
- 4º compreender as perspectivas que os moradores locais têm em relação ao seu futuro e ao futuro da localidade de Pouso da Cajaíba.

Segundo: existe um grande interesse de atores externos pela localidade, devido à sua paisagem e seus recursos espaciais, manifestado pela crescente pressão internacional para a preservação do patrimônio ambiental litorâneo e pela expansão de atividades mercantis a partir dos grandes centros nacionais e internacionais, que estão alterando profundamente a realidade sócio-espacial de Pouso da Cajaíba.

Para se reconhecer os interesses e os agentes externos que vêm atuando junto à localidade, procurou-se identificar como os moradores locais percebiam estes agentes e quais as implicações que suas ações traziam para a localidade.

Inicialmente, buscou-se avaliar a importância do meio ambiente para a população local, partindo da hipótese de que a preservação ambiental é fundamental para as principais atividades econômicas geradoras de renda ou de subsistência. Porém,

a limitação no manejo ambiental imposta pelas novas legislações (principalmente a partir da criação da REJ – Reserva Ecológica da Juatinga) pode estar alterando justamente a sustentabilidade da comunidade em suas relações com os recursos naturais. A partir disto, a pesquisa procurou compreender quem eram os principais agentes externos que participavam da regulação das atividades locais e quais eram os grupos locais mais afetados. Para tanto, foi necessário identificar: os principais impactos ambientais gerados pelo extrativismo e pela agricultura; as formas como a fiscalização e a legislação ambiental incidem sobre a área e suas conseqüências para as atividades tradicionais; as formas de atuação das instituições responsáveis pelas unidades de conservação presentes na área; como a população encara a preservação ambiental e se articula para isto.

A pesquisa acabou se concentrando muito mais na identificação dos projetos, públicos ou privados, que estão em andamento na localidade, procurando identificar os interesses dos agentes externos e as formas de articulação entre os agentes externos e internos. Com o desenvolvimento da pesquisa, foram identificados diversos outros agentes externos envolvidos em projetos de desenvolvimento local além das instituições públicas.

Por fim, a pesquisa de campo se realizou junto ao IBAMA e ao IEF, a partir da elaboração de um roteiro de entrevistas (Anexo IB) tendo por meta identificar:

- 1º os principais objetivos destas instituições sobre a localidade de Pouso da Cajaíba.
- 2º as principais ações destas instituições sobre a localidade de Pouso da Cajaíba.
- 3º a percepção destas instituições sobre a localidade de Pouso da Cajaíba.
- 4º a percepção e os principais interesses destas instituições em relação ao crescimento do turismo na região.
- 5º o que estas instituições sabem sobre a realidade do dia a dia da localidade de Pouso da Cajaíba.

O roteiro utilizado nas entrevistas junto aos responsáveis pelas políticas ambientais municipais, apresentou os seguintes objetivos:

- 1º Identificar as principais políticas ambientais municipais em relação à localidade de Pouso da Cajaíba.
- 2º Identificar as principais políticas de turismo municipais em relação à localidade de Pouso da Cajaíba.

3º Reconhecer as principais ações e os principais projetos do poder municipal junto à localidade de Pouso da Cajaíba.

Terceiro: existem alguns problemas internos na localidade de Pouso da Cajaíba, tais como rivalidades familiares e territoriais, e diferentes redes de relações com o exterior, que dificultam a integração da comunidade em torno de objetivos comuns.

Ao iniciar a pesquisa ainda havia uma idéia romântica de que os habitantes da localidade conviviam em uma excelente harmonia, desenvolvendo formas de cooperação inerentes ao seu convívio sócio-espacial. Esta idéia foi se diluindo já na leitura de alguns textos e nas conversas com o orientador e outros professores. Porém, foi ao iniciar a pesquisa que se percebeu que a realidade era bem diferente. A comunidade em questão não apresentava uma harmonia social, mas sim uma situação de conflito. Os conflitos eram de natureza territorial, envolvendo a disputa por terras e por recursos. Além disso, havia uma rivalidade entre as famílias, que se refletia na forma de organização da comunidade. A comunidade era dividida em dois grupos, cada um com seus próprios interesses e objetivos. Isso dificultava a integração da comunidade em torno de objetivos comuns. A situação era muito diferente do que se imaginava inicialmente.

com destaque para a permanência durante 15 dias no inverno de 2004 e durante 20 dias no verão de 2005. Com o levantamento deste material, foi elaborado um capítulo sobre a Localidade de Pouso da Cajaíba, destacando não só os elementos de coesão, mas também de disputa interna, e suas formas de organização política.

Na segunda parte da pesquisa, em Paraty, visitas foram feitas às seguintes instituições: IEF, IBAMA e Secretaria Municipal de Meio Ambiente. As entrevistas acabaram sendo mais reduzidas do que pareceu ser necessário anteriormente, devido a motivos que serão assinalados no decorrer do trabalho. A partir destas entrevistas, surgiu a necessidade de pesquisar mais sobre as políticas públicas para a região, o que levou a um novo trabalho de levantamento bibliográfico que acabou resultando em um capítulo sobre as políticas públicas que incidem sobre Pouso da Cajaíba e as formas de articulação local.

Por fim, foram apresentadas conclusões a respeito das condições em que vêm se apresentando os processos de transformação sócio-espaciais nas pequenas localidades caiçaras dentro de áreas de conservação ambiental e a possibilidade de fortalecer o uso da escala local por parte dos planejadores e gestores durante a execução do seu trabalho.

2 - Embasamento Teórico

“As duas categorias, objeto e ação, materialidade e evento, devem ser tratadas unitariamente. Os eventos, as ações não se geografizam indiferentemente. Há, em cada momento uma relação entre o valor da ação e o valor do lugar onde ela se realiza; sem isso, todos os lugares teriam o mesmo valor de uso e o mesmo valor de troca, valores que não seriam afetados pelo movimento da história.”

Milton Santos

2.1- Um Debate Sobre a Noção de Localidade

A localidade enquanto uma instância de análise que permite integrar os objetos espaciais e as ações sociais.

A noção de localidade está de uma forma geral ligada à delimitação e localização de uma realidade espacial, ou melhor, à identificação espacial de um grupo social. Por vezes, no discurso geográfico, a noção de localidade ganha mais complexidade no sentido de apresentar uma maior inter-relação entre as características espaciais e culturais, enquanto que na sociologia as características espaciais são normalmente pouco relevantes para a configuração social e cultural dos lugares. Isto se deve, em parte, ao processo de separação e consolidação das diferentes escolas acadêmicas do final do século XIX e início do século XX, quando a sociologia passou a identificar o plano espacial como pouco importante e secundário na formação das comunidades, enquanto que a geografia, sim, trataria de investigar as diferenças naturais que existem no planeta e as diferentes potencialidades que isto poderia representar para os grupos sociais.

Formulações como as de Ratzel, em sua obra *Anthropogeographie* (1882-91), que procuravam mostrar a interdependência entre a sociedade e a natureza, foram duramente criticadas pela sociologia³, principalmente a partir das formulações sobre a morfologia social propostas por Mauss. Para Mauss, a influência do solo (com o sentido de mostrar as condições naturais) seria secundária na formação e organização dos grupos sociais: “longe de ser o fato essencial para atrair quase que exclusivamente o

³ - Dentro da então em formação academia geográfica os trabalhos de Ratzel também foram duramente criticados como sendo deterministas, estas críticas partiram principalmente da escola francesa com Vidal de La Blache, que viria formular a corrente da geografia possibilista.

olhar, a situação propriamente geográfica constitui apenas uma das condições das quais depende a forma material dos agrupamentos humanos” (Mauss, 1974, p.241).

No início do século XX houve uma profunda fragmentação das ciências (cada ciência buscando justificar a existência dos seus objetos de estudo), criando especializações que dificultavam uma visão mais abrangente da realidade sócio-espacial e ambiental. Contudo, o discurso científico do final do século XX e início do XXI passou a valorizar o conhecimento interdisciplinar, ou ainda, o conhecimento transdisciplinar, principalmente em relação ao tema ambiental. Com isto, a idéia de localidade (enquanto um lugar identificável culturalmente e espacialmente) que pretende ser debatida no presente trabalho apontando a interdependência entre os objetos espaciais e os sistemas de ações sociais, torna-se relevante para o debate científico.

A construção interna da localidade se faz a partir de suas relações com o exterior

O conceito de lugar tem sido muito debatido, tanto pelo discurso geográfico quanto pelo discurso antropológico. Para a geografia humanística (com base fenomenológica) é o sentido comum de tempo e de ritual que cria a longo prazo o sentido de lugar e de comunidade. Para Relph (1980), o lugar seria um centro de significações insubstituível para a fundação de nossa identidade como indivíduos e como membros de uma comunidade, associando-se ao conceito de lar (home place). Para Auge (1994, p.51) “Reservamos o termo *lugar antropológico* àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela destina um lugar. (...) o lugar antropológico é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa”.

O texto ‘A Produção da Localidade’ de APPADURAI (1995), estimulou muito o presente esforço de se pensar a noção de localidade. Pois, se de um lado a corrente fenomenológica busca compreender o lugar como algo formado pela vivência de um grupo com seu espaço, por outro lado o texto de Appadurai permite fazer uma relação entre esta abordagem e uma abordagem mais analítica e relacional, já que a localidade também se constrói nas suas relações com o exterior. Para ele são justamente essas relações que contribuem de forma decisiva para a formação do sentimento de identidade

local, e deixam evidente que a localidade não é sólida dentro de um território fechado: pelo contrário, ela é o que é devido às suas relações com o exterior.

De acordo com Appadurai (p.215) a *localidade* se forma de maneira relacional a partir de experiências com elementos históricos e sociais maiores que os fenômenos locais, que ele definiu como *vizinhança*⁴. Para Appadurai (1995, p.213) a criação da localidade, enquanto “uma estrutura de sentimento, uma propriedade da vida social e uma ideologia de comunidade estabelecida” faz parte de uma luta entre: 1- o aumento constante dos esforços do moderno estado-nação para definir todas as vizinhanças sob o cartaz de suas formas de submissão e aflição, 2- a crescente desconexão entre território, subjetividade e movimento social coletivo. 3- a erosão constante dos relacionamentos, principalmente devido à força e à forma da mediação eletrônica entre vizinhanças espaciais e virtuais.

Sendo assim, a localidade pode ser reconhecida como um símbolo da identidade coletiva por parte de seus moradores. Mas é fundamental reconhecer que esta identidade não é cristalizada e tanto os processos históricos quanto os atuais projetos de gestão, planejamento e “desenvolvimento local” são responsáveis pela constante reconstrução desta identidade.

A Importância do Sistema de Objetos Espaciais para a Identidade da Localidade

Para Santos (2002), a racionalidade que se exerce sobre os lugares não acontece somente sobre o espaço social pensado pelos sociólogos, pois a racionalidade não pode ser exercida sem a materialidade. A idéia de compreender a influência dos objetos materiais não se restringe aos elementos naturais. Ou seja, as ações se constroem sobre objetos e a identidade social de uma localidade também deve ser pensada a partir dos objetos construídos baseados nas técnicas. Quanto maior for a quantidade de elementos técnico- científicos informacionais⁵ numa localidade maiores serão suas formas e possibilidades de integração com outras localidades. No atual mundo da globalização, os elementos técnico- científicos informacionais se propagam pelo território com grande

⁴ Ao diferenciar localidade de vizinhança, Appadurai se aproxima da dicotomia indicada por Milton Santos entre sistemas de objetos e sistemas de ações, fixos e fluxos, configuração social e relações sociais. Appadurai exemplifica esta dicotomia (entre localidade e vizinhança) a partir das relações entre texto e contexto, paisagens etnográficas e mundos habitados.

⁵ Este conceito é utilizado aqui a partir da definição do geógrafo Milton Santos (2002, p.238) de que existe uma profunda união entre ciência e técnica sob a égide do mercado e que no período atual “os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças a extrema intencionalidade de sua produção e sua localização eles já surgem como informação”.

velocidade. Isto altera profundamente o relacionamento local com o exterior, principalmente quanto aos mediadores desta relação. Porém, em diversas realidades locais ainda é possível perceber a existência de ritmos e hábitos próprios bem particulares.

Maria de Freitas Campos elaborou em sua tese de mestrado no CPDA/UFRRJ em 1992 um trabalho com paralelos muito interessantes a esta idéia. Sua tese procurou analisar as alterações que a comunidade de Tarituba (também no litoral sul-fluminense) sofreu devido à construção da BR-101 e ao crescimento do turismo. Isto se fez através de um rico levantamento teórico que permitiu reconstruir a trajetória social da comunidade a partir da percepção dos seus próprios moradores. Ela procurou identificar como as formas com as quais os moradores locais percebiam seu espaço e tempo foram sendo alteradas por processos de desenvolvimento regional que se processaram de fora para dentro. O trabalho mostra como é importante reconhecer que as formas com as quais estes moradores reagiram às transformações em curso no seu território estavam diretamente ligadas ao seu modo de vida (sua percepção) anterior.

A noção de localidade pode ser pensada a partir dos ritmos e hábitos particulares que a comunidade estabelece com seu território ao longo do tempo. O trabalho de Pritchard sobre os Nuer é interessante neste sentido; suas definições de tempo ecológico e tempo estrutural ajudam a compreender parte das relações entre a sociedade e a natureza local, apontando como grupos sociais apresentam uma percepção sobre tempo e espaço particular, que muitas vezes é difícil de ser percebida por quem está de fora.

Dentro da geografia contemporânea encontramos algumas visões que individualizam a localidade mesmo diante da modernidade atual que vem tornando os lugares cada vez mais interdependentes. “A realidade do mundo moderno reproduz-se em diferentes níveis, no lugar encontramos as mesmas determinações da totalidade sem com isso eliminar-se as particularidades, pois cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos da vida, os modos de apropriação expressando sua função social, seus projetos e desejos” (CARLOS 1996, p. 17). O lugar surge como produto de uma ambigüidade que se estende a todas as relações sociais que envolvem o homem e o meio – é o singular (o fragmentado) e é também o global (universal) que o determinam (SANTOS, 1996). Portanto, acredita-se que por mais que os locais apresentem semelhanças entre si nunca serão iguais, não só devido às diferenças físicas, mas principalmente pelo fato de haver uma memória coletiva, bem como uma percepção interna e externa sobre o próprio espaço que criam sempre localidades diferentes.

A análise weberiana sobre comunidades também pode ser importante para ajudar a compreender a definição de localidade pretendida aqui, se considerarmos que os elementos que dão coesão social às comunidades, seus rituais de culto, as regras de filiação e controle social também servem para compreender a localidade. São diversas as possibilidades para se pensar os elementos que dão coesão a uma localidade, tais como a história comum, os rituais religiosos e as relações de parentesco. Porém, o presente debate não pretende mostrar a localidade como tendo o mesmo sentido de comunidade, mas sim, ser feito a partir das relações entre o grupo social e seu espaço, ou seja, analisar a importância do espaço como um elemento fundamental de coesão social.

Recorrendo ao artifício de pensar uma localidade enquanto um tipo ideal, pode-se encontrar alguns bons resultados. O caso que será apresentado no próximo capítulo poderia servir como um bom exemplo. Ao recortar uma localidade específica, como Pousos da Cajaíba – uma pequena praia habitada por cerca de 280 caiçaras no litoral sul-fluminense- nota-se o quanto seria interessante a abordagem weberiana de tipos ideais de “relação comunitária e de relação associativa em seus aspectos econômicos”. Principalmente, dentro da lógica de uma comunidade de vizinhança passando a se comportar como uma comunidade econômica “A comunidade de vizinhança pode representar uma ação comunitária amorfa e fluída no círculo de seus participantes, portanto aberta e intermitente. Somente procura estabelecer limites fixos em sua extensão quando existe uma relação associativa “fechada”, o que ocorre regularmente quando a vizinhança se transforma como uma comunidade econômica ou reguladora da economia dos participantes. Isto é feito, ..., por motivos econômicos, por exemplo, quando a exploração de pastos e bosques, devido a escassez, é regulada de modo cooperativista” (Weber, 1983, p.248). Portanto as relações entre a sociedade e seu espaço podem ser fundamentais para que se reconheça os limites e a identidade de grupos sociais, pensados então como uma localidade.

Sendo a localidade pensada a partir das relações entre grupo local e espaço local, a defesa e o reconhecimento dos recursos espaciais (naturais ou técnicos) passa a ser um campo de lutas político. Para Simmel a associação de hábitos cria o mundo social, formado numa pequena escala pelos costumes e as tradições locais, que por outro lado, são dependentes de uma escala maior que se impõem pela lei e definição de direitos e deveres. Desse modo, a localidade está sujeita a um jogo político complexo. Por exemplo, as unidades de conservação definidas nas montanhas e enseadas da Ponta da

Juatinga (litoral sul-fluminense), interferiram nos costumes tradicionais da localidade Pouso da Cajaíba (pequena comunidade caiçara), alterando modos de vida e ampliando problemas de sustentabilidade da comunidade local. Percebe-se que este novo objeto espacial (unidade de conservação) surgiu de maneira independente da vontade dos grupos sociais locais, porém, a reflexão sobre esta situação pode estimular uma melhor organização política da comunidade.

Ao se observar que boa parte das políticas ambientais está relacionada exclusivamente à conservação dos recursos naturais, pode-se fazer uma retomada às origens da geografia humana acadêmica nos estudos de Antropogeografia propostos por Ratzel. Segundo ele “a humanidade vai se apegando cada vez mais à terra, harmoniza-se cada vez mais com ela, e se multiplica estabelecendo com a terra um estado cada vez mais íntimo e utilizando com mais habilidade as condições dadas” (Ratzel p.47). Se considerarmos que durante anos a melhor utilização da terra para fins conservacionistas ao longo do litoral brasileiro foi realizada por pequenos grupos populacionais (com o surgimento de pequenas localidades), os caiçaras, enquanto as grandes zonas urbanas e portuárias iam alterando completamente a dinâmica dos serviços ambientais prestados pela natureza. Pode-se afirmar que estas pequenas localidades caiçaras foram desenvolvendo ao longo do tempo um tipo de sabedoria nas relações entre sociedade e natureza, híbrido em sua origem cultural e eficaz em suas estratégias de sustentabilidade. Isto pode valorizar em muito os modos de vida tradicionais locais, já que foram justamente as diferenças que a localidade tem nas suas formas de se relacionar com o espaço que levaram aos resultados que hoje são valorizados, como a conservação das paisagens naturais. O interessante seria não só os agentes externos perceberem isto, mas os próprios habitantes locais compreenderem que seus modos de vida tradicionais possuem um valor especial para os próprios agentes externos.

Compreende-se ainda que estas comunidades não podem ser pensadas de maneira independente de seu espaço, principalmente porque a emergência de diferentes ações conservacionistas sobre elas têm se justificado destacadamente pela preocupação com a manutenção dos “serviços ambientais”⁶ (economia ecológica) a partir dos

⁶ A economia ecológica aponta a existência de serviços ambientais, tais como a provisão de água em qualidade e regularidade apropriada para consumo humano pelos mananciais florestados, a manutenção da fertilidade dos solos pelo controle da erosão, a preservação da biodiversidade (e do potencial biotecnológico) e a proteção contra mudanças climáticas ao longo prazo e existência de áreas para o lazer humano. Bem como, aponta a necessidade de reconhecimento por parte da sociedade sobre estes serviços, inclusive apontando que os responsáveis pela manutenção destes serviços devem receber alguma compensação, financeira ou social. (MAY, 2002).

grandes centros econômicos, políticos e acadêmicos, que em diversas situações não respeitam o modo de vida dessas pequenas localidades que propiciaram a preservação destes mesmos serviços ambientais até os dias atuais.

Ainda em Ratzel podemos encontrar uma afirmação “O crescimento em inteligência e cultura, tudo o que chamamos de progresso de uma nação, é bem comparável ao crescer de uma planta; a natureza humana ergue a cabeça aos ventos, mas os pés estão sempre no solo demonstrando a importância do ponto de vista geográfico” (Ratzel. 1896, p.3). De alguma maneira, mesmo que puramente subjetiva, o indivíduo e o povo possuem raízes com os lugares, com o solo e com o território. Isto contribui para a formação do modo de vida das localidades.

De acordo com Marc Auge “o dispositivo espacial é, ao mesmo tempo, o que exprime a identidade do grupo (as origens do grupo são, muitas vezes, diversas, mas é a identidade do lugar que o funda, congrega e une) e o que o grupo deve defender contra as ameaças externas e internas para que a linguagem de identidade conserve um sentido” (Auge, 1994, p.45). A localidade não deve ser reconhecida somente como um grupo social, mas como um grupo social ligado ao seu espaço, que se identifica com ele e que reconhece suas territorializações nas suas estratégias particulares de desenvolvimento. Uma localidade pode apresentar uma grande quantidade de conflitos internos, dificultando as estratégias de articulação política interna. Nestas situações, o sentimento de pertencimento a um lugar comum pode ser um importante elemento de integração.

A Localidade Enquanto um Campo Onde o Capital Social Pode Ser Pensado de Forma Coletiva

O potencial espacial da localidade, sua paisagem, seu sítio, sua localização, sua estrutura viária, seu contexto regional, enfim, seus elementos geográficos devem ser considerados como parte do capital social (no sentido apontado por Bourdieu, 1989) apropriado pelos agentes políticos locais, bem como pelos indivíduos da localidade. Diversos são os agentes presentes em uma localidade, que passam a alterar as antigas posições sociais, a partir das relações que se tem mantido com o exterior. “Pode-se assim representar o mundo social em forma de um espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer,

apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo. Os agentes ou grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço.” (Bourdieu, 1989,p.133). Por trás dessas mudanças estão interesses no capital existente dentro da localidade, coletiva e individualmente, “As propriedades atuantes, tidas em consideração como princípios de construção do espaço social, são as diferentes espécies de poder ou capital que ocorrem nos diferentes campos. O capital – que pode existir no estado objetivado, em forma de propriedades materiais, ou, no caso do capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser juridicamente garantido – representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção)” (Bourdieu, 1989,p.134). Isto pode ser pensado a partir das relações entre os interesses locais e os interesses externos, e principalmente para compreender as relações que ocorrem entre os diferentes atores e interesses que existem dentro da localidade, ou até como sendo fundamental para estimular a solidariedade interna dentro da própria sociedade local. A localidade poderia ser definida como uma espécie de campo onde se desenvolvem algumas relações sociais que permitem um reconhecimento, por parte dos habitantes locais, de seus potenciais de negociação e articulação.

Além disso, do ponto de vista puramente espacial, os serviços ambientais prestados pelas localidades que venham a beneficiar outras áreas (ou localidades) devem ser identificados, e caso haja possibilidade, as localidades devem ser recompensadas (princípio do protetor-recebedor ligado à economia ecológica⁷). Esta compensação não poderia se dirigir a um grupo dentro da localidade, mas sim à localidade como um todo, com isto a localidade seria obrigada a se articular internamente.

Por vezes pode se observar a existência de símbolos dentro de uma localidade que façam parte da história cultural de uma região, ou mesmo de uma nação. Estes símbolos normalmente são identificados por grupos externos às localidades, porém nem sempre são percebidos pelos habitantes locais. Os diferentes moradores locais nem

⁷ A legitimidade das políticas de fiscalização e tributação ambiental não é facilmente observada pelo conjunto da sociedade, daí a importância da utilização da noção de localidade como importante legitimador das políticas ambientais, já que alguns benefícios gerados pela preservação ambiental acabam sendo distribuídos por uma grande região. Porém a geração destes benefícios (serviços) ambientais acabam por produzir sérios impactos econômicos e culturais em algumas localidades. Sendo assim, a criação de instrumentos de controle ambiental deve levar em consideração o princípio do protetor-recebedor, apontando as localidades envolvidas na preservação como as beneficiárias diretas da renda gerada pela tributação ambiental, compensando assim os agentes que conservam os serviços ambientais, como é o caso do repasse do ICMS ecológico no Paraná e em Minas Gerais para os municípios que prestam serviços ambientais. Esta idéia será melhor debatida mais adiante neste trabalho.

sempre fazem idéia de que para muitos visitantes (turistas) ali presentes eles são símbolos da nação brasileira, bem como constituem o que se poderia chamar de patrimônio cultural nacional. Por mais que esta definição seja externa à localidade, sua compreensão e identificação pode se transformar num instrumento utilizado pela própria comunidade local. Suas imagens, bem como a simbologia criada sobre suas imagens, podem ser percebidas pela comunidade como uma estratégia, não só de manutenção de identidade cultural, mas até como uma fonte de renda, já que muitas vezes empresas e governos se apropriam dessas imagens e não repassam satisfação alguma à comunidade. O turismo não se desenvolve somente sobre o patrimônio físico de um lugar, mas também sobre seu patrimônio cultural; enfim, sobre a localidade.

2.2 - A proposta de abordagem sobre a localidade

A escolha da noção “localidade”

Se por um lado, a utilização da noção de localidade dificulta sua percepção como algo não puramente espacial ou mesmo territorial, a utilização da noção de comunidade retiraria em parte a importância do elemento espacial. A idéia de discutir a noção de localidade é apontar que os aspectos físicos (sistemas de objetos) e os aspectos sociais (sistemas de ações) devem ser pensados como um todo, já que ambos são parte do conjunto de capitais e da história que configura a localidade (Santos 2002).

Como discutir a idéia de localidade tem por objetivo contribuir com os projetos de planejamento e gestão litorâneos em curso no Brasil, evita-se estabelecer a localidade exclusivamente como um território (de acordo com Souza [1995, pág78], território é o espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder), mas sim como uma construção sócio-espacial (relacional e mutável), evitando-se a necessidade de delimitar novas fronteiras, o que aumentaria ainda mais as sobreposições territoriais já existentes. A idéia central em torno da utilização da noção de localidade é, de um lado, poder apontar que existe um dentro e um fora, um interno e um externo, que nem sempre são facilmente percebidos e identificados por quem está de fora, seja pela delimitação territorial ou pela identidade cultural; mas ao contrário, para quem está dentro, tais fronteiras, sejam culturais ou territoriais, são mais facilmente percebidas. Por outro lado, ao se observar a localidade como algo delimitado, pretende-se apontar a

complexidade de interesses e atores dentro da própria localidade, que passam a ter diferentes formas de relação com os agentes e interesses externos à localidade. A delimitação territorial da localidade não é necessariamente sua identidade mais importante, mesmo porque os habitantes locais podem perceber diferentes formas de territorialização dentro da própria localidade. Porém, esta delimitação pode ser feita a partir da coleta de informações junto aos próprios habitantes locais, que permitam identificar um limite territorial comum, servindo como base para o estabelecimento de uma identidade coletiva.

A localidade enquanto um instrumento de integração local e objeto de luta social

Pode-se dizer que a identificação entre sociedade e território torna-se questionável diante da constante formação de redes articuladas sobre o espaço geográfico, que criam possibilidades cada vez mais dinâmicas para a transformação das localidades. A lógica globalizante integra os mais “distantes” lugares, atravessando fronteiras com um crescente fluxo de informações, produtos, interesses e pessoas, provocando os processos de desterritorialização apontados por Haesbaert (2002,p.29), tanto no sentido de que a presença de redes e fluxos intensos desarticulam a estabilidade da ordem anterior e estabelecem novas formas de controle, quanto no sentido da perda de características culturais originais. O que diminuiria as particularidades individualidades dos sistemas de objetos (os lugares teriam os mesmos elementos técnicos científicos informacionais).

O conhecimento externo sobre os recursos das localidades é cada vez maior a partir de novas técnicas, como imagens de satélite e a maior capacidade de processamento, armazenamento e transmissão de informações. Tais informações são precisas, mas genéricas (Santos 2002, p.243), cabendo aos atores que têm acesso a elas, como grandes empresas, governos, ONGs e agências internacionais, retrabalhar os dados obtidos, em função de objetivos específicos. Diante desta situação, cada lugar aparece para os atores externos como um conjunto de possibilidades particulares, que pode estar centrada nas suas características sociais (como a qualidade de sua mão-de-obra) ou nas suas características territoriais (a beleza de suas praias). Este processo vem gerando a especialização de áreas, no sentido que cada lugar passa a ter uma função específica, complementar aos outros. Por vezes, o papel destinado a uma localidade não

interessa tanto aos habitantes locais quanto aos agentes externos que querem esta especialização.

Grandes empreendimentos econômicos, como a construção de hotéis e a exploração de petróleo na plataforma continental, são, de acordo com a legislação atual (fruto de um histórico de política ambiental não somente nacional), obrigados a enfrentar um processo de licenciamento ambiental. Neste momento, devem ser definidos os grupos sujeitos aos impactos do empreendimento, cabendo ao consultor ambiental e aos setores públicos responsáveis definir os grupos sociais que serão ouvidos. Nesta esfera de lutas se confrontam interesses públicos e privados, mercadológicos e sociais. A inserção dos empreendimentos mobiliza os grupos, gerando associações até então inexistentes, re-estruturando e fortalecendo outras. São confrontados os interesses do Estado, expressados através dos órgãos ambientais (IBAMA, secretarias de meio ambiente, agências locais, Ministério Público, etc.), os interesses das empresas empreendedoras em realizar o empreendimento, e os interesses dos grupos locais na manutenção e reprodução de seus modos de sobrevivência.

Este exemplo é fundamental para nossa compreensão da localidade, pois a força e a representatividade desses grupos locais podem promover sua manutenção, sua decadência, ou até uma melhoria na sua qualidade de vida. Nesse campo de disputas, o que está em jogo não são apenas os interesses diretos da apropriação dos recursos naturais e sociais da localidade, mas a sua capacidade de se expressar, de impor as suas visões de mundo e de ser, antes de tudo, reconhecida como um grupo.

A definição de localidade não só facilitaria a percepção dos agentes externos, mas principalmente dos agentes internos sobre o potencial de seus próprios recursos. Este reconhecimento representaria o que Romano (2002) chama de empoderamento. Para ele, uma das principais características do empoderamento é “o processo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir” (Romano, 2002, p.17).

Um planejamento regional ou nacional que não traz em si uma preocupação com os interesses locais fortalece o receio de que atividades como o turismo e a exploração de petróleo venham a se impor sobre as localidades, promovendo um desenvolvimento de fora para dentro, centrado nos interesses externos. Portanto, é fundamental que as políticas públicas reconheçam os principais conjuntos de interesses sobre o litoral

brasileiro. Defende-se assim que as formas de planejamento devam respeitar os limites e potencialidades das localidades, tanto ambientais quanto sociais, permitindo que uma imposição política externa respeite as formas de reconhecimento e relacionamento da sociedade com seu meio ambiente.

As pequenas localidades litorâneas, como Pouso da Cajaíba, não estão sendo formadas por políticas atuais; pelo contrário, elas já existiam muito antes das instâncias públicas e privadas criarem propostas de ordenamento territorial. Porém, é justamente o despreparo destas localidades para uma nova realidade onde suas características são percebidas e apropriadas mais rapidamente por atores e interesses externos, que as tornam frágeis e dificultam as possibilidades de seus grupos sociais se unirem em torno de seu próprio capital social para controlar seu destino. Poderíamos destacar como exemplo que para diversos atores externos à localidade, a preservação ambiental de seu território torna-se mais importante que a preservação de sua cultura e seus espaços de convivência. Portanto seria fundamental não só uma percepção interna como também uma percepção por parte dos agentes externos sobre os limites da localidade.

A idéia é apresentar a noção de localidade como algo produzido por um tecido social e por um sentimento social comum, que capacita um grupo local a tomar atitudes coletivas na construção de seu espaço e sua paisagem, de acordo com suas necessidades (possibilidades) e com as características físicas de seu território. Esta definição de localidade se justifica por fazer a relação entre as estratégias internas de reprodução social da comunidade com as características do seu espaço local. “Sem sujeitos locais confiáveis, a construção de um território local de habitação, produção e segurança moral não despertaria interesses. Mas ao mesmo tempo, sem um território negociável conhecido já à disposição, as técnicas ritualísticas para a formação de sujeitos locais seriam abstratas, portanto estéreis.” Appadurai (1995, p.206). A idéia de se delimitar uma localidade a partir da separação entre o dentro e o fora permite melhor identificar, justamente, os limites entre os atores estabelecidos e reconhecidos localmente diante da força dos interesses externos. Acredita-se que não basta reconhecer a complexidade dos interesses internos sem os relacionar com a complexidade dos interesses externos, pois são justamente estas relações que contribuem decisivamente para a formação do sentimento de identidade local, deixando evidente que a localidade não é sólida

dentro de um território fechado; pelo contrário, ela é o que é, devido às suas relações com o exterior.

A constante formação de redes articuladas sobre o espaço geográfico cria possibilidades cada vez mais dinâmicas para sua transformação. Os grandes centros urbanos estão cada vez mais próximos de pequenas localidades que tinham um modo de vida mais independente, e desta forma os interesses do grande capital atuam de maneira mais constante nessas pequenas localidades. São muito diversos os conjuntos de interesses e ações que podem se materializar sobre as localidades, porém, acredita-se que as políticas públicas, nas diferentes escalas de governo, que incidem sobre localidades litorâneas podem servir como importantes pistas para sistematizar a compreensão destes interesses e ações.

Para orientar o esforço de apontar a importância da utilização da noção de localidade nas formas de planejamento e gestão territorial diante dos dinâmicos processos de transformação sócio-espaciais pode-se, inicialmente, pensar em três grandes conjuntos de interesses. Primeiro, a crescente pressão internacional para preservação do patrimônio ambiental litorâneo. Segundo, a expansão das atividades mercantis dos grandes centros nacionais e internacionais que encontram nas áreas preservadas uma nova fronteira para seus investimentos. Terceiro, a realidade imposta pela emergência de redes mais complexas, assim como, pela decadência de formas tradicionais de reprodução da comunidade local, podem produzir novos interesses dentro da própria localidade que venham a estimular profundas transformações sociais, econômicas e culturais.

2.3 As Políticas Públicas Litorâneas e o Uso da Escala Local

A Evolução das Políticas de Planejamento e Gestão das Áreas Litorâneas

Os anos 90 marcam um grande avanço no levantamento de dados para a orientação das políticas públicas litorâneas. Percebe-se que houve um aumento na quantidade de material produzido, assim como um avanço na disposição desses dados por parte do poder público. A metodologia utilizada na produção deste material para o planejamento e gestão litorâneos normalmente parte das escalas regional e nacional, a partir da sobreposição de diferentes informações, como os níveis de preservação ambiental, de renda, de poluição, das redes viárias, entre outros, de onde se retiram potencialidades regionais (e mesmo locais) para a elaboração de propostas de planejamento e gestão. Esses trabalhos foram elaborados para tentar suprir um problema que se identificou desde os anos 60, a fragmentação das políticas ambientais existentes até então.⁸

Um denso material foi produzido sobre a região costeira brasileira por iniciativa dos órgãos governamentais ligados ao Ministério do Meio Ambiente. Dentre eles ressalta-se o Gerenciamento Costeiro - GERCO, responsável por levantamentos como o Macrozoneamento da Zona Costeira e o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, entre outros. A iniciativa também se manifestou nas escalas públicas estadual e municipal.⁹ Dentro desta perspectiva, a escala local foi diversas vezes mencionada, porém a utilização da escala local de forma semelhante ao conceito de localidade debatido anteriormente não chegou nem perto de ser cogitado.

São muitos os elementos que dificultam uma efetiva inclusão e participação da escala local nos programas de gestão e planejamento por parte do poder público. Podem ser destacadas as dificuldades que os planos de gestão e planejamento em escala nacional e regional têm em chegar até a escala local e reconhecer suas reivindicações

⁸ Um dos primeiros problemas identificados na década de 1960 foi a fragmentação das políticas existentes, sobretudo aquelas relacionadas com o uso e a proteção dos recursos ambientais. Contudo, mesmo tendo sido identificada e diagnosticada durante as últimas três décadas como uma questão relevante para a efetiva implementação de políticas ambientais, as diferentes leis, agências, planos e programas e outros instrumentos criados durante esse período apenas contribuíram para aumentar essa segmentação (Relatório Perspectivas do Meio Ambiente para o Brasil GEO-BRASIL 2002).

⁹ Em relação à elaboração de projetos governamentais, destaca-se outro problema: as dificuldades de relacionar e sincronizar as diferentes instâncias de poder público. No caso de Pouso da Cajaíba, sua fiscalização ambiental apresenta um complexo cruzamento, pois o município deveria atuar com suas secretarias ligadas ao meio ambiente e habitação, enquanto o poder estadual atuaria através do IEF (Instituto Estadual de Floresta) – responsável pela Reserva Ecológica- e o poder federal atuaria através do IBAMA –responsável pela fiscalização da APA do Cairuçu.

(principalmente devido à pequena quantidade de funcionários disponíveis), bem como a ausência de uma maior organização interna das localidades que lhe permitam reconhecer os planos de gestão e assim ter uma efetiva participação nas suas formas de elaboração.

É necessário ressaltar a importância destes trabalhos elaborados ao longo dos últimos anos, que permitiram uma visão mais abrangente sobre as interdependências entre as diferentes localidades, dentro da perspectiva regional, nacional e internacional. Bem como pelo estímulo a uma maior organização e participação local provocado por alguns projetos públicos e privados. Com isto, a percepção dos atores locais sobre as novas redes que estão se rearticulando na região litorânea do Brasil tem sido enriquecida, inclusive reorientando suas organizações sociais e políticas.

O Ministério do Meio Ambiente realizou em 2003 e 2004 o Projeto Orla, que visa capacitar, articular e orientar os municípios sobre suas potencialidades, sendo quase uma cartilha para o desenvolvimento municipal litorâneo. Este projeto foi formulado para atuar em escala municipal. É evidente que a mobilização do município não significa uma maior participação das localidades (no sentido debatido nos capítulos anteriores). Por outro lado, é também evidente que a mobilização municipal pode estimular diversas formas de organização e participação local. Além disto, esta articulação em nível municipal é importante para fornecer insumos e melhor reconhecer o quadro de degradação ambiental e social do litoral brasileiro.

Os Municípios – Possibilidades de utilização da Noção de Localidade

Ao se propor ‘localidade’ como palco concreto de ações de planejamento e gestão da zona costeira, é necessário que haja clareza com relação às limitações impostas pela estrutura administrativa que rege este tipo de espaço. A partir da promulgação da Constituição de 1988 desenvolve-se no Brasil um processo de descentralização político-administrativa com distribuição de responsabilidades e poder decisório entre União, Estados e Municípios, transferindo-se aos municípios diversas novas atribuições e responsabilidades (BUARQUE 2002). Entretanto, tal processo descentralizador não encontra nas prefeituras municipais uma estrutura institucional capaz de dar resposta a essas demandas. A maioria dos municípios brasileiros não está preparada para as responsabilidades da descentralização. Esses municípios carecem de base institucional e de instrumentos técnicos de planejamento e controle para a

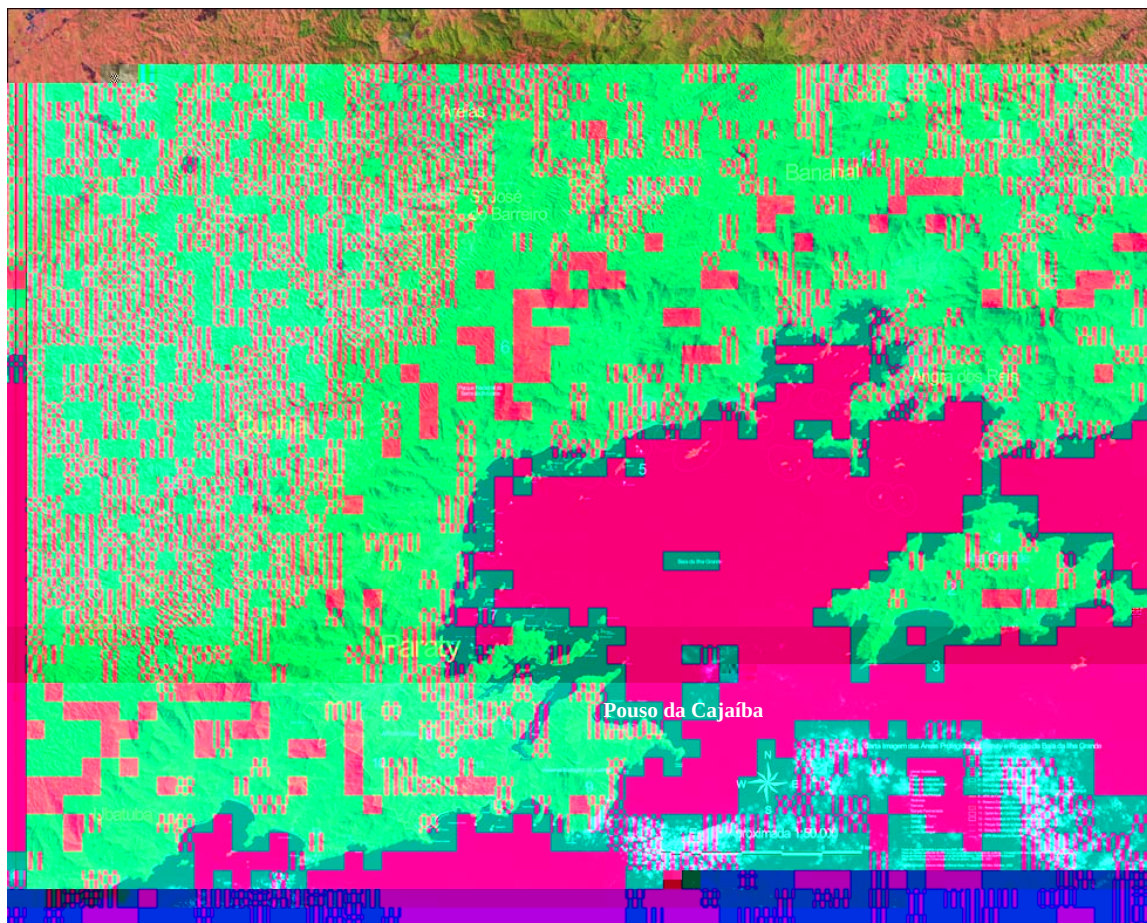
promoção do desenvolvimento local em bases de sustentabilidade ecológica. Além disso, os municípios sofrem diversas pressões por setores de peso na composição política local, em sentido contrário à perspectiva da conservação ambiental.

Seguindo a lógica de beneficiar o município que protege seu patrimônio ambiental (utilizando fundos específicos para a conservação ambiental, como o FECAM - Fundo Estadual de Conservação Ambiental no Rio de Janeiro, FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente, ou recursos provenientes de multas, Termos de Ajuste de Conduta, Medidas Compensatórias, etc.), é possível desenvolver projetos e programas que preconizem o fortalecimento institucional em um sistema que beneficie financeiramente esses municípios que mantêm programas objetivando a preservação de seu patrimônio ambiental e paisagístico. Ainda assim, fica a questão sobre: onde estes municípios vão investir estes benefícios?

Apesar dos grandes benefícios gerados pela descentralização administrativa dos projetos sócio-ambientais para escala municipal, uma análise mais detalhada e particular das relações entre sociedade e natureza local parece ser fundamental e isto é o que será debatido no capítulo 4.

3 – A Localidade de Pouso da Cajaíba

3.1 introdução



Mapa retirado do Plano de Manejo da APA do Cairuçu.

Para iniciar a discussão sobre a localidade, cabe apresentar em linhas gerais as suas características físicas (sistemas de objetos). No litoral sudeste do Brasil, próximo à fronteira do Rio de Janeiro com São Paulo, existe uma grande mancha de Mata Atlântica localizada numa área onde a Serra do Mar entra em contato direto com o oceano, formando um cenário de pequenas praias e ilhas marcadas por diversas elevações do relevo. O índice pluviométrico desta área está entre os maiores do país, ultrapassando 3.000 mm anuais. Dentro do Estado do Rio de Janeiro esta região é conhecida como Baía da Ilha Grande, ou Litoral Sul-fluminense, ou, mais recentemente para estimular o turismo, Costa Verde. Esta pequena região é formada por dois municípios Paraty e Angra dos Reis.

No município de Paraty existe uma península, bem na fronteira com o Estado de São Paulo, constituída por um relevo montanhoso, que em alinhamento com a Ilha Grande fecha a Baía da Ilha Grande. Esta península se destaca por ser quase totalmente recoberta por Mata Atlântica e apresentar algumas manchas de floresta primária. Não existem estradas ligando a ponta desta península com o resto do município, bem como não existem linhas transmissoras de energia elétrica. Habitando esta área encontram-se diversas comunidades caiçaras espalhadas por diferentes praias e mesmo por portos de pedra.

Devido às características de isolamento e conservação natural, além da proximidade com os principais centros econômicos do país, esta península se tornou muito importante para os interesses preservacionistas nacionais. Já em 1983 foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu abrangendo grande parte do município de Paraty. Dentro desta APA em 1992 foi criada a Reserva Ecológica da Juatinga (uma área de proteção ambiental e pesquisa, teoricamente mais restritiva ao desenvolvimento de atividades humanas), abrangendo justamente a ponta desta península, que é a área mais preservada e isolada da região.

É dentro desta reserva que se encontra a Enseada da Cajaíba e dentro desta enseada há diversas praias, numa das quais encontra-se a localidade de Pouso da Cajaíba. Além da localidade de Pouso da Cajaíba (habitada por uma pequena comunidade com cerca de 280 habitantes e 60 famílias), existem outras comunidades menores nesta enseada; são elas: Escalhéus (com cerca de 40 famílias), Praia Grande (com cerca de 12 famílias), Saco das Sardinhas (com cerca de 7 famílias) e a Ponta da Juatinga (com cerca de 22 famílias)¹⁰. Dentro da reserva, mas fora da enseada, ainda se encontram outras comunidades como Ponta Negra e Sono. No distrito central de Paraty a população local se refere a esta área como sendo a ‘região da reserva’.

O fato de não haver estradas deixa as comunidades locais bastante isoladas e a localidade de Pouso, por ser a maior da enseada, exerce um poder de polarização sobre as outras localidades em relação ao comércio e mesmo a alguns serviços. Pouso é o centro de trilhas que se interligam com outras localidades. Atualmente, a rede de telefonia celular é a principal forma de conexão destas localidades com o resto do mundo.

¹⁰ Estes dados a respeito do número de famílias foram coletados junto a agente comunitária local em julho de 2004. Outros dados estão disponíveis em anexo no final do tranabllho.

Principais origens da Localidade de Pouso da Cajaíba

O histórico sobre a região de Paraty é muito antigo e remonta ao período inicial da colonização. Porém, o momento decisivo para a região deixar de ser uma área habitada apenas por índios e passar a ser ocupada pela população de origem européia e africana foi o ciclo do ouro. A partir da intensificação do uso da trilha dos Goianas ou Goiamimimis¹¹, que ligava o Vale do Paraíba à atual cidade de Paraty -o histórico caminho do ouro- esta região começou a se desenvolver num ritmo mais acelerado. Posteriormente à decadência do ouro, a região teve alguns surtos de desenvolvimento econômico; participou discretamente do ciclo do café, e passou a ser uma importante área produtora de cana-de-açúcar e cachaça.

A partir de uma recuperação histórica junto a depoimentos de alguns habitantes de Pouso da Cajaíba, acredita-se que durante o século XIX, numa enseada vizinha (Martim de Sá), existia uma grande fazenda (provavelmente de café) que entrou em profunda decadência no início do século passado. A origem do nome Pouso da Cajaíba estaria ligada ao papel de passagem (existe uma pequena trilha ligando as duas praias) desta praia para se alcançar a grande fazenda, já que lá a força do mar dificulta a atracação das embarcações. Por sua vez, Pouso é um local seguro para fundeio dos barcos e para carregamento e descarregamento de material. Existem diversas histórias curiosas contadas pelos moradores sobre esta antiga fazenda. Uma delas conta que o antigo dono da fazenda (ainda no século XIX) falsificava moeda para comprar escravos e acabou sendo preso. Outra história, quase uma lenda, muito comentada pelos habitantes locais é sobre a existência de potes de ouro enterrados juntos com os escravos que cavaram os buracos nas encostas de Martim de Sá.

Diante de observações locais, e de inúmeros depoimentos, pode-se comprovar a importância que a fazenda de Martim de Sá teve para a comunidade de Pouso. Consta que, no início da segunda metade do século XX, uma família de Nova Iguaçu (Estado do Rio de Janeiro) – identificada pela figura do seu Pacheco – comprou a fazenda. Esta foi a última lembrança dos moradores mais velhos de Pouso terem visto alguém tentado tocar a fazenda adiante, o que teria reestimulado a função portuária de Pouso e as atividades ligadas a construção da estrada que ligava as duas praias. Porém esta tentativa não deu certo; um dos moradores mais antigos, seu José (83 anos), diz que seu

¹¹ Dados coletados em diversos trabalhos históricos, com destaque para o livro *A História do Caminho do Ouro em Paraty* de Marcos Caetano Ribas.

Pacheco só perdeu dinheiro lá, tentando produzir carvão. Mas o fato é que, além de Martim de Sá, seu Pacheco também adquiriu terras em Pouso para fazer a estrada e dois galpões na beira da praia. Seu Juracir (63 anos), conta que quando jovem trabalhou na manutenção dessa estrada, por onde passavam jegues trazendo carvão de Martim de Sá. Muitos antigos moradores do Pouso lembram de quando ainda havia gado em Martim de Sá e dizem que os morcegos vampiros foram os responsáveis pela morte desses animais.

Quando seu Pacheco morreu a fazenda ficou sob o controle de seu filho, seu Clovis, que teria desistido de tocá-la adiante e abandonado as terras. A família de antigos moradores de Martim de Sá, provavelmente os antigos donos da praia – originada de seu Benedito Caçador, pai de Rock Caçador e avô de seu Manoel do Rock, ou mais conhecido como seu Manoel dos Remédios (ou ainda, Manuel de Martim de Sá) – voltou (apenas seu Manoel, pois os outros já estão mortos) a habitar a praia e estão na justiça para oficializar sua situação. Seu Manoel organizou um camping com ajuda de uma ONG (Verde Cidadania) e de algumas outras pessoas e hoje é o principal protetor ambiental da praia de Martim de Sá, que nos picos de turismo já chegou a receber mais de 700 pessoas acampadas (atualmente este número é limitado).

Os relatos sobre a origem da comunidade de Pouso, coletados junto aos moradores mais velhos (mais de sessenta anos) chegam sempre num Bisavô comum, cujo nome é Cândido Xavier, que teria sido um ex-escravo e teria comprado todas as terras de Pouso, as quais posteriormente teriam sido divididas pelos seus descendentes. Portanto, os primeiros relatos sobre a intensificação da ocupação da enseada de Pouso remontam ao período das fazendas de cana e café, por volta do século XIX. Alguns entrevistados mencionaram que já havia habitantes em Pouso da Cajaíba no século XVIII, ligados ao tráfico de escravos e à Pirataria de Ouro. É do conhecimento geral que existiam fazendas na região desde o século XIX, porém os membros atuais da comunidade de Pouso são unânimes em apontar sua origem na própria praia de Pouso, mencionando sempre a figura de seu Cândido Xavier como o patriarca original.

Levando em consideração que a origem da localidade de Pouso está ligada à figura de Cândido Xavier, pode-se afirmar que foi no final do século XIX e início do século XX que as atuais famílias locais se estabeleceram. As principais famílias, que possuem mais terras, surgiram a partir da partilha das terras de Cândido Xavier entre seus filhos. Estas famílias originais se misturaram com alguns outros grupos

populacionais que teriam migrado posteriormente para Pouso. A origem destes fluxos migratórios foram outras comunidades caiçaras do litoral brasileiro e a chegada de alguns mineiros que teriam buscado na região de Paraty melhores oportunidades no início do século XX.

Pouso da Cajaíba sempre teve sua estrutura de subsistência ligada à pesca, porém a atividade agrícola já teve um papel muito mais importante para a economia e o modo de vida local. Inúmeros depoimentos destacaram este fato: seu Juracir (63 anos) disse que só foi tomar café moído recentemente, pois antes só tomava café pilado produzido ali mesmo; seu Piá (64) afirmou que quando pequeno não usava açúcar, mas sim melado de cana (café de cana). Conversando com os mais velhos, nota-se que antes a agricultura era muito mais importante para a comunidade local, pois na sua juventude eles não tinham acesso ao barco a motor e a ligação com Paraty era feita por canoa. Neste caso, eles tinham que esperar bom tempo e levavam cerca de seis horas para

ue Pouso
da Cajaíba, já que não existiam estradas asfaltadas e os automóveis só foram surgindo a partir d

tais como a exploração de recursos minerais e a intensificação (técnica e quantitativa) da atividade pesqueira. É como se estas praias estivessem na mira de diversos interesses e agentes, por algum tempo não tão interessados, mas que agora passam a atuar diretamente nas transformações sócio-espaciais da localidade de Pouso da Cajaíba.

Atualmente, as localidades dentro das reserva vivenciam uma situação complexa, ao mesmo tempo em que os interesses externos vêm aumentando e se materializando na chegada da telefonia celular ou na ação concreta de algumas ONGs. A população local ainda não tem acesso a rede de energia perene de 110 volts, a escolas para turmas acima da quarta-série do ensino fundamental e nem a um sistema de transporte regular promovendo a inter-ligação com Paraty.

3.2 Pouso da Cajaíba: uma Comunidade Caiçara

A localidade de Pouso da Cajaíba, assim como as outras localidades da reserva, é uma das últimas a manter uma paisagem tipicamente caiçara, onde se observam pequenas casas escondidas pela floresta. A maior parte das pequenas localidades à beira mar de Paraty apresentam grandes casas de pessoas de fora que costumam aproveitar a beleza cênica da região para fazer o veraneio. Nestas localidades, um grande percentual de moradores está envolvido em atividades ligadas ao turismo e à prestação de serviços. Em Pouso da Cajaíba, a grande maioria das famílias ainda se sustenta com a pesca, enquanto a floresta continua sendo uma fonte de recursos para sua subsistência.

Seu Piá (64): “O que é ser caiçara? Eu, para te falar a verdade, nós estamos até hoje querendo saber o que é ser caiçara. Porque na costa de São Sebastião é tudo caiçara, em Ubatuba é caiçara, aqui é caiçara, nessa parte é tudo caiçara. Agora, não sabemos se vem pela parte da pesca, ou porque mora em porto do mar, isso a gente não sabe”.

Seu Juracir (63): “Acho que é quando os troncos das famílias são caiçaras: avós, pais, filhos, que nasceram em frente ao mar. Mas na verdade, passou a chamar caiçara quando aumentaram os problemas no Mamanguá; os turistas de São Paulo estavam tirando as terras deles e eles ficando sem lugar para morar. Aí veio uma lei que apoiou o caiçara. Quem fez esta lei foi o pessoal do Mamanguá, para as praias serem defendidas”.

Zorro (31): “Eu sou caiçara porque sou nativo daqui e faço o que uns dos caiçaras fazem: pesca, planta, constrói e faz tudo, se tiver que fazer uma casa de bambu a gente vai lá e faz. Por isso que eu me considero caiçara”.

Para a localidade de Pouso, a auto-definição como caiçara é unânime e incontestável. Porém, como mostram os trechos transcritos acima, as origens dessa definição e sua importância variam bastante. De um lado, não se compreende muito bem seu significado, pelo sentido bastante abrangente que essa definição possui. Assim como alguns percebem que esta definição está diretamente ligada a uma estratégia de luta e resistência, a partir de sua valorização cultural. Também se percebe, principalmente por parte dos jovens, que se busca uma definição mais precisa, apontando atitudes e comportamentos que formariam sua identidade cultural.

Os caiçaras são reconhecidos por apresentarem um gênero de vida que combina pesca com agricultura de subsistência ao longo do litoral sul e sudeste (podendo se expandir para algumas áreas do nordeste), normalmente habitando áreas florestadas. Estas comunidades se formaram desde um período em que as dificuldades de circulação eram muito grandes, mesmo no litoral sudeste do Brasil. Porém, as comunidades caiçaras nunca estiveram completamente isoladas em relação aos centros urbanos, nem foram completamente auto-sustentáveis. “A conceituação das comunidades caiçaras como tradicionais e semi-isoladas foi criada num período histórico de menor integração destas com o mercado.”(Adams, 2000, pág 261).

Os caiçaras sempre estiveram à margem da grande estrutura social patriarcal analisada por autores como Gilberto Freire e Oliveira Viana como responsáveis principais pela formação sócio-econômica nacional. Para alguns autores, como Silva (1993), a cultura caiçara é uma subcultura da cultura caipira; para outros autores, como Setti (1985), a cultura caiçara apresenta um modo de vida particular e único. Percebe-se que este grupo apresenta características típicas de comunidades rurais, principalmente quanto aos padrões de moral e conduta.

De acordo com Adams(2000), diversos autores (Diegues, 1983;Maldonado, 1986; Silva, T.E. M., 1989; Hoefle, 1989) apontam uma distinção entre caiçaras pescadores e caiçaras lavradores. Alguns grupos caiçaras seriam menos ou mais dependentes da agricultura para sua subsistência, contribuindo para isto fatores como condições do solo e distância dos centros urbanos-comerciais. Adams aponta ainda que esta situação variou ao longo do tempo, destacando que a partir da segunda metade do

século XX os barcos a motor se disseminaram entre os caiçaras do litoral sul-fluminense, aumentando a capacidade da pesca e facilitando as relações comerciais com os centros urbanos. Dois outros elementos mais recentes contribuem para a tendência do caiçara de se aproximar mais da pesca e se afastar da agricultura em Pouso da Cajaíba: a influência das novas legislações ambientais, dificultando práticas agrícolas como a queimada, e o fato de grande parte da mão-de-obra local ter como destino trabalhar para grandes ou médias embarcações pesqueiras fora da comunidade.

A cultura caiçara se assemelha à cultura caipira, pois elas se desenvolveram a partir dos mesmos elementos populacionais, religiosos e políticos, à margem dos principais centros econômicos do país. Porém, é interessante perceber que as intensas relações que os caiçaras mantêm com o mar sempre individualizaram sua cultura e seus hábitos. É provável que os grupos caiçaras que apresentavam maior intensidade nas atividades agrícolas mostrassem maiores semelhanças com os caipiras quanto às tradições de crença, religião e de suas principais festas, como destaca Begossi (1995). Carvalho (1940) apresenta semelhanças quanto à casa caipira e a casa caiçara, fato ainda verificável em Pouso da Cajaíba, onde grande parte das casas apresentam paredes de pau-a-pique, telhado de sapê e chão de terra batida.

Com a decadência da fazenda de Martim de Sá e a emergência da pesca como a principal possibilidade de sustento da família, Pouso da Cajaíba passou a se desenvolver com um modo de vida cada vez mais “caiçara”. Hoje a pesca é a atividade central de economia local, enquanto a agricultura de subsistência e o extrativismo vegetal são atividades secundárias. Porém, como será apresentado adiante, as formas da atividade pesqueira têm mudado muito nos últimos 30 anos.

3.3 Particularidades de Pouso da Cajaíba: como reconhecer os princípios de sociabilidade local

Devido às características sócio-espaciais particulares de Pouso da Cajaíba, seria impossível pensar seus elementos-chaves de sociabilidade local a partir de uma lógica estritamente econômica e ligada exclusivamente a padrões produtivos. Partindo do pressuposto que a localidade de Pouso ainda é uma área de fronteira para alguns dos interesses puramente mercadológicos e que as relações sociais locais ainda se desenvolvem dentro de uma perspectiva interna mais subjetiva, torna-se interessante reconhecer que a comunidade local apresenta formas particulares de perceber suas

relações com o espaço, o tempo e, principalmente, suas relações sociais. Para compreender a complexidade e as particularidades das relações sociais locais, deve-se fazer uso de um arcabouço teórico mais subjetivo.

Maria de Freitas Campos elaborou em sua tese de mestrado no CPDA/UFRRJ (1992) um interessante arcabouço metodológico que permitiu a reconstituição da trajetória social da comunidade de Tarituba (uma localidade também do litoral sul-fluminense), identificando as profundas alterações que se deram nas formas como os membros da comunidade percebiam seu espaço e tempo antes e depois da Br-101, e como eles reagiram às transformações em curso no seu território e modo de vida.

Ao fugir de uma análise estruturalista baseada nos princípios de reprodução econômica que centralizam boa parte do pensamento acadêmico, tenta-se pensar que as pessoas que habitam Pouso apresentam formas de imaginar sua reprodução e sustentabilidade baseadas em rudimentos morais próprios, fundamentados em princípios de valores particulares, que são, em certo sentido, ainda hoje contrários (diferentes) à lógica mercantilista. É evidente que Pouso está vivenciando um processo de transformação em seus princípios de sociabilidade mais acelerado nos últimos anos e a particularidade de suas relações sociais tem se alterado muito com o tempo. Porém, acredita-se que o reconhecimento de algumas formas tradicionais das relações sociais locais, baseadas em princípios morais tradicionais, seja fundamental para compreender estas alterações (nos princípios internos de sociabilidade), bem como para entender suas novas formas de percepção espacial.

Não se trata de idealizar um passado e cristalizá-lo como um momento ideal, isto seria irreal, mas é importante que se perceba que as estratégias locais de adaptação a esta situação de transformação estão baseadas no seu conjunto próprio de valores; inclusive, a lógica mercantil é percebida de forma muito particular nesta localidade. A aceitação de novos padrões não ocorre com a plena destruição dos antigos; pelo contrário, a forma como a localidade se relaciona com as influências externas está diretamente ligada aos seus padrões tradicionais de sociabilidade. Como aponta A. Fanni Carlos, “a realidade do mundo moderno reproduz-se em diferentes níveis, no lugar encontramos as mesmas determinações da totalidade sem com isso eliminar-se as particularidades, pois cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos da vida, os modos de apropriação expressando sua função social, seus projetos e desejos” (CARLOS 1996, p. 17). Como já dito anteriormente, o lugar surge como um produto de uma ambigüidade que se estende a todas as relações sociais que envolvem o homem e o

meio – é o singular (fragmentado) e é também o global (universal) que o determinam (SANTOS, 1996).

O conceito de desterritorialização é utilizado pela geografia para caracterizar algumas formas de relação entre uma realidade interna (local ou regional) e uma escala de realidade externa maior (global ou nacional). O conceito de desterritorialização pode ser utilizado tanto no sentido de que a presença de redes e fluxos intensos desarticulam a estabilidade da ordem anterior em uma localidade, estabelecendo novas relações de controle e dominação, como no sentido de que algumas características culturais oriundas de determinadas localidades se transformam e se perdem a partir do aumento do fluxo externo de informações, produtos e pessoas (Haesbaert 2002,p.29). Este processo seria resultado da perda de controle local sobre os processos de transformação sócio-espaciais que acontecem sobre si mesmos. Observando-se a realidade atual de Pouso da Cajaíba, nota-se claramente o processo de desterritorialização. Isto é o que está em jogo em Pouso da Cajaíba. Não se trata de querer preservar a pureza ou a beleza do modo de vida tradicional, mas sim de compreender as possibilidades e as dificuldades que os habitantes locais têm em participar dos processos de transformação sócio-espaciais em curso na sua própria localidade.

Para compreender a idéia de desterritorialização, deve-se entender como os processos sociais em Pouso estão sendo influenciados pela rápida transformação na sua realidade espacial nos últimos anos. Acredita-se que esta transformação deve-se em grande parte ao intenso processo de desenvolvimento de elementos técnico-científicos informacionais¹² na localidade, já que quanto mais presentes estes elementos, maiores serão as formas e possibilidades de integração de Pouso com outras localidades. Ao longo do presente trabalho este tema será constantemente abordado.

Tendo por base reconhecer as formas de percepção interna com que os moradores locais compreendem os processos de integração que estão vivenciando mais intensamente nos últimos anos, buscou-se nesta parte do trabalho centralizar a análise em torno de algumas noções básicas. Para tanto, as idéias de dom, troca e reciprocidade apresentadas por Mauss (1974), complementadas pela idéia de campesinidade proposta por Woortmann (1990) tornam-se centrais neste estudo.

¹² Este conceito é utilizado aqui a partir da definição do geógrafo Milton Santos (2002, p.238) de que existe uma profunda união entre ciência e técnica sob a égide do mercado e que no período atual “os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças a extrema intencionalidade de sua produção e sua localização eles já surgem como informação”.

Mauss (1974) apontou em seus escritos a existência de relações entre indivíduos e grupos sociais que não se fundamentam em princípios mercadológicos, mas sim em princípios morais que são compartilhados pelos envolvidos. Estudando os textos produzidos por outros antropólogos sobre comunidades na Polinésia, Mauss (1974) apresentou a idéia de que a partir de uma doação (dádiva, dom) criam-se relações sociais fortes, também ligadas aos princípios de reciprocidade e contradádiva. As trocas não seriam feitas em torno de valores monetários, mas sim de valores morais; as relações sociais girariam em torno de uma complexa ambigüidade derivada de formas de aliança e conflito. Ou seja, não necessariamente o jogo de trocas levaria a uma constante compensação facilmente calculada.

Em Pouso da Cajaíba existem ainda diversas trocas não mercantis, que poderiam ser analisadas de acordo com a idéia de dádiva apresentada por Mauss (1974). As complexas redes de parentesco, que fazem dos moradores locais praticamente todos de uma só família, facilitam ainda mais esta percepção. A troca de favores é muito comum, bem como a expectativa de um retorno de favores é evidente, não como uma dívida monetária, mas sim como uma dívida moral. Mais adiante serão analisadas diversas formas de trocas de favores que se encaixariam dentro da perspectiva apontada por Mauss e as transformações que elas vêm sofrendo.

Klauss Woortmann (1990) aponta a existência de um conjunto de valores nas comunidades camponesas tradicionais que não se encaixam no conjunto de valores da sociedade mercantil. Ele utiliza um exemplo que pode contribuir para o presente debate:

“Nessa perspectiva, não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e repensado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria”.

(Woortmann 1990, p.12)

Esta idéia de que existem valores comuns dentro de determinados grupos rurais que os diferenciam da lógica mercantilista tradicional é muito interessante para se pensar a localidade de Pouso da Cajuíba. O próprio valor que se estabelece para a terra, e mesmo para o barco, permite-nos compreender diversas formas e manutenção e organização da localidade que fogem a regras puramente capitalistas.

3.4 As relações sócio-espaciais: origens das particularidades locais (os sistemas de objetos e os sistemas de ações)

- Sou nascido e criado aqui, não quero ir morar em nenhum outro lugar.(Zorro 31)
- Já morei em Paraty, mas aqui é melhor. (Dona Ivanilda 43)

Durante as entrevistas que foram realizadas, sempre foi perguntado ao entrevistado se ele tinha vontade de se mudar de Pouso. Com raras exceções, a maioria destacava a falta de alguma infra-estrutura ou alguma promessa de um político não cumprida, mas se dizia muito feliz em Pouso e não tinha a menor pretensão de se mudar. Como explicação para isto, normalmente apontavam o mesmo motivo: o afeto, o apego que tem por seu solo, sua localidade. (Bel 26) – “Nasci aqui, cresci aqui, sou apegado a este lugar”. Portanto, de uma forma ou de outra, boa parte dos moradores locais reconhecem um conjunto de valores e regras que os fazem ter uma identidade local comum para se situar no mundo.

Apesar da difícil compreensão para quem está observando de fora, houve neste trabalho uma tentativa de apreender parte dos inúmeros elementos responsáveis pela construção de uma coesão interna dentro da localidade, bem como um esforço para identificar possíveis formas de percepção em comum por parte dos moradores locais, que nos permitam apontar a existência de padrões de sociabilidade não puramente mercadológicos, mas sim baseados em valores internos, gerados a partir de uma cosmovisão própria dos moradores, caracterizando a existência da localidade.

A influência de condições espaciais bem particulares parece ser o principal elemento que contribui para a permanência de valores tradicionais na comunidade local ainda hoje. A ausência de redes técnico-científicas básicas, como a rede elétrica, e a diminuta disseminação e influência de redes de TV (poucos têm acesso regular à TV) e mesmo a sistemas mais modernos como a rede Internet, pode ser destacada. Somam-se a isto o fato do acesso à localidade só poder ser feito através da navegação (não existem

estradas interligando a Br-101 à enseada de Pouso) e o fato de Pouso se localizar dentro de uma APA e de uma reserva ecológica.

Porém, estas características espaciais de isolamento não explicam por si só a manutenção de um conjunto tradicional de valores na localidade de Pouso da Cajaíba. Compreender o que esta localidade é não deve ser feito pelo destaque de elementos que estão ausentes, mas sim pela caracterização dos elementos presentes em sua paisagem e seu espaço¹³.

Devido à ausência histórica de redes técnico-científicas em sua paisagem, os elementos naturais ressaltam sua importância para as relações sócio-espaciais locais. Dentre os principais elementos que formam sua paisagem, podem-se destacar dois como centrais para a formação do conjunto de valores sociais locais: a presença do mar e da floresta. A dependência sobre os ritmos que o mar (e o barco) impõe são, juntamente com o respeito e as atividades extrativistas que se desenvolvem junto à floresta, muito importantes para manutenção da coesão interna da comunidade e de uma visão de mundo própria.

Acredita-se que, a partir das relações sócio-espaciais, a comunidade possa ser percebida e analisada como um *todo*, o que seria fundamental para compreender os processos de transformação social e de desterritorialização que estão em curso. Pensar a comunidade como uma personalidade a partir de suas relações internas como seu sistema ecológico e sua visão de mundo também é uma proposição de Redfield (1965). Para ele, a comunidade pode ser percebida como um *todo*, o que facilitaria compreender suas relações com outras comunidades e com um outro *todo* ainda maior.

Em seu livro *O Afeto da Terra*, Brandão (1999) aponta como diferentes grupos de pessoas podem apresentar distintas maneiras de perceber os mesmos lugares. Este autor apresenta a percepção que os moradores têm sobre a natureza e suas formas de relacionamento com ela a partir da visão dos próprios camponeses numa área rural serrana de São Paulo, buscando reconstruir sua cosmovisão de acordo com os hábitos e atitudes da população que estava estudando. Com base na leitura deste livro, alguns

¹³ “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima.” (Santos 2002, p. 103) “A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente.” (Santos 2002, p.104)

questionamentos sobre a existência de uma cosmovisão particular em Pouso da Cajaíba se tornaram mais claros. Apesar de existirem divergências e rivalidades internas, pode-se perceber que os principais elementos de homogeneidade dentro da comunidade local se estabelecem justamente pelas formas de percepção ambiental ou pelas formas de relacionamento comuns entre sociedade e natureza.

Desta forma, pretende-se destacar a influência de dois elementos espaciais fundamentais para a construção do modo de vida local: o mar e a floresta.

O Mar

-- A pesca está caindo, não dá para matar mais nada. (Seu Lorival, 67)

-- O peixe está sumindo porque tem muita gente pescando. (Seu Miguel, 70)

-- Antigamente íamos de canoa para Paraty, levava mais de seis horas. (Seu Zé, 83 anos)

Brandão (1999) destaca que os antigos habitantes de áreas rurais desenvolvem uma ética própria de relacionamento com a natureza em suas relações cotidianas. Em Pouso existe um complexo código de relacionamento entre seus habitantes e o mar, que pode ser exemplificado de diversas formas.

Uma das cenas mais comuns na praia do Pouso é a do caiçara parado por longos períodos observando o mar; por vezes parece estar ali, no horizonte marítimo, as respostas para suas dúvidas e aflições. Grande parte de suas atividades depende das condições do tempo. Neste sentido, observar o mar se transforma em algo fundamental, já que nas formas do mar consegue-se observar diversos sinais de mudança no tempo. Além disso, é através do mar que as pessoas e os produtos chegam e vão.

Os moradores do morro, que ficam mais distantes praia, destacam a vista privilegiada da praia como uma vantagem. A praia é a principal área de sociabilidade da localidade; portanto, habitar as áreas mais próximas à praia significa, a princípio, estar mais próximo do cotidiano local. Porém, os moradores das encostas ressaltam a vantagem de ter uma visão mais panorâmica do mar e da praia e ainda podem ter mais tranquilidade por estarem longe do “agito” da praia.

O mar revolto tem para os nativos um significado mais complexo e subjetivo do que para os de fora. Durante a navegação os pescadores não gostam que se fale sobre ventos fortes ou ondas grandes “–pode atrair coisas ruins...” Em Pouso, quando o mar

está *virado* (ventando sudoeste forte) torna-se mais difícil a navegação até Paraty e, mais ainda, a chegada de Paraty. Mesmo o vento de bom tempo, o leste, quando está muito forte pode complicar bastante a chegada em Pouso. O mar revolto pode atrapalhar muito as coisas para os nativos, incentivando a idéia de que a natureza é sagrada, controlada por mecanismos divinos e, portanto, deve ser ainda mais respeitada.

O respeito pelo mar como uma entidade divina é ainda maior devido à experiência que os moradores têm em seu trabalho, a pesca. Quase todos têm histórias para contar sobre dificuldades que enfrentaram no mar, bem como sobre coisas boas que o mar já fez. Basta pensar que a principal fonte de alimentos e renda para a comunidade é o mar. Portanto o sucesso ou o fracasso das famílias depende da *ajuda* do mar. Para eles, o mar não pode ser profanado “–se não, ele pode se vingar”.

Atualmente, os pescadores mais bem sucedidos da localidade são os que trabalham para os grandes barcos de fora da região. Estes têm carteira assinada e ganham salários maiores do que os que trabalham em barcos menores. É unanimidade, na opinião dos mais velhos, que houve uma redução no número de peixes na região devido ao aumento do número de barcos pescando com equipamentos cada vez mais avançados. Mesmo assim, a maioria dos jovens ainda almeja ser pescador no futuro; a admiração por esta profissão é muito grande na localidade.

O barco é o veículo que controla os vínculos com o exterior, criando uma relação de tempo que é compartilhada por todos. A maior parte das viagens é feita em traineiras. O tempo de duração até Paraty gira em torno de duas horas. Atualmente, alguns moradores têm pequenas lanchas que conseguem fazer este percurso em cerca de uma hora. Todos os moradores são obrigados a aceitar este tempo e aprendem a ter paciência nas suas relações com o exterior. Ao longe pode se observar um barco chegando; uma traineira aparece na Ponta do Cairuçu e demora cerca de quarenta e cinco minutos para chegar na praia. Avistar um barco ao longe pode significar muito para os que estão esperando alguma encomenda ou alguma visita de Paraty.

Num paralelo com a situação de Pouso, é interessante destacar que a percepção de tempo imposta pela velocidade e dependência das embarcações, e mesmo pelas condições do tempo climático, ainda é muito semelhante a de quando os barcos a motor passaram a se tornar parte de seu cotidiano –cerca de cinqüenta anos atrás. Hoje, o tempo necessário para ir e vir ou para dar e receber algo de fora da localidade ainda é muito semelhante ao de tempos remotos. Também é importante ressaltar que a maior

velocidade dos barcos depende de investimentos que grande parte da população local está longe de ter condições de fazer.

A Floresta e a roça

- “Hoje se trabalha menos na roça e mais na pesca, antigamente não.” (seu Miguel, 70)
- “Hoje ainda pode tirar uma árvore, mas tem que pedir autorização.” (seu Piá, 64)
- “Sem facão eu não entro de noite no mato.” (seu Zaquel, 42)

Uma das características marcantes da comunidade caiçara de Pouso da Cajaíba é seu inter-relacionamento com a mata. Durante anos, a floresta foi sendo reconhecida como uma fonte de alimentos e outros recursos para a subsistência da comunidade; cada árvore (arvoredo, como eles chamam) tem sua utilidade e diversos animais também já fizeram parte da dieta alimentar local. Alguns trabalhos já foram feitos sobre a relação entre os caiçaras e a floresta. Um trabalho que se destaca é a tese de doutorado de Rogério Ribeiro Oliveira (2001) no Departamento de Geografia da UFRJ -O rastro do homem na floresta-, que versa sobre a importância do manejo florestal caiçara para a sustentabilidade ecossistêmica e mesmo para o conhecimento sobre a utilização de algumas espécies da mata atlântica.

De certa maneira, pode-se observar que o mar é mais sagrado para os nativos do que a mata, como se a mata pudesse e devesse ser dominada pelo homem, com árvores virando canoas e bosques viram roçados, enquanto que o mar devesse ser contemplado e dele retirado o que ele próprio oferece. Talvez isso seja explicado pela dependência maior que os habitantes tem do mar em relação à floresta; ir ao mato coletar algo, caçar e fazer o roçado são atividades não tão nobres, feitas por necessidade ou por diversão, enquanto pescar é a principal atividade para o sustento familiar, aquela para qual os homens são treinados desde pequenos.

A mata é normalmente encarada como algo que tem que ser enfrentado e dominado, não sendo reconhecida com um ambiente de socialização. O hábito de caçar e ter passarinhos em gaiolas ainda é comum em Pouso, porém, atualmente os habitantes locais têm medo de falar sobre caça, pois o IEF e o IBAMA proibiram estas práticas.

Durante uma conversa com seu Piá (um senhor de sessenta e quatro anos que é reconhecido como o principal marceneiro da localidade), fui perguntado por que aquela

região era uma reserva. Respondi que quase todas as áreas de Mata Atlântica já haviam sido devastadas e que aquela era uma das poucas que ainda tinha algo a ser preservado. Ele perguntou o que eles (moradores locais) ganhariam com isso. Eu disse que o manejo seria bom para eles aprenderem a retirar melhor os produtos da floresta. Ele disse que já manejava a área há muito tempo e que aprendeu com seu pai, só que agora era obrigado a pedir autorização para fazer coisas que sempre tinha feito e que isso o atrapalhava muito. Disse também que não tinha culpa se os outros haviam destruído as florestas longe dali, pois eles (os caiçaras) souberam preservar as suas matas. Isso mostra que, não só parte dos moradores locais possui uma percepção sobre o que é uma reserva, como também existem interesses por parte dos moradores locais em reconhecer melhor os possíveis benefícios que poderiam ter por morarem numa reserva.

Perguntando sobre o IBAMA e o IEF para a população local, ouvi diferentes opiniões, tais como: “--é bom, porque preserva mais a natureza; --está ouvindo o barulho do rio? Ele só existe porque as matas cresceram de novo; este rio tinha quase sumido; --o IBAMA quase nunca vem aqui, os ricos vem aqui e constroem suas casas, mas a nós eles vêm querer impedir...” Tentando cruzar as opiniões, observa-se que as instituições florestais têm realmente grande presença no imaginário local, porém sua autoridade está desmoralizada por conta de alguns casos, como por exemplo a construção de uma casa na ponta esquerda da praia que o IEF embargou diversas vezes; só que a casa acabou sendo construída da mesma forma. Este caso ganhou notoriedade, pois os moradores dizem que o dono da casa é um político importante.

Por outro lado, os moradores conseguem perceber com bons olhos o IBAMA como um símbolo da preservação ambiental e controle sobre a entrada de estranhos na localidade. A localidade apresenta um manejo florestal bastante conservacionista (desde antes da criação da reserva) que foi reconhecidamente valorizado pelas instituições responsáveis pela criação da reserva em 1992. Pode-se dizer que alguns moradores, que pretendem continuar a viver em Pouso, percebem o IBAMA e o IEF como instituições que podem ajudar a proteger os moradores originais da localidade, mas a maior parte dos nativos reclamam das suas formas de atuação. Por exemplo, o IBAMA impôs regras limitantes às formas tradicionais locais de agricultura, principalmente quanto à prática da queimada e a abertura de novos roçados.

Observando a paisagem de Pouso, destacam-se muitas capoeiras (áreas onde a cobertura florestal está em recuperação) que evidenciam a maior presença de roçados em tempos passados. Alguns poucos habitantes de pouso ainda se dedicam à agricultura.

Muitos jovens disseram que plantar dá muito trabalho e que acaba sendo mais barato e fácil fazer compras em Paraty. Já os moradores que ainda se dedicam à atividade agrícola destacaram a preguiça dos mais jovens como uma das principais causas para a decadência da agricultura. As principais dificuldades encontradas estão no combate às formigas. Nenhum entrevistado se disse impedido de plantar pelas instituições de fiscalização, mas alguns mencionaram que as limitações impostas dificultam a atividade.

É fato que houve uma forte redução nas lavouras em relação a outros tempos, mas a atividade ainda é presente em várias partes de Pouso da Cajuíba. Mesmo que esta atividade não seja mais fundamental para a subsistência local, muitos ainda têm casa de farinha e se orgulham de dizer que ainda plantam boa parte do seu sustento. Alguns dos mais velhos relataram a preocupação em manter algumas áreas desmatadas para a lavoura devido ao medo da mata se recuperar e o IEF proibir que a área seja desmatada posteriormente para a agricultura.

Foi interessante observar que durante a noite a mata ganha um caráter muito mais mágico e o respeito aumenta substancialmente. Dificilmente os moradores locais fazem qualquer coisa à noite na mata. Em diversas situações, habitantes locais de diferentes idades demonstraram preferir desenvolver durante o dia qualquer atividade que envolva caminhar em trilhas ou entrar na mata. Durante a noite buscam os espaços totalmente socializados. Já as relações com o mar acontecem mesmo com a escuridão; os pescadores se sentem mais seguros no mar durante a noite do que na floresta.

3.5 – Particularidades sociais em Pouso da Cajaíba

De acordo com Woortmann (1990), a campesinidade seria uma ordem moral onde as relações sociais aconteceriam baseadas em princípios de reciprocidade (vinculados a valores familiares e de honra individual) e não em valores mercadológicos. Para ele, diversos grupos rurais teriam esta campesinidade em maior ou menor grau e muitos estariam atravessando um processo de transformação que poderia levar à perda deste conjunto de valores morais. “Passa-se de uma ordem de primazia da lei dos homens para a primazia da lei das coisas, de um universo relacional para um universo atomizado; da sociedade para a economia.”Woortmann (1990,p.16)

Pouso é um típica área rural com um alto grau de campesinidade; a simplicidade de sua infra-estrutura e a precariedade no acesso a serviços já justificariam isso. Mas a origem familiar comum e o fato de terem tido uma sustentabilidade alimentar independente dos interesses mercadológicos durante anos, justificam ainda mais esta condição. Portanto, veremos como diversas relações sociais em Pouso se constroem a partir de princípios de reciprocidade, dádiva e contradádiva.

Segundo Baley (1971), a comunidade se forma diante de padrões de conduta em torno de laços morais comuns, estabelecendo uma “comunidade moral”, com limites e códigos claros para as relações entre seus membros. Em Pouso, a existência de uma “pequena política” é facilmente perceptível em diversas situações. Os mestres dos barcos dão carona para os moradores locais, o que é reconhecido como correto pela comunidade, já que negar carona para os nativos é algo que aparentemente cria antipatia imediata. Quando alguma pessoa está doente ou se machuca, mais uma vez se cria a necessidade do transporte; com isto, os donos dos barcos ganham um status maior e desfrutam de um grande prestígio dentro da comunidade. Porém, como não existe um sistema regular de transporte, os donos de barco acabam por absorver uma grande responsabilidade, estimulando ainda mais essa pequena política. Nem sempre os donos de barco podem ou querem dar carona. Quem conhece os códigos morais da comunidade sabe reconhecer quando se deve ou não pedir carona; quem é de fora não entende exatamente quando pode pedir carona. Por vezes é fácil pegar uma carona sem pagar nada, mesmo para quem é de fora. Por vezes não se consegue condução nem pagando. Até entre os nativos é comum ficar dias querendo ir para Paraty esperando por uma carona.

A troca de peixes entre familiares e vizinhos é usual. Quando um filho volta da embarcação em que estava trabalhando, é muito comum que ele traga peixes para sua família. Nos momentos em que está difícil conseguir pesca na praia, os familiares já ficam contando com a ajuda dos parentes embarcados, principalmente nas relações entre pais e filhos. Os habitantes com menos recursos dependem muito da pesca local.

Um dos momentos de maior integração em torno da atividade pesqueira se estabelece na hora de preparar, colocar e recolher a rede de pesca artesanal -o cerco. Existem diversos cercos próximos à praia de Pouso, inclusive alguns foram financiados por pessoas de fora da comunidade. Apesar do cerco estimular algumas atividades comunitárias ele tem dono e este é o responsável por dividir o pescado. Preparar a rede é um evento que normalmente envolve mais de uma família nuclear; velhos, adultos e crianças que estiverem disponíveis, na hora juntam-se para realizar tais tarefas em forma de mutirão. Posteriormente o peixe é dividido entre as pessoas envolvidas nas tarefas com o cerco.

Os produtos comercializados internamente na localidade têm preços diferentes para os moradores locais e os de fora. Principalmente o peixe; os valores da comercialização de peixe internamente são muito flexíveis, carregados de subjetividade.

De uma maneira geral, as atividades realizadas na praia em relação ao mar são feitas de forma cooperativada; recolher a canoa e ajudar a desembarcar os produtos das embarcações são típicas atividades realizadas coletivamente pelos que estão na praia. Ajudar a desembarcar produtos na praia é uma atividade realizada por quem estiver por perto, independentemente de haver relações próximas de parentesco.

A construção da reputação é algo importante para os habitantes locais. Aqueles que sempre ajudam nas atividades da praia e respeitam as decisões dos idosos são bem vistos pela comunidade, enquanto aqueles que pouco cooperam na praia e não respeitam os padrões de conduta moral da comunidade perdem a simpatia da maior parte dos nativos. Fica evidente que os códigos de conduta contribuem para o estabelecimento de posições sociais dentro de uma lógica estabelecida internamente na comunidade. Mesmo o comportamento dos não nativos na praia é muito observado pela comunidade; quem participa das atividades comunitárias é reconhecido e prestigiado pelos moradores locais.

Baley (1971) aponta a existência de relações sociais em diferentes planos de integração, como as relações de parentesco, de vizinhança, política e amizade. Na comunidade de Pouso isto é notável. Quase todos são parentes; direta ou indiretamente

existem complexas relações de parentesco em torno de algumas linhagens principais e os casamentos entre primos são muito comuns. As relações de vizinhança também se destacam; algumas áreas apresentam casas muito próximas umas às outras, o que estabelece fortes vínculos, principalmente entre as mulheres e os idosos, já que estes passam mais tempo em casa. O cuidado com as crianças, bem como o manejo das roças, em muitos casos são compartilhados por relações de vizinhança. Já as relações de amizade e inimizade entre os homens também podem se construir em outros ambientes, tais como embarcações, a praia e o bar.

É evidente na comunidade o papel de liderança que os mais velhos possuem, por trazerem em si a história da comunidade e, principalmente, da família. O fato dos mais velhos serem normalmente os donos dos terrenos aumenta seu poder de influência, mas também fica claro que esta influência ocorre como uma forma de respeito à tradição e ao passado. As famílias centrais normalmente são grandes: muitos irmãos e primos; com isto, os mais velhos são símbolos de seu grupo familiar.

Uma característica marcante da paisagem em Pouso da Cajaíba, que demonstra um grande respeito mútuo entre os moradores locais, é a ausência de cercas entre as casas e a existência de trilhas abertas que tornam livre a circulação por toda a comunidade. Na literatura, esta característica é considerada comum na paisagem caicara. Apesar de quase todos os moradores terem documentos de posse de suas casas e terrenos, as únicas casas em que foram observadas cercas foram as de gente de fora. Nem as plantações apresentam cercas, mesmo as mais distantes da praia.

Para Thompson (1998), as comunidades apresentam um conjunto de regras e valores particulares que acabam por construir leis locais de comportamento, tendo clara noção de pertencimento às regras de controle social que podem se estabelecer dentro da própria comunidade. Isto acontece claramente em Pouso. Fui informado a respeito de uma mulher que teve relações extra-conjugais e isto se tornou de conhecimento público. Nitidamente esta mulher passou a ser estigmatizada pela comunidade e raramente ela sai de casa para ir à praia; até à igreja ela deixou de ir. Este tipo de estigmatização também é comum em relação aos moradores que se envolvem em bebedeiras e brigas. Mais uma vez, volta-se à idéia da reputação; os indivíduos que não possuem boa reputação sofrem diferentes formas de preconceito ou mesmo de punição dentro da comunidade, não conseguindo comprar fiado na venda ou mesmo sendo excluídos de alguns ambientes.

Algumas brigas violentas ocorridas entre moradores locais, que poderiam ter terminado na delegacia de Paraty, são normalmente resolvidas (mal ou bem)

internamente, evitando-se assim a necessidade de utilizar as leis oficiais. Isto estimula formas de alianças e conflitos internos que serão melhor abordados mais à frente neste trabalho.

A divisão de atividades entre homens e mulheres é evidente. É nítida para qualquer visitante que se demora um pouco mais na localidade, a ausência das mulheres nas paisagens mais socializadas, como a praia e os bares; a presença dos homens é muito mais intensa nestes ambientes, enquanto as mulheres vão sendo notadas na medida em que se caminha pelas trilhas, observando os quintais das casas. A presença feminina está ligada aos ambientes domésticos, geralmente associados às crianças pequenas; de uma maneira geral, as mulheres cuidam das casas e das crianças. Quando a ausência dos maridos é longa (os homens podem ficar meses trabalhando com a pesca sem voltar para casa¹⁴), as mulheres também cuidam da roça. Cabem aos homens as principais atividades para o sustento da família: a pesca e o extrativismo. Os homens fazem as relações com o mar e a floresta e ainda controlam as relações econômicas, fazendo as compras em Paraty. Desde cedo, os meninos aprendem a nadar e a navegar

as de trabalho

em coo

Buscando compreender as possíveis manifestações de uma campesinidade em Pouso da Cajaíba, identifica-se o que se poderia chamar de espaço da campesinidade. Os lugares onde persistem relações sociais fora de uma lógica estritamente economicista apresentam características comuns. Para Woortmann (1990), esta relação pode ser com áreas rurais; porém, seriam as condições sociais de cada área rural que gerariam uma maior ou menor campesinidade. Não existe discordância quanto a isso, mas apenas um destaque de que certas características espaciais são fundamentais para a existência desta campesinidade. A menor integração espacial por meio de redes técnico-científicas é um dos elementos chave para a resistência de padrões de campesinidade; outro seria a maior dependência entre os habitantes e seu meio ambiente, como também ocorre em Pouso. Como a cultura e o espaço são dinâmicos e se formam de maneira complementar com influências mútuas não se pode menosprezar os sistemas de objetos (de certo modo a paisagem) de uma localidade em seu conjunto de relações sociais.

3.6 – Formas de sociabilidade da Localidade: solidariedades e divergências

De acordo com Marc Auge “o dispositivo espacial é, ao mesmo tempo, o que exprime a identidade do grupo (as origens do grupo são, muitas vezes, diversas, mas é a identidade do lugar que o funda, congrega e une) e o que o grupo deve defender contra as ameaças externas e internas para que a linguagem de identidade conserve um sentido” (Auge, 1994, p.45). A sazonalidade das atividades pesqueiras serve para aumentar ainda mais a saudade e a identificação dos caiçaras com suas comunidades e seus territórios.

O fato de Pouso da Cajaíba ser uma localidade de difícil acesso contribui para tornar ainda mais particular e intensa a interação da comunidade com sua paisagem e território. O tipo de relacionamento com o mar e a floresta que se desenvolve em Pouso estimula a cooperação entre seus habitantes. Por outro lado, as formas particulares de relacionamento social da localidade contribuem para caracterização espacial do lugar. Como citado anteriormente, segundo Auge (1994, p.51) “Reservamos o termo *lugar antropológico* àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela destina um lugar. (...) o lugar antropológico é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa”. Dentre as comunidades que existem na região, ocorre uma grande identificação de cada uma com sua praia; quando se encontra um caiçara de fora da sua localidade, sua identificação passa sempre pela sua praia de origem.

Dentro da localidade de Pouso podem ser identificadas diferentes formas de territorialização, que apresentam significados construídos coletivamente. A praia é o principal exemplo disto, todos a reconhecem como um espaço coletivo que pode ser utilizado tanto para atividades de lazer, quanto de trabalho.

Apesar da aparente harmonia em torno do compartilhamento do espaço local e da forte identificação dos grupos sociais com suas praias (seus territórios), é notória a existência de inúmeros pequenos conflitos entre os habitantes locais, inclusive como uma característica de suas formas de organização interna. A compreensão deste fato não foi inicialmente um dos objetivos centrais deste trabalho, mas o decorrer da pesquisa acabou gerando a necessidade de investigar um pouco melhor esta questão, mesmo que

sem um grande aprofundamento (devido principalmente às dificuldades de se realizar este tipo de pesquisa num curto espaço de tempo).

Muitos destacaram a tranquilidade como o principal elemento da qualidade de vida local (Zorro: “o melhor de viver em Pouso é a tranqüilidade”; Velho: “morar aqui é tranqüilo, não tem as confusões da cidade grande”). Numa comparação com Paraty e com o que escutam falar sobre outras grandes cidades, muitos dizem que mesmo diante de diversos problemas a convivência tranqüila em Pouso cria um clima ideal para se viver. Quando nos apresentamos como moradores do Rio de Janeiro, os habitantes locais quase sempre mencionam a onda de violência carioca. Para um turista de final de semana isto parece ser mesmo verdade, mas com um tempo maior de convivência, as divergências cotidianas e mesmo formas de conflitos familiares entre os habitantes locais se tornam perceptíveis.

Depois de alguns dias de conversas junto aos moradores locais, principalmente em conversas informais, ouvi depoimentos revelando que a convivência entre os nativos não é tão pacífica e tranqüila quanto aparenta. Foram relatadas histórias de brigas sérias, conflitos entre jovens que permanecem durante a idade adulta e até casos de assassinatos recentes, aparentemente de pessoas da localidade realizados por pessoas da localidade. Pelo que disseram, motivos aparentemente insignificantes (durante o trabalho, a travessia de barco até Paraty, ou mesmo por questões morais entre famílias) poderiam gerar discussões e brigas sérias. Mesmo que estas desavenças ficassem anos esquecidas, poderiam voltar à tona e gerar conflitos sérios, que seriam a razão de alguns rompimentos entre famílias locais. Foi interessante perceber que diversas formas de conflito e divergências internas ocorrem independentemente dos elementos externos. Antes do aumento do turismo ou do crescimento dos interesses especulativos sobre Pouso, a localidade apresentava algumas formas de controle social aparentemente violentas (para observadores externos). Porém, pode-se também constatar que o aumento da influência externa tem gerado novas formas de conflito e até estimulado rivalidades antigas. Sem abandonar o reconhecimento sobre a existência de conflitos há muito tempo na localidade, este trabalho procurou demonstrar mais o surgimento de conflitos proporcionados pela intensificação das transformações sócio-espaciais que vêm se processando num período mais recente.

A bebida é um elemento central na convivência cotidiana e nos processos de surgimento e resolução dos conflitos. O álcool aparece como um elemento importante na construção da reputação entre os homens; seu consumo é tolerado e faz parte do dia a dia local, porém os moradores que são conhecidos por andarem bêbados são estigmatizados pela comunidade e passam a perder prestígio com isto.

Um dos maiores problemas observados em Pouso da Cajaíba é a violência entre os homens quando estão bêbados, com casos de brigas que resultaram em ferimentos graves e que geraram revanches, estabelecendo um clima de intranquilidade entre alguns nativos. Isto se liga ao fato de grande parte das diferenças e problemas entre os moradores locais, surgidos durante o trabalho ou mesmo num futebol, não serem resolvidos na hora em que acontecem. Em vez disto, acabam reaparecendo na hora da bebedeira. A sazonalidade do trabalho pesqueiro e o baixo nível de escolaridade dos habitantes locais¹⁵ parecem contribuir para este problema, mas os efeitos do álcool não devem ser desconsiderados.

Uma outra questão importante é que o incremento da atividade turística tem provocado um aumento no consumo de drogas. Paraty é um centro portuário e turístico onde é fácil comprar drogas e cada vez mais os moradores locais, principalmente os mais jovens, se envolvem com este hábito. O surgimento de divergências relacionadas a esta situação é evidente. Alguns moradores, principalmente aqueles ligados à igreja, manifestaram forte preocupação com esta situação. Diversos entrevistados destacaram que o turismo trouxe uma intranquilidade para Pouso, já que surgiram novos hábitos entre os moradores locais que se chocam com antigos valores. Alguns moradores chegaram a dar depoimentos dizendo que o furto tem aumentado como resultado do crescente consumo de drogas.

Apesar da realidade de Pouso da Cajaíba não apresentar nenhum tipo de diferenciação e preconceito entre um grupo de moradores que tenha se estabelecido antes na região, e se sinta no direito de ter um comportamento diferenciado quanto a um conjunto de moradores que tenha se mudado posteriormente para a área, como apresentado no livro *Estabelecidos e Outsiders* de Norbert Elias (1976). Pode-se utilizar este livro para se pensar a comunidade de Pouso da Cajaíba em dois sentidos principais.

¹⁵ Na localidade de Pouso das Cajaíbas o ensino se estende só até a quarta série, depois disto somente em Parati. Entre os idosos os índices de analfabetismo são altíssimos, entre os adultos e jovens o mais comum é que só tenham até a quarta série completa.

No primeiro, pode-se buscar observar os estigmas que o convívio em Pouso da Cajaíba estabelece para parte de sua população, já que os moradores locais estabeleceram configurações de comportamento que se reproduzem nas formas como os pescadores e suas mulheres se relacionam dentro de comunidade e mesmo fora dela, estigmatizando aqueles que fogem destes padrões. Qualquer visitante externo é facilmente identificado como tal e aqueles que vem de outras comunidades para morar em Pouso, normalmente casando com alguém da comunidade, apresentam dificuldades de adaptação.

Pode-se notar também alguns padrões de diferenciação sócio-espaciais que, para alguns, configuram formas de estigmatização. Os moradores do morro reclamam de não receber benefícios como os moradores da praia. Quando perguntados, alguns moradores do morro apontaram formas de discriminação, dizendo que os moradores da praia sempre recebem a “ajuda” do governo na frente deles; já quando perguntados os moradores da praia, em sua maior parte, dizem não haver diferenciação alguma entre eles e os moradores do morro.

O segundo sentido refere-se à questão da fofoca que Elias (1976) coloca como central para que o grupo original consiga se manter num status superior estigmatizando o outro grupo. Em Pouso, a fofoca é um importante elemento de controle social; as mulheres trocam informações fundamentais e assim passam a influenciar nas decisões de seus maridos. As mulheres aparentemente não participam dos ambientes de socialização tanto quanto os homens, mas percebe-se que decisões marcantes são tomadas por elas, já que a estrutura de família nuclear (pai, mãe e filhos) é central dentro da localidade.

Os pequenos conflitos que mais se destacaram entre os moradores locais se relacionavam a problemas de convivência comunitária. Durante as entrevistas feitas na comunidade, as reclamações normalmente tinham uma entonação de fofoca. Por exemplo: - - “quando falta água, ninguém pode ir arrumar o cano; esse pessoal da associação que deveria ir...”; -- “tem gente que aluga a casa para os turistas e depois não quer levar o seu lixo...”; “fulano, para não dar carona, diz que vai sair às sete horas, mas na verdade sai às seis...”. Nota-se que algumas formas de cobrança sobre comportamentos e ações comunitárias se desenvolvem pela fofoca.

Como já foi dito, a crescente influência externa tem provocado o surgimento de algumas formas de conflito. Mesmo a chegada de alguns benefícios para a localidade, como a instalação de uma rede coletiva de água e a colocação de postes de luz geraram

novas formas de conflitos. Porém, a construção de casas para serem alugadas aos turistas é, provavelmente, o principal foco de conflito motivado por elementos externos – estes conflitos só não são maiores porque a construção civil é reconhecida pela localidade como uma fonte de renda fundamental (este assunto será melhor abordado mais adiante).

As casas caiçaras costumam ficar distantes umas das outras. Porém, a construção de novas edificações para serem alugadas no verão passou a alterar esse hábito tradicional. Presenciei a construção de uma casa que acabou gerando um conflito sério entre parentes próximos que têm terrenos vizinhos; uma casa ficou muito colada à outra. O caiçara que construiu sua casa primeiro ficou indignado com o tamanho da casa que seu vizinho construiu e afirmou que ele não respeitou os limites do terreno. Sendo parentes os dois caiçaras envolvidos, este conflito ganhou proporções ainda maiores, envolvendo então a família.

A questão religiosa é um elemento interessante a ser observado na localidade. Durante anos, o catolicismo predominou e as principais crenças e festas estiveram muito relacionadas à esta religião. Atualmente o protestantismo está entrando com força; os crentes já possuem sua igreja e o pastor passa a representar um papel central na comunidade. Na beira da praia existe uma antiga igreja católica que só tem cultos em dias de festa e raramente conta com a presença de padres, enquanto que na parte baixa da encosta uma pequena igreja protestante tem culto todos os dias. Até mesmo a festa de São Sebastião (padroeiro de Pouso) não tem acontecido com a frequência anual de antes. A presença do pastor na comunidade como um morador cria uma nova liderança, não só como conselheiro dos moradores, mas também como alguém que pode ajudar quando necessário, emprestando algum dinheiro ou comprando remédios para quem precisa “–você não tem dinheiro para comprar remédio..., já pediu para o pastor?”. O pastor é um pescador que nasceu numa praia vizinha, Ponta Negra. Sua liderança tem aumentado muito em Pouso, numa das visitas de campo observei que um culto na Figueira (uma espécie de praça central) mobilizou a participação de grande parte da comunidade local, sendo o maior exemplo de socialização que presenciei na localidade.

Outra questão que mereceria ser melhor investigada são as possíveis diferenças de comportamento entre protestantes e católicos. Aparentemente, os crentes são mais preocupados em juntar dinheiro, dedicam-se mais ao trabalho e bebem menos do que os católicos. Muitos jovens reclamam que já era difícil arrumar uma namorada em Pouso

antes e agora que quase todas as meninas são crentes, ficou ainda mais difícil. De fato, a expansão da igreja protestante criou novos padrões de convivência local e de certa forma acabou propiciando o surgimento de insatisfações.

3.7 Formas de Organização Interna e Pressões Externas

Uma das questões que se desenvolveu ao longo da pesquisa foi a de conferir se às alterações que vêm se dando na localidade, devido ao aumento das pressões externas, têm ou não gerado, como consequência, uma melhoria nas formas de organização interna. A partir das análises que serão desenvolvidas nesta e na próxima parte deste capítulo se perceberá que, independente da maior ou menor organização interna, estas formas de organização estão sendo, cada vez mais, influenciadas pela chegada de novos mediadores¹⁶ entre as relações dos agentes internos e externos.

A comunidade não apresenta um histórico de organização política. A associação de moradores é muito recente, tendo sido fundada em 1999 e registrada definitivamente só em 2002, quando houve a chegada das placas solares (um pequeno comentário sobre o processo de criação da associação será feito na próxima parte do trabalho). Não existe uma associação local de pescadores atuante. A maior parte dos entrevistados, ao ser indagada, mencionou a associação como uma coisa boa; porém sempre apresentava alguma ressalva e acabava criticando algo como “– as reuniões acontecem, mas as pessoas continuam a fazer as coisas do jeito que querem, por que eu vou mudar?”. Alguns dos mais velhos chegaram a perguntar ironicamente se existia mesmo tal associação. A impressão que o questionamento sobre a associação causou foi de que esta ainda está num processo embrionário; alguns habitantes locais davam maior valor à sua existência do que outros. Porém, quase todas as pessoas indagadas mencionaram a grande importância de ter uma associação forte.

¹⁶ A pesquisa de campo apontou a emergência de novos mediadores nestas relações, já que diversos grupos locais estão sendo influenciados por novos agentes que são capazes de afetar as formas locais de organização política e de ações junto as instituições públicas. Em relação a isto pode-se considerar a atuação dos seguintes possíveis agentes (alguns serão melhor apresentados ao longo do texto): um grupo de estudantes universitários que se propõe a realizar palestras e ações para o melhor desenvolvimento local; um grupo político ligado aos governos estaduais ou municipais, ou ainda, a um determinado partido político, que estejam buscando se relacionar com a localidade por razões diversas. Isto sem mencionar a atuação de novas ONGs. Este assunto será melhor abordado no capítulo 4.

Apesar da associação ainda não ter grande influência sobre os moradores locais, isto parece estar mudando, talvez mais por pressão externa do que por processos endógenos. Recentemente se intensificaram os interesses externos sobre a localidade, forçando uma maior organização interna. O governo estadual¹⁷ inaugurou em 2003 pequenas células de captação de luz solar com baterias nas casas, além de colocar postes de iluminação que funcionam à noite até as 24 horas e um refrigerador para guardar pescado. Para receber estes benefícios, a localidade teve que oficializar uma associação; além disso, os moradores tiveram que delimitar as áreas onde se colocariam os postes de luz e as casas que receberiam as células.

Durante este processo, inúmeras reuniões foram feitas com os moradores locais e por mais que muitos tenham reclamado da realização de “reuniões chatas e inúteis”, a comunidade passou a desenvolver o hábito de ser reunir ocasionalmente, nem que isto ocorra apenas para garantir a chegada de algum novo benefício. Alguns disseram: “--reunião eu só vou quando é para ter algum benefício; ficar lá ouvindo os outros falar eu não vou”. Atualmente, quando se fala em reunião, já existe a noção do significado e importância desta ação. Em parte isto é fruto de pressões externas. O modelo do chamado *desenvolvimento local* passa pela existência da representatividade local, o que estimula a organização local, mas como veremos mais adiante nem sempre esta representatividade se desenvolve a partir de reuniões orientadas por grupos externos, ou mesmo pela simples criação de uma associação de moradores.

Conversando com algumas donas de casas na praia do Pouso, ouvi reclamações de que elas haviam sido deixadas de lado e que não receberam placas solares. Inclusive as reclamações mais graves que ouvi sobre a associação de moradores partiram destas duas senhoras, principalmente em relação aos agentes da prefeitura que mediarão este processo e aos membros da associação de moradores. Depois descobri que estas senhoras nasceram em Pouso, mas moravam com os filhos em Paraty, e na época da inscrição para receber as placas elas estavam fora e, portanto, não participaram do processo. É interessante observar que morando o tempo todo em Pouso ou não, estas senhoras fazem parte da localidade, porém sua ausência num momento decisivo deixou suas casas sem o benefício. São exemplos que mostraram aos moradores a importância de participar das formas de organização interna.

¹⁷ As células solares foram financiadas pela empresa El Passo e foram instaladas pela empresa ATECH, mediadas por agentes do governo estadual e municipal.

Por parte dos membros da associação de moradores, ouvi freqüentes reclamações de que os habitantes locais passaram a achar que a associação deveria ficar responsável por todos os problemas cotidianos da comunidade: “ -- Quando entope o cano de abastecimento de água da comunidade, todos ficam esperando que eu vá lá; se eu não for, ninguém vai; a praia pode ficar dias sem água que ninguém se mobiliza...”. Desta forma, percebe-se que o estabelecimento dos deveres da associação ainda está em processo.

Além da luz solar, um outro exemplo de pressão externa para a melhor organização interna foi a coleta de lixo. Durante anos parte do lixo era queimado e o lixo orgânico era reciclado (transformado em matéria orgânica para o solo), sem que os moradores tivessem a compreensão sobre reciclagem e educação ambiental criadas no meio urbano. Para os moradores de Pouso, jogar restos de comida no mato, mesmo que perto de casa, é algo muito comum “--jogue isto aí mesmo que os bichos vão comer...” Percebe-se que o lixo pode fazer parte do mato (da floresta) para os nativos, de certa forma por sua capacidade de limpar a sujeira produzida em casa, mas também por que o mato é uma espécie de sujeira, de ambiente não social.

A prefeitura de Paraty, em parceria com a ONG SOS Mata Atlântica, estabeleceu um sistema de coleta. No final dos anos 90, o fluxo turístico havia se intensificado muito em Pouso. Em diversas visitas à região, antes mesmo de iniciar o trabalho de pesquisa, ouvi relatos de turistas mencionando que os moradores de Pouso eram muitos despreocupados com a sujeira e que a situação como lixo era tratado gerava uma imundice. De fato, o lixo ficava exposto; por vezes passavam-se semanas até que alguém desse um jeito, normalmente queimando tudo o que lá estava. Isto era comum em toda a região da reserva e o projeto desenvolvido pela SOS Mata Atlântica para coleta de lixo visou abranger toda a área.

O sistema foi implantado a partir de reuniões que tentaram passar a importância da coleta de lixo para a localidade. No início, um pescador local levava de traineira a maior parte do lixo produzido. Porém, além de nem toda a comunidade participar (alguns por não compreenderem exatamente a importância da coleta), este processo acabou gerando desacordos entre os moradores. Primeiro, porque o morador responsável por levar o lixo para Paraty deixou de receber por isso. Em seguida ficou estabelecido que cada um deveria levar o seu próprio lixo. Com isto o conflito acabou aumentando, pois o lixo dos turistas passou a ser um problema. Nem todos os moradores assumiam a responsabilidade sobre o lixo produzido pelos turistas que

estavam em suas casas, e o maior problema com o lixo ocorre justamente nos períodos de aumento nas atividades turísticas. Sem mencionar que os moradores sem barco dependem do favor de alguém com barco para levar seu lixo até Paraty. Apesar destes problemas, as reuniões tiveram resultados práticos, pois a comunidade passou a se preocupar muito mais com o destino de seu lixo em comparação ao período anterior, e sem dúvida a paisagem de Pouso está bem mais limpa.

As noções de educação ambiental, que parecem óbvias nos centros urbanos, não são facilmente compreensíveis para os nativos. Por exemplo, muitas casas ainda não têm banheiro e é um hábito comum em Pouso defecar no mato. Diversos moradores não consideram isto um problema. Conversando com alguns nativos com casas sem banheiro, percebe-se que o banheiro não é a grande prioridade para eles; caso tivessem dinheiro, fariam outras coisas antes de construir um banheiro. Apesar das dificuldades que a comunidade local tem em compreender certos padrões de higiene básicos e garantidos constitucionalmente para qualquer cidadão, o aumento do turismo impõe determinados padrões: poucos querem alugar uma casa sem banheiro, ou mesmo sem a garantia de que seu lixo vai ser devidamente coletado e armazenado.

A questão do saneamento básico é uma das grandes preocupações do poder público em suas mais distintas escalas, além de ser uma das principais linhas de financiamento de ONGs internacionais e mesmo do BID (Banco Mundial). Porém, a compreensão por parte da comunidade local sobre sua importância nem sempre é muito clara. Em Pouso, as pressões externas têm obtido efeitos, mas a mudança de hábitos não depende só da ação do poder público, mas sim de uma tomada de consciência sobre a importância dessas mudanças, o que vêm ocorrendo lentamente e deve ser levada em conta nas próprias ações do poder público.

3.8 – A Localidade de Pouso da Cajaíba e as principais transformações sócio-espaciais

Apesar da forte interdependência que a localidade de Pouso da Cajaíba sempre apresentou em relação à cidade de Paraty e a outras comunidades caiçaras, é inegável que nos últimos anos as pressões externas e internas sobre o espaço e o modo de vida local vêm se intensificando muito. Independente da existência de formas de articulação local, ou mesmo de interesses coletivos por parte dos moradores de Pouso da Cajaíba,

diversas alterações vem se processando sobre a localidade. Existe uma grande complexidade de interesses que se mobilizam e interagem com a população local em maior ou menor grau, propiciando alterações na realidade sócio-espacial local. Aparentemente ressaltam-se interesses maiores sobre a paisagem e o espaço local do que sobre sua população. A criação das áreas de preservação impondo novas formas de relacionamento sócio-espaciais e mesmo a preocupação de ONGs e outras Instituições com a conservação ambiental são os interesses que se destacam; porém, uma análise mais detalhada mostra que diversos agentes externos podem intervir na região, inclusive com interesses contrários aos conservacionistas.

Independente de onde e de quem são os interesses, a expansão do meio técnico científico informacional em Pouso está se desenvolvendo num ritmo acelerado, estimulando ainda mais as transformações sócio-espaciais locais. O apelo para a criação de uma infra-estrutura mais complexa na região da reserva é enorme. Como pode um município como Paraty, que fica entre os dois maiores centros metropolitanos do país, não ter rede de energia e um sistema telefônico fixo individual à disposição de parte de sua população? Esta realidade foi objeto de reportagens de jornais escritos e televisivos mais de uma vez no ano de 2004, apresentando-a como algo que não deveria estar ocorrendo de forma alguma, um grande atraso.

O fato de Pouso da Cajuíba ser uma localidade distante (em relação às dificuldades de acesso) e próxima (em relação à visibilidade e distância espacial junto aos grandes centros urbanos brasileiros) torna a complexidade de interesses sobre a região ainda maior. Não se trata apenas de uma disputa em torno de interesses imobiliários, mas também de um exemplo de como diferentes agentes (a partir de diferentes escalas) podem atuar nas áreas de preservação ambiental.

Um dos principais fatores de resistência e manutenção de padrões particulares de conduta social dentro de Pouso da Cajuíba, diante dos processos de desterritorialização, é o fato das famílias locais serem donas de seus terrenos (com regularização). Além disto, existem itens nas leis municipal e federal que protegem a terra do caçara. Desta forma, os moradores locais ganham força como agentes do processo especulativo. Porém a oferta de capitais tem crescido muito nos últimos anos, e com isto parte dos moradores locais já não resiste e está se desfazendo de seu patrimônio.

Podem-se destacar alguns conjuntos de interesses com origem externa que estão interagindo com a comunidade local nos processos de transformação sócio-espaciais:

1- os interesses ligados à expansão do turismo, que mobilizam tanto agentes internos como externos;

2- os interesses ligados à preservação ambiental, que partem principalmente de agentes externos à localidade, mas têm grande reflexo em alguns agentes internos;

3- os interesses ligados à preservação da cultura local, que ainda apresentam origem externa, mas têm grande potencial de articulação interna;

4 - os interesses ligados à pesca;

5 - os interesses político-eleitorais (principalmente municipais, mas que também se manifestam em outras instâncias governamentais);

6 - os interesses de grandes empresas ligados aos princípios da razão social e da propaganda positiva que podem ser conseguidos ajudando uma pequena comunidade caiçara;

7-os interesses ligados à geração de contrapartida sócio-ambiental em que algumas empresas são obrigadas a investir por lei, com projetos de desenvolvimento local.

Um dos métodos utilizados para analisar os interesses externos sobre a localidade foi digitar Pouso da Cajaíba no site *Google* da Internet. O site encontrou mais de 195 páginas relacionadas na web. Observou-se que estas páginas destacavam as notícias sobre o turismo, os mutirões de coleta de lixo e a instalação de placas solares. Porém, o turismo é o tema com maior destaque. O fato de haver tantas referências na internet sobre uma localidade que não tem acesso a esta rede, mostra como os interesses sobre a localidade podem estar muito distantes de seu território e de sua realidade sócio-espacial.

O turismo apresenta diversas formas de influência; porém, é na complementação da renda dos habitantes locais que esta atividade vem crescendo em importância para a localidade.

Como o acesso a Pouso é complicado, os picos do turismo são muito curtos. Basicamente na virada do ano e no mês de janeiro. Portanto os moradores tentam levantar o máximo de renda possível nestes períodos. Uma das principais formas de conseguir renda é com a hospedagem dos turistas. Alguns caiçaras construíram quartos ou pequenas casas só para alugar e, além disto, muitos moradores saem de suas casas e

as alugam para os turistas durante o verão, ficando numa casa menor mais afastada, ou na casa de parentes.

No trabalho de campo em janeiro de 2004, verifiquei que o aluguel de uma casa por seis dias estava entre 600,00 e 1500,00 reais, o que é bastante caro, comparando-se ao aluguel de casas em praias com melhor infra-estrutura em outras áreas do litoral fluminense. Já em julho, este aluguel caía bastante, para algo em torno de 200,00 reais. Alguns moradores disseram que os aluguéis estavam caros devido a uma advogada de Paraty que alugava as casas através de um site na internet, provocando uma inflação nos preços. Como de costume, a opinião sobre a tal advogada estava dividida; alguns diziam que ela era ‘legal’ e ajudava os moradores alugando suas casas antes da dela. Já outros reclamaram que ela alugava sua casa e prejudicava os nativos que também queriam alugar. É evidente que os moradores com as melhores casas, ou os que apresentam possibilidade de construir casas somente para alugar passam a canalizar os lucros com o turismo, incentivando até alguns desentendimentos (como já foi analisado antes).

Há cerca de cinco anos, os moradores locais reclamavam muito da falta de empregos, dizendo que a pesca estava fraca e que estava difícil permanecer na localidade. Porém em 2004, para minha surpresa, a falta de empregos deixou de ser a preocupação central. Poucos entrevistados reclamaram disso; pelo contrário, muitos disseram que agora estava fácil arrumar emprego. Em pouco tempo de observação, cheguei à conclusão que a segunda atividade que mais gera emprego ao longo do ano, depois da pesca, é a construção civil. Diversos moradores locais estão sendo “recrutados” pela construção civil. Grande parte dos jovens já tem alguma experiência como pedreiro e auxiliar de pedreiro. Ouvi diversas declarações como: “--- Agora tá melhor; tem emprego para gente,(...), cada saco de areia que eu subo, eu ganho dois reais”. Em Pouso já há algumas pessoas de fora trabalhando com construção civil.

A localidade está atravessando um processo de especulação imobiliária, com rápida valorização dos terrenos. Muitas pessoas de fora estão interessadas em comprar casas. Teoricamente existe uma legislação que impede o caiçara de vender sua casa para alguém de fora, bem como impede que alguém de fora construa uma casa na localidade, porém isto parece não estar sendo respeitado. Os caiçaras vendem um terreno e constroem a casa. Caso chegue alguma fiscalização, eles dizem estar construindo para si próprios (o que é permitido). Desta forma, a fiscalização tem dificuldades para impedir a construção. Em outras palavras, alguns caiçaras acabam apoiando pessoas de fora a comprar terrenos e construir no local, pois além do dinheiro do terreno, muitos ficam

envolvidos com a construção civil mesmo durante o inverno, época de pouca atividade turística na região.

Um dos objetivos do roteiro de entrevistas era procurar saber se os donos de terreno não se preocupavam em vendê-los e prejudicar futuramente seus filhos e netos. Muitos responderam que sim e que de forma alguma venderiam seus terrenos, mas outros já falavam ser necessário vender para poder educar os filhos em Paraty. “-- Eu acho ruim por um lado vender os terrenos, mas por (...) outro não. Acontece que nós não temos dinheiro e tem gente que vai embora e precisa vender o terreno.” De fato, poucos disseram estar interessados em vender os terrenos para sair definitivamente da localidade, porém este sentimento (esta vontade) existe em alguns e a valorização dos terrenos parece ser uma boa oportunidade para isso.

Por mais que os moradores locais não precisem de alguns elementos mais sofisticados do meio técnico científico informacional em sua localidade, determinados requisitos são fundamentais para os turistas. As exigências dos turistas para alugar casas acabam extrapolando muitas vezes as necessidades que os moradores locais têm para suas habitações; sendo assim, surge mais uma forma de pressão para o desenvolvimento de infra-estrutura no local.

Como já foi apresentado antes, o modo de vida ainda bastante consolidado em elementos tradicionais da localidade Pouso da Cajaíba dificulta a geração de respostas previsíveis, por parte dos moradores locais, para os processos de transformação que estão se desenvolvendo. Mesmo com a entrada de alguns novos sistemas de objetos como a TV, alguns padrões da sociedade de consumo apresentam dificuldades para entrar em Pouso e alterar os seus sistemas de ações. As respostas locais aos interesses externos nem sempre são homogêneas. Pelo contrário, a chegada de novos elementos vem aumentando as contradições dentro da localidade. É notório que o modo de vida baseado em elementos tradicionais está sendo influenciado por uma nova realidade, que, se não acaba com a realidade anterior, ao menos provoca uma adaptação do modo de vida tradicional aos novos padrões de conduta que se mostram presentes na localidade.

Alguns jovens vêm se adaptando bem às temporadas de turismo, misturando-se com os visitantes e sendo influenciados amplamente por novos hábitos culturais. Porém, parte da população se isola dos turistas e reclama dos novos padrões culturais que vêm se desenvolvendo junto à juventude local.

A influência cultural do turismo parece se fazer mais clara entre os jovens; a moda “surfe” nas roupas dos jovens é evidente, as músicas e algumas gírias de surfista

também. A praia de Pouso é o principal caminho para se chegar a Martim de Sá, uma praia freqüentada por turistas surfistas em quase todos os feriados. Os mais velhos ficam assustados com o envolvimento dos jovens locais, principalmente em relação ao consumo de maconha. O turismo do surf tem por característica movimentar usuários desse produto e com o passar do tempo, vários jovens nativos passaram a fumar também, principalmente junto com os turistas.

Mesmo a influência cada vez maior das novas redes técnicas não se apresenta de forma homogênea. Com o tempo, pude notar que a maioria dos homens não assistia a TV diariamente, e que assistir novela era um hábito ainda pouco comum em Pouso. Mas algumas casas que tinham TV já recebiam visitas de mulheres para assistir novelas; a maior influência desta rede de telecomunicações parece ser questão de tempo. Apesar disto, a TV ainda está longe de ser uma prioridade no local. Perguntando para várias crianças que brincavam na praia se não assistiam desenho animado, ouvi que preferiam brincar fora de casa.

O rádio parece ter um papel mais ativo no dia a dia da comunidade. Vários moradores me disseram que tomavam conhecimento das notícias do país e do mundo através do rádio. É muito comum quando se caminha perto das casas ouvir os rádios ligados, mesmo por que o radinho de pilha já faz parte do cotidiano da comunidade há muito tempo.

Durante o trabalho de campo realizado em julho de 2004 estava acontecendo a Copa América. Assisti a semi-final entre Brasil, e Uruguai e a posterior conquista do título pelo Brasil numa final contra a Argentina na escolinha da localidade, junto com uma grande quantidade de moradores. Durante os intervalos dos jogos, as propagandas de TV com grandes efeitos especiais pareciam fazer maior sucesso que o jogo, despertando risadas prolongadas dos moradores locais. Como já foi apontado antes, objetos como televisão e rádio não chegam nas pequenas localidades apenas como objetos técnicos, mas sim como veículos para a transmissão de informações; portanto, são técnicos e informacionais (Santos, Milton 2002). É óbvio que o modo de vida urbano, baseado em padrões de consumo elevados que aparecem na TV se tornam cada vez mais sedutores para os habitantes locais.

Além dos interesses ligados ao turismo, tornam-se cada vez mais complexos os interesses em torno da preservação ambiental, cultural e, mesmo, da realização de

projetos sócio-ambientais ligados a grandes empresas que buscam se promover com propaganda positiva, ou simplesmente são obrigadas a fazer isso pela legislação vigente.

“Moradores de comunidades “isoladas” na região de Paraty (RJ) vão sair do escuro. Cerca de cem famílias das localidades de Pouso do Cajaíba, Ponta da Joatinga e Praia de Calhaus serão beneficiadas com o sistema de energia solar. O projeto será implementado pela "ATECH - Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas" , com o apoio da Prefeitura de Paraty e da "Secretaria de Estado de Energia da Indústria Naval e do Petróleo do Rio de Janeiro". Os recursos, estimados em cerca de R\$ 1 milhão, serão viabilizados pela empresa "El Paso Energy do Brasil Ltda.” - www.brasilnews.com.br/fonte2.php3?Codreg=581&CodNext=999

A entrada das placas de energia solar foi um episódio interessante para exemplificar esta complexidade de interesses. Conversando com uma ex-candidata à vereadora, Ana Nardelle (esposa de um nativo de Pouso que apresenta alguma influência local, porém mora com ela em Paraty), que também era o principal elo de ligação entre a comunidade e o ex-prefeito (com mandato entre 2000 – 2004), ficou mais fácil compreender como este episódio se deu. Segundo ela, a empresa El Paso liberaria uma verba para iluminar a principal igreja de Paraty, mas por questões burocráticas este projeto foi proibido. Então, para não perder esta verba a prefeitura fez uma manobra, apresentou a região da reserva para os empresários da El Paso, os quais visitaram Pouso e resolveram bancar a colocação de luz solar em todas as localidades da região. A liberação desta verba está diretamente ligada a benefícios fiscais que estas empresas recebem atuando no país. “A El Paso investirá em 2003 R\$ 5 milhões em projetos de eficiência energética no país. Esse montante foi a contrapartida oferecida pela empresa em função do recebimento de isenção por 10 anos no pagamento de ICMS relativo à usina de Macaé Merchant.” (fonte – www.infoenergia.com.br/noticias.asp?codigo=24).

A El Paso contratou uma firma, a ATECH, para fazer o serviço. Esta firma também se interessou muito pela localidade. Levar luz limpa e renovável para uma pequena localidade dentro de uma reserva ambiental no litoral brasileiro pode gerar uma propaganda em escala global e ainda servir como um importante laboratório de pesquisas. Posteriormente ao estabelecimento das placas solares, a empresa (ATECH) continuou mandando pessoas lá para orientar a comunidade local a fazer o melhor uso

dos equipamentos implantados. Tive a oportunidade de presenciar uma dessas visitas. Eles enviaram psicólogas para conversar com os moradores em reuniões na escolinha. Foi a psicóloga que me disse quais eram os objetivos das visitas que vinham se processando regularmente. Além das placas solares, a ATECH financiou uma central de congelamento para armazenar peixes, com um refrigerador com capacidade para 500 litros de pescado e uma geladeira. A inauguração deste equipamento contou com a visita da governadora Rosinha Garotinho e foi divulgada nos principais jornais do Estado.

Acompanhei uma das reuniões e percebi que elas tinham por objetivo desenvolver um espírito empreendedor dentro da comunidade local, com perguntas do tipo: qual o seu maior desejo,..., é ter uma lancha, então pense o que você pode fazer para conseguir isso...? Ou seja, debatiam como os moradores poderiam se inserir melhor na sociedade a partir do desenvolvimento de preocupações mercadológicas dentro da comunidade, tentando implantar uma nova lógica empresarial nas atividades produtivas locais. Descobri que já tinha havido diversas reuniões e que os níveis de participação da população local já haviam sido maiores. A reunião que presenciei praticamente só tinha mulheres assistindo.

Reconstruindo a situação: uma empresa transnacional do setor energético atuante no norte do Estado do Rio de Janeiro faz uma contrapartida financeira num município do litoral sul do estado e contrata uma outra empresa que também se interessa pela região e desenvolve projetos paralelos, promovendo o que se pode chamar de desenvolvimento local sustentável. Isto tudo supervisionado pelo governo Estadual e com participação direta do governo Municipal. Este projeto de “desenvolvimento” segue um modelo que vem sendo implantado em todo o mundo a partir de financiamento de grandes empresas, ONGs e instituições, normalmente com origem em países ricos. A localidade de Pouso é um ótimo lugar para se desenvolver este tipo de projeto não só pela evidente carência de sua população, mas também pela localidade estar dentro de uma reserva ecológica, ter poucos habitantes e estar próxima a duas metrópoles nacionais brasileiras.

A partir desta constatação procurei compreender como os moradores locais entendiam este processo e como eles se acharam beneficiados por esta nova infraestrutura. Conversando com os moradores sobre as placas de luz, foi óbvio perceber que todos gostaram. Antes eles gastavam muito dinheiro com velas e querosene. Ouvi relatos de que a chegada de luz era uma eterna promessa de campanha dos candidatos a

prefeito que nunca se realizava. Porém, alguns disseram com grande preocupação que agora a luz na área da reserva já estava aparecendo na campanha eleitoral como um projeto realizado e se mostraram contrariados com a possibilidade destas placas solares serem a solução definitiva para a falta de luz. Isto porque a placa solar só segura três pontos de luz de 12 volts. Sendo assim, quem não investiu num transformador não pode usar aparelhos eletrodomésticos, e mesmo os que investiram em transformadores não os podem usar por muito tempo, pois a bateria não agüenta muito.

A chegada da luz mobilizou formas de organização local, não por causa de um processo de reivindicação, mas porque era preciso a localidade ter uma associação para estar dentro dos padrões necessários para a promoção do desenvolvimento local “participativo”, de acordo com as propostas vigentes para a promoção de tal desenvolvimento. O interessante é que os principais articuladores e motivadores da associação em torno da chegada das placas solares foram um ex-morador local que se mudou para Paraty e sua esposa, a candidata a vereadora Ana Nardelle. Com sua maior experiência eles tentaram articular uma associação local acreditando que isto poderia permitir que a comunidade fosse beneficiada mais facilmente por projetos externos em torno do desenvolvimento local.

Fica evidente para um observador externo que o fato da associação ter sido formada de fora para dentro gerou um grande problema: a sua desarticulação interna, pois, o processo de formação de uma cultura associativa ainda não se desenvolveu completamente em Pouso. Por exemplo, quando entrevistei o presidente da associação ele disse que estava como presidente devido à falta de pessoas dispostas a assumir este papel, mas ele não queria mais ser presidente e que eles iriam fazer uma reunião para debater isso. Além disso, entrevistei uma outra pessoa que também se disse presidente da associação, mas que só o era pois ninguém mais queria ser. Mesmo que as pessoas de fora mostrem que a associação local deve ser organizada e atuante para a localidade poder receber benefícios, este é um processo lento, mas que vem se desenvolvendo no seu ritmo.

No próximo capítulo serão debatidas algumas políticas conservacionistas que vêm sendo implementadas no litoral brasileiro. Vale a pena ressaltar que a região da reserva apresenta legislações ligadas à demarcação da APA e à demarcação da Reserva Ecológica. Como já foi debatido antes, alguns hábitos tradicionais dos caiçaras em relação ao uso da mata hoje dependem de autorização prévia do IEF.

Aparentemente, as políticas ambientais parecem se preocupar mais com os elementos físicos do que com os elementos sociais da localidade. Por outro lado, a atuação do IBAMA e do IEF na região, além reduzir os impactos ambientais, parece inibir de alguma forma a especulação imobiliária e a rápida transformação da localidade num balneário turístico das classes média e alta. Porém, a falta de uma atuação mais constante e menos contraditória (do ponto de vista da comunidade local) acabam diminuindo o poder de influência dessas instituições.

Os moradores de Pouso da Cajaíba apontam que a quantidade de peixes na enseada diminuiu muito nos últimos anos. Com isso, a influência dos grandes barcos pesqueiros de fora da região em Pouso da Cajaíba tem aumentado ainda mais (pois esta fonte de empregos existe desde os anos 60). Diversos moradores são contratados por grandes empresas pesqueiras, ficando mais de três meses sem visitar Pouso da Cajaíba, trabalhando em alto mar ou em outras localidades. Como foi dito antes, muitos moradores locais acusam os grandes barcos de estarem acabando com o pescado na região, porém, sem opções acabam servindo como fonte de mão-de-obra para esses grandes barcos. Apesar da pesca ainda ser uma fonte de renda fundamental para a localidade, muitos buscam alternativas alegando que assim fica mais fácil ganhar dinheiro.

A população percebe que existe um grande isolamento entre eles e o modo de vida urbano: alguns acham isso bom e outros não. Muitos têm pessoas da família morando em Paraty ou em Santos e que conhecem bem a realidade urbana. Parte da população saiu de Pouso e hoje volta somente para visitar os parentes, mas alguns atuais moradores tentaram a vida fora da localidade e acabaram desistindo. A falta de possibilidades de terminar o ensino básico é mencionada por muitos como o principal empecilho para residir em Pouso. É quase unanimidade entre os jovens a sensação de que Pouso está melhorando com a chegada das placas de luz solar e o aumento no fluxo de turistas, pois isto estaria diminuindo a distância entre eles e a cidade.

Quando perguntava em ‘papos’ informais sobre a necessidade de se construir uma estrada, a enorme maioria era contra e dizia que isto acabaria prejudicando a paz local. Por outro lado, a principal reclamação em relação às políticas públicas foi justamente a ausência de um sistema de transporte regular para Paraty. O fato de só

haver escola até a quarta série, e do morador local não ter transporte regular para estudar em Paraty são reivindicações constantes.

Ouvi reclamações apontando o isolamento da localidade como algo perigoso, destacando-se histórias de bandidos de Paraty que fugiram para se esconder em Pouso, colocando em risco a segurança da comunidade local. Alguns mais idosos chegaram a reclamar da falta de controle público sobre a segurança de Pouso. Segundo alguns moradores, ocorreram crimes recentes na localidade que não foram corretamente investigados pela polícia.

3.9 As possibilidades de organização da localidade

Será possível que a localidade possa se articular em torno da defesa de algum capital social comum? Por mais que existam interesses discordantes, em diversos momentos observam-se formas de solidariedade e cooperação interna. Mesmo que as formas de cooperação ocorram sem uma conscientização por parte dos envolvidos e simplesmente caracterizem a herança de uma trajetória social comum. Ou mesmo que estas formas de agir em torno de interesses comuns sejam resultado de novas necessidades devido ao crescimento do turismo, por exemplo. Pode-se destacar alguns elementos a serem pensados como parte do patrimônio sócio-espacial comum da localidade, servindo assim como uma espécie de capital social local (ou capital sócio-espacial):

- A manutenção do modo de vida caiçara (com a manutenção de um reduzido custo de vida a partir das atividades tradicionais de subsistência);
- A manutenção de tradicionais formas de cooperação oriundas de uma trajetória social comum;
- Uma organização política interna com maior participação de atores locais, que permita uma melhor atuação da localidade junto às instituições, públicas ou não, que estejam desenvolvendo projetos na região da reserva.
- A defesa do seu território mediante interesses puramente conservacionistas ou interesses econômicos totalmente externos à localidade;
- A manutenção da qualidade ambiental e de uma paisagem agradável para o melhor desenvolvimento de suas atividades tradicionais, assim como para o melhor desenvolvimento das atividades turísticas.

Nem todos os habitantes locais apresentam uma consciência prévia sobre os elementos destacados acima, porém diversos moradores compreendem a necessidade de se formar uma maior coesão interna em torno de elementos que são coletivos e que poderiam ser considerados uma forma de capital social comum.

Após uma análise mais aprofundada sobre a localidade de Pouso da Cajaíba, percebe-se que, por um lado, está ocorrendo uma perda de identidade coletiva e dos elementos tradicionais da cultura local; por outro lado, estão surgindo formas mais dinâmicas de articulação política local e, principalmente, interesses comuns a serem defendidos coletivamente.

Como foi discutido antes, pode-se dizer que está havendo uma forte perda de características culturais tradicionais locais em elementos como as festas, a agricultura, as formas de se vestir, as gírias, entre outros. Existe um intenso processo de desterritorialização em andamento na localidade de Pouso da Cajaíba, não só devido às alterações culturais, mas, principalmente, pela dificuldade que os habitantes locais têm de controlar os processos de transformação sócio-espacial por que vêm passando.

Fica a pergunta no ar: será que a comunidade é capaz de compreender este processo e de se articular em conjunto diante destes interesses? Antes de pensar sobre esta pergunta, surge um outro questionamento: será que os habitantes locais reconhecem seus principais interesses em conjunto e apresentam um sentimento de integração capaz de mobilizá-los frente às mudanças que estão ocorrendo?

De forma preliminar, pode-se pensar que o sentimento de identificação espacial e a existência de uma cosmovisão particular poderiam gerar uma resposta positiva para estas perguntas, estimulando assim o estabelecimento de elementos comuns a serem conscientemente defendidos pela comunidade local na busca de gerar benefícios coletivos. Porém, a existência de rivalidades internas e as transformações nas relações de trabalho, que sustentaram a localidade ao longo do tempo, podem justificar a percepção de que a localidade tende a se alterar completamente, tanto pela incapacidade de organização interna, quanto pela dependência econômica que determinadas atividades podem impor à localidade.

Existem interesses políticos em torno da comunidade local, tanto por parte do poder público como por parte de empresas e ONGs, mas é devido aos interesses na paisagem local que se desenvolvem as principais ações sobre a localidade. Portanto, é fundamental que as políticas públicas e os projetos de desenvolvimento local, assim

como os novos mediadores, que atuam nas relações entre os agentes internos e externos, reconheçam a existência da localidade (conforme o sentido debatido pelo presente trabalho), bem como a própria localidade perceba a importância de pensar-se como tal. Desta forma, os habitantes locais podem ter o tempo necessário para se articularem politicamente, enquanto os agentes externos podem encontrar legitimidade para suas ações.

Assim, acredita-se que a articulação interna depende não só de uma conscientização dos habitantes locais, mas também dos agentes externos, que ao promoverem projetos conservacionistas, ou mesmo ligados à idéia de desenvolvimento local, devem respeitar o tempo necessário e as contradições que a comunidade apresenta para reconhecer seu capital social comum e suas formas de articulação em busca de possíveis elementos comuns.

4 - Políticas e Instituições Públicas em suas relações com Pouso da Cajaíba

4.1- Políticas Públicas e o uso da escala local - introdução

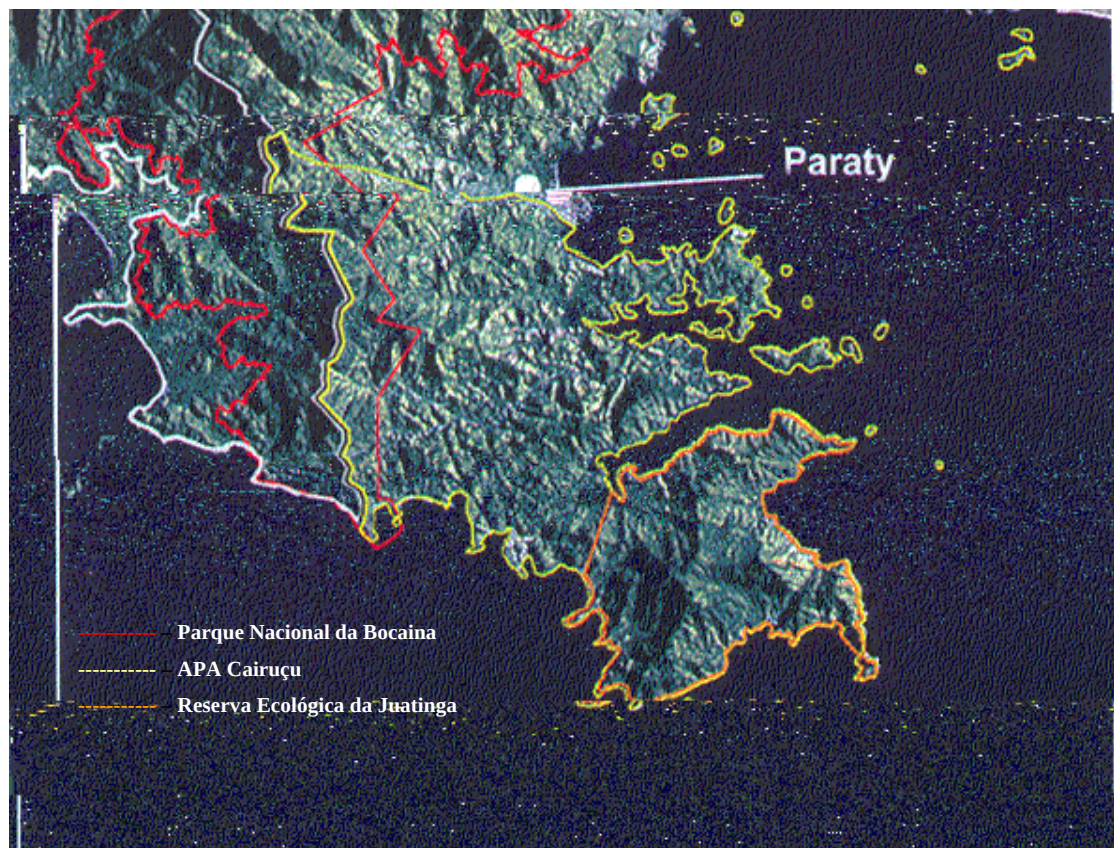
O caso de Pouso da Cajaíba pode ser um importante exemplo para se pensar a respeito das idéias e ações ligadas às políticas públicas, que vêm se desenvolvendo em torno dos princípios do desenvolvimento local e mesmo dos ideais do desenvolvimento sustentável. O objetivo deste capítulo é discutir as formas e as dificuldades das relações entre o poder público e uma localidade a partir do exemplo de Pouso da Cajaíba. Neste trabalho a atuação de ONGs também será considerada uma forma de atuação do poder público.

O debate sobre políticas públicas aqui presente iniciou-se na unidade 2.3 deste trabalho, “As Políticas Públicas Litorâneas e o Uso da Escala Local - A Evolução das Políticas de Planejamento e Gestão das Áreas Litorâneas”. Nesta unidade foi apresentado um pequeno histórico sobre as políticas públicas litorâneas federais e algumas formas de articulação com as escalas estadual e municipal. O que segue agora é uma análise sobre as principais políticas públicas que se destacam no caso estudado. No final do capítulo, serão indicadas possíveis contribuições que a noção de localidade pode gerar na elaboração e implementação de políticas públicas.

Como dito anteriormente, a região onde se localiza Pouso da Cajaíba apresenta grande singularidade quanto a seus atributos ambientais. A região da baía da Ilha Grande é a porção do Estado que apresenta a maior área contínua de remanescentes de Mata Atlântica. Sendo assim, existe uma grande quantidade de unidades de conservação presentes. Desde a APA de Mangaratiba, a floresta é praticamente uma só em direção ao sul, onde encontra o Parque Nacional da Serra da Bocaina, a APA de Cairuçu e a Reserva Ecológica da Juatinga. Já na divisa com o Estado de São Paulo, adjacente à APA de Cairuçu, o Parque Estadual da Serra do Mar superpõe-se parcialmente ao Parque Nacional da Serra da Bocaina, formando um contínuo florestal com mais de 500 mil hectares de Mata Atlântica e ecossistemas associados. Suas unidades de conservação localizam-se principalmente na Serra do Mar, da qual a Serra da Bocaina e seus esporões fazem parte. Esta região está inserida no Corredor Ecológico da Serra do Mar e na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. (SOS Mata Atlântica - Plano de Manejo da APA do Cairuçu 2004, p.11 encarte III)

A partir da relevância ambiental da área e da grande quantidade de unidades de conservação presentes, uma das questões que se destacou no caso estudado foi à dificuldade de compreender as relações e a sincronia que as diferentes instâncias e instituições de poder público apresentam nas suas formas de atuação junto às localidades caiçaras. A área da reserva onde se encontra Pouso serve como um bom exemplo para analisar as dificuldades de articulação entre os poderes Municipal, Estadual e Federal, bem como entre as diversas instituições públicas na gestão das questões sócio-ambientais. Diferentes responsabilidades são compartilhadas por variadas instâncias e instituições públicas, porém, neste caso, isto não significa uma maior facilidade para a execução das mesmas. Fica nítida uma contradição: o compartilhamento institucional de funções com a ausência de ações em torno das funções compartilhadas.

Em relação às unidades de conservação, observa-se o seguinte: o poder estadual é representado pelo IEF (Instituto Estadual de Floresta), responsável pela Reserva Ecológica da Juatinga; e o poder federal atua através do IBAMA, responsável pela fiscalização da APA do Cairucú.



Observando o croqui da região nota-se que o território da REJ fica dentro da APA. Por mais que as duas instituições mantenham boas relações entre si e busquem

dividir suas responsabilidades, não fica claro para a população caíçara qual o papel de cada instituição. Por vezes este papel é melhor relacionado ao indivíduo que representa a instituição do que à própria instituição.

Além disto, as diferentes esferas públicas confundem-se também na resolução dos problemas sociais. Durante os dias do trabalho de campo, identificaram-se as formas mais evidentes de ações das instâncias públicas junto a localidade de Pouso da Cajaíba. O município atua (ou atuou) nos setores ligados a educação (a escola é municipal), a saúde (os programas ligados ao agente de saúde) e a coleta de lixo (apoiou projetos de coleta e de educação ambiental em parceria com ONGs). O poder estadual compartilha responsabilidades com o município em setores como saneamento básico, além de ser identificado diretamente com outros setores de infra-estrutura (como energia e telefonia) e com a segurança pública. Recentemente, o Estado investiu no sistema de coleta e abastecimento de água na localidade. Além disto, os moradores também relataram a presença de representantes do Governo Estadual que teriam ido levantar dados para o programa Cheque Cidadão e, como já foi mencionado antes, o Governo do Estado esteve diretamente relacionado com o projeto da El Paso de colocar energia solar nas comunidades caíçaras.

As formas de atuação das instituições federais ocorrem com menor regularidade, mas alguns exemplos podem ser destacados. Os moradores locais relataram que representantes do Governo Federal teriam visitado Pouso recentemente, depois da entrada do novo governo, para levantar dados censitários para o programa Fome Zero. Em meados de 2005, foram expostas na cidade de Paraty propagandas do Governo Federal afirmando que vai estender a rede elétrica a todas as comunidades da reserva. Numa pequena visita feita a Pouso da Cajaíba em julho de 2005, os moradores locais se mostraram otimistas quanto à chegada definitiva da luz, afirmando que as obras para chegada da luz no Mamanguá já teriam começado e em breve os postes estariam chegando em Pouso.

Além da enorme quantidade de instituições políticas e de projetos governamentais para a região, observam-se novos mediadores nas relações entre a localidade e as instituições públicas. Surgem cada vez mais novos personagens sociais, como estudantes universitários pesquisando a realidade local e turistas interessados em se organizar para atuar em projetos na defesa da cultura ou no combate as deficiências sociais (estimulando o surgimento de pequenas ONGs). Além disto, inúmeras ONGs grandes (com respaldo para suas ações garantido por agentes em escala nacional e

internacional) estão firmando-se cada vez mais como agentes externos interessados em financiar e participar de projetos preservacionistas e conservacionistas em áreas de cobertura florestal do litoral brasileiro.

Mariana de Faria Benchimol em seu trabalho, “Análise das Ações de Intervenção na Porção Sul do Estado do Rio de Janeiro: um Estudo de Caso no Município de Paraty”, procurou analisar as ações públicas existentes no município de Paraty que se direcionam à proteção e desenvolvimento sócio ambiental. Seu objetivo central foi identificar os principais problemas existentes sob a ótica do gerenciamento costeiro integrado (a partir da metodologia proposta pelo PNGC/GERCO¹⁸). Este trabalho levantou 155 atores, sendo 42 governamentais e 113 atores não governamentais. Isto ilustra o que vinha sendo apresentado antes: a grande quantidade de tomadores de decisões que atuam dentro do município, gerando uma teia de projetos, planos, idéias e opiniões, que podem trabalhar em parceria ou não (Benchimol 2004, p.60).

Segue abaixo uma lista com algumas das ações identificadas por Benchimol (2004, p.76) dentro do município de Paraty (algumas com influencia direta em Pouso da Cajaíba), que servem para ilustrar ainda mais o que está sendo debatido aqui.

Ações Desenvolvidas Por Atores Governamentais:

- Secretaria Municipal de Obras, Arquitetura e Urbanismo de Paraty: Desenvolve ações de mutirão comunitário para realização de obras de infra-estrutura básica em diversos bairros.
- Secretaria Municipal de Educação: Desenvolve projeto de educação ambiental nas escolas municipais, incluindo trilhas na mata, aulas práticas, um livreto educativo, entre outros.
- Secretaria Municipal de Saúde: Desenvolve, através do CIS, o projeto Médico de Família, que envia funcionários da área de saúde para visitar todas as comunidades do município, com periodicidade aproximada de 2 semanas, levando orientações referentes a higiene básica, tratamento ginecológico, tratamento odontológico, entre outros.

¹⁸ - No ano de 1998, foi criado o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), instituído pela Lei 7661/88. Os detalhes e operacionalização foram objeto da Resolução no 01/90 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), de 21/11/90, aprovada após audiência do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). A própria Lei já previa mecanismos de atualização do PNGC, por meio do Grupo de Coordenação do Gerenciamento Costeiro (COGERCO). O gerenciamento costeiro integrado se caracterizaria por estimular a participação dos mais diferentes atores interessados.

- Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente de Paraty: Capacita algumas comunidades caiçaras para o cultivo de mexilhão *Perna perna* e presta assessoria técnica nestes.
- Ibama: Apoia o desenvolvimento cultural do Quilombo do Campinho, financiando uma professora de dança afro, organizando o Encontro da Cultura Negra, realizando palestras de preservação cultural, entre outros.
- Secretaria Municipal de Planejamento, Controle, Orçamento e Gestão de Paraty: Procura organizar o orçamento municipal participativo, contudo até o momento este não está contando com a participação efetiva da população.

Ações Desenvolvidas Por Atores Não Governamentais

- COMAMP: Edita um jornal bimestral que fornece informações gerais sobre o município de Paraty e auxilia todas as associações de moradores, dando diretrizes para os seus trabalhos.
- Instituto Educacional Laranjeiras – IEL: Financiado pelo Condomínio Laranjeiras este instituto constrói e equipa escolas principalmente na Vila Oratória e regiões adjacentes ao condomínio.
- Recicla Lixo: Recebe uma porcentagem dos resíduos sólidos produzidos e “semiseparados” do município. Como função, estes fazem a correta seleção do lixo e o vendem para a reciclagem.
- Associação Pró-Paraty Patrimônio Mundial Cultural: Esta associação trata dos assuntos relacionados a candidatura de Paraty para Patrimônio da Humanidade. Desta forma tenta elaborar projetos que façam a cidade se enquadrar nos quesitos das ONU para ser aceita na candidatura.
- SOS Mata Atlântica: Desenvolveu projeto de capacitação comunitária para a coleta seletiva de lixo. Este projeto atingiu diversas comunidades, porém após esta capacitação apenas algumas continuaram separando o seu lixo.
- El Paso: Realizou o projeto GERA-SOL, em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro - SEINPE e com a Prefeitura Municipal de Paraty, instalou painéis de luz solar em algumas comunidades ao sul do município, como a Ponta Negra, o Mamangá e o Pouso da Cajaíba.
- Instituto Arruda Botelho: Implantou tanques-redes em algumas comunidades caiçaras com o objetivo de armazenar o pescado ainda vivo. Desta forma o pescador dispensaria

o uso de gelo para a conservação do pescado, ganhando tempo para a negociação deste sem estragar a mercadoria.

- Silo Cultural José Kleber: Projeto de aulas de dança afro para a comunidade quilombola do Campinho, em parceria com o Ibama.

- Fundação Margaret Mee: Desenvolve o projeto Cultura de Quintal, que organiza hortas comunitárias em alguns bairros. Podemos observar estas hortas na Praia do Sono e na Ponta Negra, por exemplo.

- Associação Cultural e Artística Nhandeva: Desenvolve projeto para resgatar a cultura guarani.

Apesar da diversificada e numerosa presença de instituições atuando na área da REJ (Reserva Ecológica da Juatinga), a impressão junto aos moradores não foi condizente com isto. Ao invés de percebê-los apontando diferentes ações das instâncias públicas, o que eles mais destacaram foi a omissão das instituições políticas diante de inúmeros problemas sociais locais. Os moradores apresentam sinais de desconfiança em relação aos atores políticos. Em diversos momentos ouvi frases como: “--eles só vêm aqui na época da eleição; ou, --eles não estão interessados em resolver nossos problemas, mas sim em ganhar fama...”.

Principalmente na escala municipal, observa-se uma rotatividade de programas e interesses políticos muito grande. Foi relatado por moradores da localidade que, quando muda o prefeito todos os projetos sociais da prefeitura se alteram. Na entrevista realizada junto ao secretário de meio ambiente da prefeitura isto foi claramente observado. A entrevista se realizou em fevereiro, a prefeitura havia entrado em janeiro, e, neste curto período, já havia acontecido trocas na chefia desta secretaria. Durante a entrevista o que mais se destacou foram as apresentações dos problemas políticos oriundos da herança recebida da antiga prefeitura, como: “a prefeitura anterior deixou uma dívida enorme...; ou, -- a secretaria estava toda desarticulada, até os computadores eles levaram, não temos material para trabalhar.” Se de um lado, estes problemas são típicos dos momentos de troca de poder político, por outro lado, eles comprovam as reclamações da população de Pouso, que tem razão em se preocupar com a falta de continuidade das ações políticas.

Mesmo quanto às ações do Governo Estadual, também fica a clara impressão de existirem dificuldades em se relacionar as ações públicas com as necessidades cotidianas das pequenas localidades e não simplesmente com interesses eleitorais, já que

grande parte destas ações teria forte interesse político. A visita da Governadora à localidade de Pouso da Cajaíba no episódio de inauguração do centro de refrigeração de pescado foi resultado de uma articulação política entre as escalas municipal e estadual, que eram do mesmo partido na época. Vale a pena lembrar que este projeto foi financiado por uma empresa, como uma forma de compensação ambiental. Apesar de ter havido um grande alarde na inauguração desta central, sua relevância é muito questionada pelos habitantes locais (como foi mencionado no capítulo3).

Os planos e projetos das instituições públicas nem sempre estão interligados e as ações normalmente ocorrem de forma desarticulada. Por vezes, a prefeitura pede ajuda junto ao IEF ou IBAMA, ou uma ONG busca atuar em conjunto a estas instituições. Um exemplo de sucesso na parceria entre as principais instituições que atuam junto a reserva foi a elaboração do Plano de Manejo da APA do Cairuçu, este foi elaborado por iniciativa de uma ONG, a SOS Mata Atlântica, que em parceria com o IBAMA e com a colaboração de outras instituições, gerou um importante material que disponibiliza um grande levantamento de dados sobre a região. Além disto, este trabalho também atinge seus objetivos ao apresentar propostas para o melhor gerenciamento e ordenamento da unidade de conservação. A ONG SOS Mata Atlântica teve papel fundamental junto às localidades da reserva através da elaboração de projetos como os de coleta de lixo e treinamento de guias turísticos.

Como apresentado na unidade 2.3, o Governo Federal criou um projeto para tentar melhor integrar e orientar as diferentes instâncias públicas na elaboração de ações concretas em torno do ordenamento das questões ambientais da área litorânea, o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla. Por iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União, este projeto envolve a articulação dos três níveis de gestão de governo (federal, estadual e municipal). Neste projeto são repassados aos municípios os fundamentos teóricos sobre os problemas ambientais existentes nos espaços litorâneos; além disso, é construída uma articulação entre poder público municipal e sociedade civil, no sentido de identificar e propor soluções para conflitos associados ao uso e ocupação do solo nas áreas litorâneas. O projeto visa, por um lado, promover a democratização do uso do solo nas áreas de praia e suas adjacências; e por outro lado, que as diretrizes gerais de conservação ambiental propostas pelo Ministério do Meio Ambiente sejam cumpridas.

Para tanto, após o processo de capacitação de gestores locais, é desenvolvido pelo município participante do Projeto um Plano de Intervenção na Orla Marítima.

Este Plano é elaborado com o apoio dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente e do Ministério do Meio Ambiente e será utilizado para o estabelecimento de um termo de convênio entre prefeituras e a Secretaria do Patrimônio da União, visando a cessão dos terrenos de marinha para a gestão municipal. Dessa forma, verifica-se uma integração entre as políticas ambiental e patrimonial do governo federal e com isso uma alternativa que engloba, no mesmo processo, desenvolvimento institucional e articulação dos diversos agentes envolvidos na conformação espacial e territorial; além disso, prevê benefícios aos municípios, com a cessão de terrenos da união para os projetos ambientais.

A idéia do Projeto Orla é muito interessante, diversos municípios do litoral brasileiro são carentes de maiores conhecimentos sobre as políticas ambientais e foram muito beneficiados por esta iniciativa. Porém este não é bem o caso de Paraty, já que em seu território as políticas ambientais são uma realidade presente a bastante tempo, fato comprovado pela presença de diversas unidades de conservação. Ao se consultar o Projeto Orla de Paraty, percebe-se que a maior preocupação política do município se concentrou nos distritos urbanos, onde os problemas ambientais são bem mais evidentes; toda a área da reserva foi tratada de maneira secundária sem a apresentação de nenhum projeto particular. Em grande parte isto se deve ao fato de já existirem justaposições de poderes e regras a serem seguidas na REJ. Caso o Projeto Orla entrasse na reserva, estaria sendo estabelecido mais um conjunto de regras em contrapartida a outros já existentes. Por outro lado, isto também demonstra que a execução do Projeto Orla, de maneira participativa e abrangente, depende muito dos interesses políticos presentes na prefeitura.

4.2- Formas de atuação das Instituições Públicas em Pouso da Cajaíba

Em janeiro de 2005 foram realizadas entrevistas junto a três instituições públicas que apresentam formas de atuação nas questões sócio-ambientais junto à localidade de Pouso da Cajaíba: o IEF (Instituto Estadual de Floresta), que é o principal responsável pela fiscalização da Reserva Ecológica da Juatinga; o IBAMA, que é o principal responsável pela fiscalização da APA do Cairuçu; e a Secretaria de Meio Ambiente da

prefeitura de Paraty. Além disto, a pesquisa sobre estas instituições utilizou-se dos dados levantados pelo Plano de Manejo da APA do Cairuçu.

Como dito anteriormente, existe uma evidente confusão quanto aos conceitos, instrumentos e metodologias que se apresentam nas relações entre as instituições de fiscalização e os grupos locais na área da REJ. Porém, durante as entrevistas, ficou ainda mais claro algo que já havia sido apontado em diferentes trabalhos sobre o tema. Esta deficiência não é resultado das ações dos responsáveis regionais ou locais pela administração das instituições públicas, mas sim de uma desorganização do próprio Sistema de Unidades de Conservação em escala federal e da falta de diretrizes políticas ambientais claras, que permitam a elaboração de planos de manejo a longo prazo nas unidades de conservação brasileiras.

O trabalho de Maria Célia Wey de Brito (Brito 2003) apresenta uma notável análise crítica sobre o Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação. Pode-se destacar aqui um pouco do seu esforço intelectual quanto às unidades APA do Cairuçu e Reserva da Juatinga. Para ela, existe uma contradição entre a definição técnica de Reserva Ecológica (que é uma unidade de proteção integral¹⁹) e a presença de comunidades caiçaras no local, “a análise da Reserva Ecológica da Juatinga e da APA do Cairuçu permite perceber, também, que o fator determinante para a escolha das categorias de manejo não foi, como sugere internacionalmente, o objetivo precípua destas e as reais condições de seu atendimento” (Brito 2003, p.213). Ela aponta ainda que a escolha das definições técnicas para as UCs parece ser mais um resultado das circunstâncias técnico-políticas reinantes no momento da sua criação do que resultado das necessidades locais e regionais. Vale lembrar que a criação da Reserva Ecológica da Juatinga está relacionada ao momento da realização da conferência internacional conhecida como Eco-92 no Rio de Janeiro. Para Brito, a criação de muitas unidades de conservação surgiu de situações de emergência e resistência de forma autoritária pelo poder público, que de um lado é o principal responsável pela execução das atividades conservacionistas, mas por outro lado não consegue, sem uma eficiente participação da sociedade, realizar os seus objetivos.

A criação da Reserva Ecológica da Juatinga objetivou favorecer às populações caiçaras pressionadas na época por conflitos pela posse da terra na Praia do Sono e

¹⁹ Estas unidades visam a proteção integral dos atributos naturais, permitem apenas o uso indireto dos atributos naturais e prevêm a manutenção dos ecossistemas em estado natural, com o mínimo de alteração.

outros locais, porém isto vem sendo objeto de muita polêmica, já que a Reserva Ecológica é uma área decretada como de proteção integral, o que não favoreceria a permanência destas populações caiçaras. Desta forma, a gestão da área, a cargo do Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro, apresenta grandes dificuldades, tendo em vista a necessidade de conciliar a preservação ambiental com o direito das populações caiçaras de se desenvolver social e economicamente, bem como impedir a construção de mansões de veranistas no Saco do Mamanguá, que continuam ocorrendo apesar de embargos judiciais em favor do Estado. Fica exposta uma dupla função desta unidade de conservação, que deverá, além de garantir a preservação dos recursos naturais, permitir o desenvolvimento sustentável das suas comunidades (SOS Mata Atlântica -plano de manejo da APA do Cairuçu 2004).

Conversando com os representantes do IBAMA e do IEF percebeu-se que ambos têm uma compreensão clara da relevância ambiental da região da APA e da Reserva. Tanto sua importância regional quanto nacional foram mencionadas João “Bi”-administrador da Reserva Ecológica da Juatinga (principal responsável pelo IEF na região), destacou o fato da reserva apresentar uma grande quantidade de espécies em extinção, que podem ser vistas nas caminhadas pelas matas como algo muito importante, deixando transparecer um sentimento de orgulho e felicidade por seu trabalho. Assim como, tanto o representante do IBAMA quanto o representante do IEF, demonstraram conhecer as carências sociais e econômicas das comunidades caiçaras e o processo especulativo que o crescimento do turismo tem provocado na região.

Apesar dos representantes do IBAMA e do IEF terem demonstrado grande motivação para realizar suas tarefas, ambos destacaram problemas comuns para execução das mesmas: a falta de pessoal e de material adequado para suas ações. A indefinição política, ou mesmo o cruzamento de funções institucionais na área, foi apontado por eles como um problema menor que a falta de pessoal e de condições materiais para realização de seu trabalho. Desta forma as atividades do IEF e IBAMA na região acabam dependentes de uma vontade pessoal dos administradores em superar obstáculos, ou de pressões políticas que costumam ser pontuais e momentâneas. Surge desta forma uma contradição evidente entre os objetivos das unidades de conservação e o que se consegue fazer na prática.

O senhor Júlio, que é um dos dois administradores regionais do IBAMA, disse que sua atuação fica muito limitada pela dificuldade burocrática da fiscalização. Justificou isso dizendo que, por vezes, o IBAMA chega no local, autua a irregularidade e multa os responsáveis, porém que “durante a noite as ações continuam”, ou seja, a atuação do IBAMA depende de uma burocracia complexa ligada aos órgãos de Brasília e mesmo de uma parceria com a polícia. Desta forma, as ações de fiscalização e controle não conseguem inibir todas as atividades predatórias. Esta realidade não deve ser pensada como algo que só ocorra numa área de difícil acesso como a Reserva Ecológica, mas sim como algo que pode ocorrer até em áreas próximas ao distrito central de Paraty.

De acordo com os representantes do IBAMA, as principais ações dentro da Reserva da Juatinga são responsabilidade do IEF e, portanto, o contato do IBAMA com a localidade de Pouso da Cajuíba não é muito grande. Mesmo assim, ele apontou que a maior dificuldade para atuar junto as comunidades caiçaras é a falta de esclarecimento e, principalmente, a falta de cumplicidade junto as ações conservacionistas por parte dos habitantes locais.

Um outro problema destacado durante a entrevista no IBAMA foi a dificuldade de aprovar o Plano de Manejo da APA do Cauruçu, elaborado em parceria com a SOS Mata Atlântica. Este plano ainda precisa ser debatido e aprovado pelos representantes da sociedade civil e grupos interessados. Há dificuldades em reunir todos os representantes envolvidos, até janeiro de 2005 poucas reuniões haviam acontecido. Neste processo de reuniões, a localidade de Pouso está sem representantes, em grande parte isto se deve a desarticulação interna, já que as localidades de Praia Grande e Martim Sá tem representantes.

O senhor João Fernandez (ou João Bi), responsável pelo IEF, disse-se preocupado com a decadência da cultura caiçara e considera que as formas de atuação do IEF podem ser benéficas para esta cultura. Para ele, as comunidades caiçaras continuam tendo o direito de tirar madeira para fazer canoa e até de utilizar suas técnicas tradicionais de agricultura (itinerante com queimadas), contanto que o IEF seja previamente avisado. Porém, ele mencionou que os caiçaras ainda apresentam dificuldades para compreender e respeitar as regras da reserva. Em relação a Pouso da Cajuíba disse ter mandato para demolir 19 edificações e que suas ordens para interromper a construção de novas casas não estão sendo respeitadas pelos moradores locais. Desta forma ele prevê que a derrubada das casas será um grande problema, mas

que isto será inevitável. Sua orientação para os habitantes de Pouso é não vender e não edificar, porém segundo ele: “eles acham que não tem problema e continuam construindo”. A placa avisando da demolição já estava pronta em janeiro de 2005, porém em julho ela ainda não estava exposta no Pouso da Cajaíba.

Segue abaixo uma pequena ficha sobre as instituições analisadas com base nos dados obtidos no Plano de Manejo da APA do Cairuçu: (este texto se encontra no encarte III nas páginas 16 -18 e 35-38)- o texto original praticamente não foi alterado.

Área de Proteção Ambiental - APA de CAIRUÇU (administrada pelo IBAMA)

- Área: continental de 33 800 ha, e insular com 62 ilhas.
- Criada pelo Decreto Federal n^o 89.242, de 27 de dezembro de 1983, que dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Área de abrangência: Setor sul do município de Paraty e todas as suas ilhas.
- Encontra-se totalmente inserida na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e parcialmente no Parque Nacional da Serra da Bocaina e na área do Tombamento da Serra do Mar e Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro.
- Em seu território estão totalmente inseridas a Reserva Ecológica da Juatinga, as aldeias Guarani Araponga e Paraty Mirim e ainda a Área Estadual de Lazer de Paraty Mirim.
- A APA de Cairuçu é administrada pelo IBAMA, por meio de um escritório em Paraty.

"A APA Cairuçu foi criada com a finalidade de proteger um dos últimos redutos de mata atlântica, manguezais, espécies animais e vegetais raras ou ameaçada de extinção e as comunidades caiçaras ali estabelecidas. Compõe-se de uma parte continental que se inicia no Rio Mateus Nunes e termina na fronteira com o Estado de São Paulo, e de uma parte insular, com 62 ilhas, desde a Ilha do Algodão, em Mambucaba, até a Ilha de Trindade em Trindade. Faz também limite com o Parque Nacional da Serra da Bocaina."

Apesar de não contemplar as águas do município, em sua legislação encontra-se o art 6º # 5º que determina especial atenção ao cumprimento da legislação pertinente à extinta SUDEPE, visando impedir a pesca predatória nas águas marítimas ou interiores da APA. Infelizmente as atividades dos gestores da APA concentram-se na sua porção territorial, com grande prejuízo ambiental para as regiões costeiras e insulares cujo acesso só é feito por mar.

A APA de Cairuçu é cortada praticamente ao meio pela Br 101 e apresenta dentro de seus limites várias comunidades tradicionais de caiçaras, quilombolas, índios Guarani e alguns poucos pequenos posseiros que ainda vivem isolados nos confins da zona rural.

Reserva Ecológica da Juatinga, REJ- (subordinada ao IEF- Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano - SEMADUR.)

- Área: de 8.000 ha, se localiza no maciço e contrafortes do Pico do Cairuçu.

- Criada pela Lei Estadual nº 1.859, de 1 de outubro de 1991, e Decreto Nº 17.981 de 30 de outubro de 1992, que dispõe sobre a criação da Reserva Ecológica da Juatinga.

“A Reserva encontra-se inserida dentro da APA do Cairuçu. Nesta área vivem da pesca e do turismo as comunidades caiçaras do Saco do Mamanguá, Cajaíba, Juatinga, Ponta Negra e Praia do Sono. Sua mata ainda encontra-se bastante preservada devido a permanência do modo de vida caiçara e as dificuldades de acesso a região.”

- Os principais problemas apontados pelo chefe da REJ: João Fernandes de Oliveira, sargento licenciado do Corpo de Bombeiros, bacharel em turismo, foram: Área decretada como "NON AEDIFICANDI", gera problemas de gestão pela questão do morador tradicional caiçara poder ou não continuar desenvolvendo suas atividades; inexistência de zoneamento; crescente especulação imobiliária e construção de casas de veraneio em seu interior, pressão turística nas vilas caiçaras sem infra-estrutura de receptivo turístico; ausência de saneamento básico, atendimento de saúde, comunicação e transporte comunitário nas comunidades tradicionais; caça e extração de palmito clandestinas; coleta clandestina de caranguejo nas áreas de manguezal, carência de

fiscalização adequada por falta de estrutura funcional, dificuldade em fazer cumprir a lei, mesmo após sentenças judiciais em favor da Reserva

- Segundo o senhor João Fernandes as atividades de rotina são: a emissão de autorizações para construção por moradores caiçaras e a fiscalização ambiental na REJ e em outras localidades do município, principalmente manguezais, geralmente em conjunto com fiscais da prefeitura, do IBAMA e do IEF no Rio de Janeiro. (aqui termina a parte transcrita do Plano de Manejo)

Como apresentado anteriormente, existe um evidente conflito legal em torno da REJ. Torna-se interessante destacar esta questão de acordo com o Plano de Manejo:

“Os objetivos de uma Reserva Ecológica estão descritos na Lei 4771/65 - Código Florestal, e em sua área não se pode produzir nenhum tipo de alteração antrópica. Desta forma a denominação tem causado muita polêmica e dificuldade na aplicação da lei no interior da Reserva, e é praticamente consenso entre os gestores ambientais do Estado do Rio de Janeiro e a comunidade local, incluindo-se a Fundação SOS Mata Atlântica, que cabe avaliar com mais profundidade se a categoria atual atende às necessidades de preservação e conservação dos recursos naturais e culturais da área.

A proposta das comunidades envolvidas é que a unidade permita o seu desenvolvimento sustentável. Enquanto a questão não se resolve, o zoneamento ambiental da REJ definiu uma Zona de Preservação de Vida Silvestre, Zona de Conservação Costeira, com possibilidades de manejo e cultivo pelas comunidades, desde que em bases sustentáveis, e a Zona das Vilas Caiçaras, delimitando o perímetro que pode ser ocupado exclusivamente pela comunidade caiçara.

A polêmica, no entanto, só será resolvida definitivamente pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, pois qualquer modificação em sua categoria ou delimitação terá que ser por meio da modificação da Lei Estadual que criou a Reserva.” (Plano de Manejo, encarte III, pág. 37-38)

As relações entre as instituições responsáveis pela administração e as comunidades locais normalmente se desenvolve mediante conflitos. Como apresentado no capítulo anterior, os habitantes locais reconhecem as instituições muito mais pelos problemas que suas proibições geram do que pelos benefícios que elas podem apresentar. Segundo o Plano de Manejo da APA do Cauruçu ocorre o seguinte: “Quando aplicam a lei por retirada de produtos florestais ou embargam a construção de novas casas, estão impedindo o desenvolvimento das comunidades. Se não o fazem, estão prevaricando. As decisões significativas só podem ser tomadas por instâncias superiores que não têm muito contato com o que ocorre em campo, sujeitas muitas vezes a pressões políticas e econômicas. O resultado é que as comunidades e as agências governamentais vivem em pé de guerra, e sem a colaboração das comunidades, fica impossível garantir a integridade ambiental dos parques e reservas, cuja fiscalização é sempre precária, e onde os pequenos posseiros ou os caiçaras, que vivem no local e tem menos articulação política, são quase sempre os mais prejudicados” (SOS Mata Atlântica 2004, encarte III, página 12).

Portanto, fica claro que realmente não existe uma cumplicidade entre os grupos locais e as instituições de fiscalização. O pequeno número de funcionários dificulta a existência de um contato maior entre as instituições e pequenas localidades, o que permitiria um reconhecimento mais detalhado sobre as realidades locais. Desta forma, as regras seguidas pelos caiçaras se devem muito mais ao medo de uma punição do que pela compreensão sobre a importância de preservar as características ambientais. Como a fiscalização não é eficiente e, de acordo com o depoimento de alguns habitantes de Pouso, é contraditória (pois alguns tem autorização para construir e outros não), os conflitos acabam se tornando inevitáveis e por vezes podem estimular novas formas de conflitos internos à localidade.

Em relação à entrevista com a secretaria de Meio Ambiente da atual prefeitura, não se conseguiu extrair informações mais complexas. Na época da entrevista o corpo político da secretaria havia recém assumido e ainda estava em fase de estruturação e planejamento de suas políticas. Mesmo assim, pode-se fazer uma pequena análise subjetiva sobre esta entrevista. O secretário, senhor Marco Antônio, e alguns de seus assessores aparentaram ter uma visão bem particular e pessoal sobre a localidade de Pouso da Cajaíba. De acordo com seus comentários, a localidade estaria apresentando forte decadência cultural devido a influência do turismo e que alguns de seus

moradores, principalmente os mais jovens, estariam usando drogas e abandonando as atividades tradicionais. É interessante destacar isto, pois fica claro, mais uma vez, que as ações em escala municipal são movidas por relações sociais bem subjetivas e sofrem alterações muito fortes com as mudanças de governo, ficando assim mais dependente dos interesses pessoais dos grupos políticos que chegam ao poder. Neste sentido, também se torna relevante mencionar que o número de eleitores dentro da reserva é bem reduzido, provocando um impacto muito pequeno nas definições do processo eleitoral municipal, diminuindo assim a importância político-eleitoral da região.

A Emergência de Novos Mediadores para o Desenvolvimento Local

Com a intensificação do processo de globalização e com o maior desenvolvimento do meio técnico-científico informacional junto às áreas que antes pareciam isoladas, estão emergindo novas formas de relacionamento entre os atores internos e externos no processo de desenvolvimento local. Definir quais seriam estes agentes numa localidade como Pouso da Cajaíba já é um esforço complexo. Porém, percebeu-se que, ainda assim, este esforço seria insuficiente, pois tornou-se necessário reconhecer os agentes mediadores que, cada vez mais, aparecem nas relações entre os agentes internos e externos. Diversas são as formas como este processo se desenvolve e variados são os novos agentes que vêm desempenhando este papel. A partir do exemplo de Pouso, pode-se apresentar reflexões sobre isto.

Podem ser apontados como exemplos de novos agentes mediadores:

- turistas que desenvolveram redes sociais com os nativos e buscam captar recursos para estimular projetos junto aos moradores locais, aqui considerando também a criação de pequenas ONGs.
- grupos ou agentes interessados em financiar (para nativos ou não) a construção de novos equipamentos para uso dos turistas (como, por exemplo, uma empresa de material de construção).
- grupos de pesquisadores que além de produzir dados queiram desenvolver projetos de desenvolvimento sustentável junto a localidade.
- grupos políticos ligados a governos ou partidos que se interessem por alguma causa local.

Existem inúmeros grupos interessados em financiar e participar direta e indiretamente de projetos de desenvolvimento local sustentável no litoral brasileiro,

ainda mais dentro de uma Unidade de Conservação. Como foi apontado nas unidades 3.7 e 3.8 da presente tese, a emergência de novos interesses numa localidade como Pouso da Cajaíba pode ser relacionada à presença de novos mediadores como os citados acima. Suas formas de ação e os resultados destas ações estão se tornando cada vez mais importantes para o destino destas localidades. Os agentes mediadores podem proporcionar o surgimento de novas redes, aproximando os agentes locais de agentes externos, como grandes ONGs e empresas, ou mesmo importantes figuras políticas.

Por mais diversos que sejam os interesses dos agentes mediadores, os grupos locais têm encontrado em suas ações, novas oportunidades para reconhecer e executar os seus próprios interesses. Um bom exemplo para se pensar nisto é a praia de Martim de Sá, onde uma ONG criada por freqüentadores conseguiu articular uma defesa jurídica para ajudar “seu Maneco” na luta pela posse definitiva da terra onde vive, além de tê-lo ajudado na elaboração e sinalização das regras que devem ser adotadas pelos turistas, freqüentadores da reserva (intermediando as relações entre seu “maneco” e o IEF).

Mais uma vez fica claro que, independente da realização de políticas públicas ou da criação de planos de gerenciamento e manejo, as localidades vão sendo alteradas em seus aspectos físicos e sociais. Compreender as formas e os agentes que participam deste processo de mudança vem se tornando um trabalho cada vez mais difícil.

4.3 - Possibilidades de Utilização da noção de Localidade nas Políticas públicas

A noção de localidade pode contribuir com a execução de políticas públicas de diversas formas, porém este trabalho limitar-se-á a explorar duas possibilidades. Uma é a delimitação sócio-espacial desta noção, que pode ser utilizada para legitimar o repasse de verbas compensatórias e a entrada de projetos sócio-ambientais. A outra é a utilização da noção de localidade como um instrumento que facilitaria os próprios moradores locais a compreender os elemento

eos, a partir do estabelecimento de uma delimitação sócio-espacial. Ou seja, a efiniç

vem ser direcionadas aos responsáveis pela manutenção da geração de serviços ambientais. Na nota de rodapé número 7 do presente trabalho foi apresentado o seguinte: “A legitimidade das políticas de fiscalização e tributação ambiental não é facilmente observada pelo conjunto da sociedade, daí a importância da utilização da noção de localidade como importante legitimadora das políticas ambientais, já que alguns benefícios gerados pela preservação ambiental acabam sendo distribuídos por uma grande região. Porém, a geração destes benefícios (serviços) ambientais podem produzir sérios impactos econômicos e culturais em algumas localidades. Sendo assim, a criação de instrumentos de controle ambiental deve levar em consideração o princípio do protetor-recebedor, apontando as localidades envolvidas na preservação como as

beneficiárias diretas da renda gerada pela tributação ambiental, compensando assim os agentes que conservam os serviços ambientais”.

Torna-se cada vez mais evidente que devem ser criadas políticas de controle sobre o uso dos recursos naturais, visando minimizar os efeitos da degradação do meio ambiente. Porém, a legitimidade destas políticas não é facilmente observada por todos os atores envolvidos. Identificar as áreas e os atores que devem ser beneficiados e os critérios para que ocorra esta compensação é um debate bastante complexo. Dentro deste debate, a proposta de localidade ganha força como legitimadora das políticas públicas ambientais e sociais, a partir de uma definição sócio-espacial que permita melhor reconhecer não só os lugares, mas também os atores beneficiados.

Como foi apresentado anteriormente, a definição espacial é importante para identificar a região em que os benefícios gerados pela preservação ambiental são distribuídos e as localidades que sentem diretamente as implicações econômicas e sociais desta preservação. Por exemplo, nos últimos anos, um número crescente de unidades de conservação vem sendo decretado nos ambientes costeiros, mesmo que sem uma estratégia nacional de conservação bem definida, o que muitas vezes obrigou pequenas localidades a mudarem seus modos de vida para contribuir com a geração de determinados serviços ambientais. Para MORAES (1999), “uma possibilidade teórica genérica de equacionar a problemática em tela é buscar a valoração de base espacial, tendo por eixo a definição do valor dos lugares”. Ainda, segundo esse autor, o lugar é visto como uma unidade de investigação e gestão, uma realidade material físico-biótica e social, cuja denominação obedece ao recorte pelo qual é analisada por seu investigador ou gestor. A localidade é um espaço de produção e reprodução de um grupo humano, “uma possibilidade de uso social com um dado potencial produtivo” (MORAES, 1999, p. 15).

Concordando ou não com a idéia de valoração ambiental, a noção de localidade pode contribuir para medir os custos sociais e econômicos que uma área sofre por adotar determinadas regras preservacionistas, pela simples delimitação das áreas afetadas e identificação dos problemas econômicos que as alterações no modo de vida anterior geraram. Porém, caso haja uma concordância com o princípio da valoração ambiental e conseqüentemente exista reconhecimento sobre o “valor dos serviços ambientais, tais como a provisão de água em qualidade e regularidade apropriada para consumo humano pelos mananciais florestados, a manutenção da fertilidade dos solos pelo controle da erosão, a preservação da biodiversidade (e do potencial biotecnológico) e a proteção

contra mudanças climáticas a longo prazo e existência de áreas para o lazer humano(May 2002)”, fica mais fácil mostrar que os prestadores destes serviços devem receber alguma compensação, financeira ou social.

Por exemplo, se algumas localidades caiçaras foram afetadas por leis que as proíbem de desmatar para plantar ou para utilizar a madeira na construção da canoas (para que assim as futuras gerações habitantes de outros lugares conheçam os ecossistemas florestais tropicais o mais próximo possível do original), é fundamental que estas localidades sejam compensadas por isso e esta compensação deve promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A definição de localidade pode facilitar a implantação do princípio do poluidor-pagador como um dos instrumentos de políticas públicas, para os agentes produtivos poluentes assumirem a responsabilidade pelos estragos que estão sendo causados aos serviços ambientais, como é o caso do imposto florestal cobrado sobre o desmatamento em Minas Gerais, ou mesmo do recém criado imposto sobre a utilização de água na bacia do rio Paraíba do Sul. Este princípio estimula a redução dos impactos ambientais a partir do aumento dos custo na realização das atividades poluidoras, porém também estimula a formulação de uma pergunta: para onde vai o dinheiro arrecadado? A partir de um consenso em torno da idéia de que as áreas sacrificadas para que se realize a proteção dos serviços ambientais devem receber benefícios por isso, pode-se utilizar a noção de localidade debatida aqui. Com uma metodologia (possivelmente a partir da valoração ambiental²¹) que permita apontar os prejuízos sócio-ambientais que o grupo local (e seu território) estão sofrendo, pode-se utilizar a localidade como a beneficiária direta da renda gerada pelo princípio do poluidor-pagador. Desta forma os mecanismos de controle também levariam em consideração o princípio do protetor-recebedor, para que os agentes que conservam os serviços ambientais possam ser recompensados pelo seu trabalho (VEIGA, 2000), como é o caso do repasse do ICMS ecológico no Paraná e em Minas Gerais para os municípios que prestam serviços ambientais. Os municípios poderiam repassar estes benefícios para as localidades realmente envolvidas na geração

²¹ A valoração econômica ambiental tem crescido em importância para a gestão de recursos ambientais, bem como para a tomada de decisões que envolvam projetos com grande impacto ambiental. Esta metodologia permite inserir de forma mais realista as questões ambientais nas estratégias de desenvolvimento econômico, sejam estas locais, regionais ou nacionais. Existe uma crescente possibilidade de obter recursos junto a instituições nacionais e internacionais, que poderiam estimular projetos para melhorar a qualidade de vida de diversas localidades, baseados em metodologias que envolvem as noções de valoração ambiental. Como exemplo disto, pode ser apontado o Protocolo de Kioto. A noção de localidade poderia contribuir neste debate tornando a aplicação e os resultados destes financiamentos mais eficientes.

de determinados serviços ambientais, que assim seriam melhor recompensadas, o que facilitaria sua organização e reprodução social.

A Localidade como um instrumento de estímulo à participação local e ao empoderamento

Atualmente os chamados projetos de desenvolvimento local utilizam muito as noções de participação e, cada vez mais, empoderamento. As instituições financiadoras estão exigindo que as localidades beneficiadas por algum projeto apresentem formas de organização social, como uma associação de moradores, por exemplo. Dentro de um princípio democrático, busca-se legitimar as políticas públicas pela participação local que, através de suas associações, estaria contribuindo com os projetos. A idéia de participação pensada aqui ultrapassa a simples criação de associações e se baseia na necessidade dessas associações serem realmente representativas dos interesses locais. É a partir desta idéia que a noção de empoderamento vem se fortalecendo. Diversas instituições que atuam com preocupações sociais acreditam que os atores locais devem ter capacidade de influenciar no seu destino a partir do maior conhecimento sobre si e sobre os processos que envolvem sua realidade sócio-espacial. Neste sentido estes grupos estariam se empoderando.

Em seu trabalho sobre as unidades de conservação brasileiras Brito (2003) faz um comentário que pode servir como uma boa ilustração para in

este problema. Eventualmente, quando se pretende dar algum caráter

Todos os grupos sociais localizados dentro de uma área de reserva deveriam reconhecer as implicações deste fato para seu modo de vida, porém nem sempre isto é possível. Por diversos motivos, que não só um insuficiente instrumento intelectual, os atores locais têm dificuldades em compreender porque as instituições públicas tomam estas ou aquelas atitudes quanto ao seu território. Acredita-se que um reconhecimento por parte do grupo local sobre os seus direitos e deveres deve ser estimulado pelo próprio poder público, para que suas políticas participativas possam ganhar legitimidade, além de obter melhores resultados.

Para que a idéia de localidade possa ser útil às proposições de políticas públicas, é fundamental que os habitantes locais reconheçam a existência de um capital social e espacial comum e se identifiquem enquanto uma localidade. “A idéia é apresentar a noção de localidade como algo produzido por um tecido social e por um sentimento social comum, que capacita um grupo local a tomar atitudes coletivas na construção de seu espaço e sua paisagem, de acordo com suas necessidades (possibilidades) e com as características físicas de seu território” (capítulo 2).

Como mencionado no capítulo 2, a noção de empoderamento aqui pensada é “o processo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir” (Romano, 2002, p.17). A idéia de relacionar empoderamento com noção de localidade apresentada pelo presente trabalho consiste em afirmar que os habitantes locais devem se auto-conhecer o suficiente para que possam se identificar enquanto uma localidade. Ou seja, a localidade estaria empoderada quando seus habitantes conseguissem reconhecer os elementos que os unem, possibilitando-os a tomar atitudes conjuntas em benefício próprio. Neste sentido, defende-se que existem determinados grupos que compartilham relações sócio-espaciais e se mantêm coesos sem saber os motivos que os levam a ter este comportamento. Porém, quando este grupo local reconhece estes motivos, ele passa a identificar melhor os elementos que devem ser defendidos em conjunto para que a qualidade de vida local se desenvolva ainda mais. Portanto, determinadas políticas públicas poderiam se preocupar em criar uma identificação local (a partir da noção de localidade aqui proposta) para tornar estes grupos locais mais ativos e participativos (empoderados) nas suas formas de desenvolvimento.

É evidente que nem todas as localidades se reconhecem como tal. Algumas apresentam maiores e outras menores níveis de empoderamento. A literatura aponta que tal fato pode derivar da existência de redes sociais internas muito fortes (por vezes familiares), ou de um histórico de lutas que provocaram uma maior organização social. A idéia aqui não é debater a noção de empoderamento ou as formas como isto se manifesta nas comunidades, mas de mostrar que a noção de localidade pode ser pensada como uma possibilidade de estimular este processo de empoderamento.

A produção de estudos, como o realizado pelo presente trabalho, sobre os elementos que podem ser considerados parte do patrimônio (capital) sócio-espacial comum da localidade, se repassados aos grupos locais podem estimular suas formas de empoderamento. Observando o caso de Pouso da Cajaíba, percebe-se que a influência externa foi fundamental para a criação da associação, porém isto não foi suficiente para que esta associação funcione eficientemente e tenha legitimidade junto aos habitantes locais. É evidente que a melhor organização interna deve acontecer, não só pela imposição de agentes externos, mas pela necessidade que as comunidades locais têm de melhor se organizar em torno dos seus interesses comuns. É justamente neste ponto que a idéia de empoderamento pode se juntar com a noção de localidade, para que tanto os agentes externos quanto (e principalmente) os agentes internos possam melhor participar deste processo de organização.

Se as formas de organização local acabam sendo estimuladas por um aumento das pressões externas, nem sempre estas pressões conseguem resultar em melhores formas de empoderamento. Acredita-se que os agentes externos, interessados em estimular formas de organização interna, poderiam mostrar aos habitantes locais a importância destes reconhecerem os elementos de coesão interna e os objetos de luta comum que identificam sua localidade. Ou seja, a noção de localidade pode servir como uma base para projetos que venham a fortalecer formas de empoderamento de pequenos grupos. Por vezes as formas de coesão interna das localidades são recheadas de conflitos, portanto estimular a identificação de patrimônios sócio-ambientais comuns poderia facilitar as formas de organização das localidades.

5- Conclusões

Diversas conclusões foram apontadas ao longo dos capítulos 3 e 4, portanto esta unidade se concentrou apenas em responder os questionamentos iniciais da pesquisa e

fundam uma atividade

portunidades de emprego e maiores salários.
Estas a

o ponto de vista econômico, a redução da agricultura de subsistência e do extrativismo, já que estas atividades ajudam a diminuir o custo de vida. Portanto, percebe-se que a manutenção das atividades tradicionais é importante para a qualidade de vida local. Afirmar que está havendo decadência nas atividades tradicionais é uma verdade em parte, pois além de ainda serem fundamentais para a sustentabilidade da localidade, qualquer projeto que

visar o desenvolvimento da localidade deve levar em consideração o fortalecimento destas atividades, principalmente da pesca. Caso alguns habitantes locais fossem donos de grandes barcos pesqueiros, ou mesmo, se existissem barcos com grande capacidade de pesca geridos de forma comunitária, a renda local aumentaria muito.

A atividade turística apresenta um enorme potencial na localidade, se não para ser a principal fonte de renda, ao menos para ser um importante complemento de renda. Os habitantes de Pouso carecem de cursos de capacitação que permitam uma maior eficiência e rentabilidade junto a esta atividade. O turismo, da forma como vêm sendo implantado, acaba estimulando mais formas de conflito do que de cooperação. A localidade apresenta diversos potenciais turísticos que poderiam ser melhor explorados, caso houvesse uma maior organização e capacitação por parte dos moradores do lugar.

A pesquisa realizada apontou diversos aspectos que caracterizam a existência de uma identidade sócio-espacial coletiva por parte dos habitantes de Pouso, o que configuraria a existência de uma localidade (no sentido apresentado pelo presente trabalho). Mas, por outro lado, a pesquisa também apontou elementos que mostram as dificuldades dos habitantes locais em se compreenderem (se empoderarem) como uma localidade.

Como aspectos que indicam que Pouso da Cajaíba pode ser pensado enquanto uma localidade, destacam-se:

- o compartilhamento de uma trajetória social comum entre as famílias nativas.
- a existência de uma cosmovisão comum, baseada numa percepção particular sobre tempo e espaço compartilhada pelos habitantes locais.
- a existência de aspectos que podem ser considerados como um tipo de capital sócio-espacial comum.
- a identificação de pertencimento a um território comum.
- o compartilhamento de espaços (territórios) comuns como a praia, a roça e a floresta.
- a existência de redes sociais internas muito fortes, derivadas principalmente de relações de parentesco.
- a manutenção de atividades econômicas tradicionais que integram diversos habitantes locais.

Nota-se que existem diversas formas tradicionais de regulação e organização internas da comunidade local, que seguem padrões “naturalmente” estabelecidos ao longo do tempo. Porém, o estabelecimento de formas de organização que sejam

representativas para os agentes externos não tem sido um processo fácil. A criação da associação de moradores local se deu sob pressão externa e até hoje sua representatividade junto aos moradores locais não é forte. Porém, mesmo que de forma desorganizada e lenta (de um ponto de vista externo), a associação apresenta grande potencial para se fortalecer como um importante instrumento para a organização política local.

Enquanto a localidade de Pouso não se articula politicamente, dificilmente as instituições externas vão reconhecer suas reivindicações. Devido a alguns problemas mencionados no capítulo 4, as instituições públicas não conseguem identificar claramente as necessidades das localidades caiçaras. Sem formas de organização que permitam a localidade se articular em torno de seus objetivos comuns, as instituições públicas (IBAMA, IEF e Secretaria Municipal de Meio Ambiente) não têm como identificá-los e, normalmente, suas ações entram em conflito com os habitantes locais.

A elaboração de um estudo sobre as políticas públicas, em relação às populações caiçaras habitantes da Reserva Ecológica da Juatinga, nos leva ao dilema que tem sido apontado por diversos autores (Adams, Brito e Diegues– para citar alguns utilizados no presente texto): deve-se priorizar a conservação do ambiente caiçara e, conseqüentemente, do ambiente “natural” como está; ou deve-se priorizar a preservação do ambiente “natural puro” estimulando a redução das intervenções antrópicas. Ao se observar a realidade do dia a dia de algumas destas comunidades caiçaras, percebe-se uma ausência de linhas claras de ações políticas, em qualquer dos sentidos apontados acima. O que se nota com clareza é uma enorme carência de determinados aspectos culturais e educacionais, que permitam a estas comunidades compreender melhor o significado sobre habitarem uma área de reserva e, principalmente, sobre os processos de especulação fundiária e aumento da dependência externa que vem se processando em algumas localidades.

Como apresentado no capítulo 3 da presente tese, existe uma relação de desconfiança entre o habitantes da localidade de Pouso da Cajaíba e as ações realizadas pelas instituições de fiscalização ambiental. Os habitantes locais alegam não haver coerência nas ações destas instituições e, portanto, questionam suas regras. Durante a pesquisa foram ouvidos comentários como: “Quem tem dinheiro constrói casa na reserva, nós que somos moradores daqui não podemos construir por quê?”. Independente desta questão ser verdadeira ou não, sua afirmação demonstra uma falta

de sintonia entre os caiçaras e as instituições de fiscalização, portanto é interesse de ambos os lados que haja um melhor reconhecimento mútuo.

A chegada do meio técnico-científico informacional em Pouso da Cajaíba tem se acelerado nos últimos anos. Foram instalados, recentemente, redes de telefonia celular e placas de luz solar (fora outros projetos para a região), isto aumentou o interesse de turistas por casas e terrenos na localidade de Pouso da Cajaíba. A oferta de capitais tem aumentado e as casas e terrenos estão se valorizando muito. Fica cada vez mais difícil para os moradores locais resistir ao assédio e a sedução do dinheiro. Os benefícios gerados pela melhoria da infra-estrutura são desejados por todos e o capital para comprar novos bens de consumo vêm se transformando numa necessidade cada vez maior. Desta forma, torna-se urgente uma maior conscientização por parte dos agentes internos, sobre o valor de suas propriedades. Deve haver uma preocupação em desenvolver formas constantes de gerar renda, evitando assim a perda do seus patrimônios sociais e ambientais.

O zoneamento das diferentes atividades territoriais (como o zoneamento ecológico econômico) tem sido apresentado pelos geógrafos como uma forma de contribuição ao equacionamento dos problemas entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Porém estas metodologias acabam se desenvolvendo nas escalas nacional e regional e assim ficam muito distantes das realidades locais. Os mapas resultantes destas metodologias são muito interessantes para orientar as políticas públicas, porém a legitimidade destas políticas pode se fortalecer com uma maior aproximação junto a realidade local.

Percebe-se que a descentralização administrativa tem sido apontada como importante solução para os projetos de desenvolvimento, apesar das políticas públicas continuarem centralizadas. É neste sentido que a presente proposta de localidade pode contribuir, basta que haja uma identificação, por parte das instituições públicas nas diferentes escalas, sobre a existência de unidades sócio-espaciais básicas que possam ser objetos de políticas, bem como fonte de propostas para tais políticas. É evidente que para que isto ocorra é necessário que haja um fortalecimento das formas de organização social local e do reconhecimento por parte dos habitantes locais sobre o seu capital sócio-espacial comum.

Conclui-se ser muito importante que as políticas públicas consigam chegar na escala local, não só na sua execução, mas também na sua elaboração. Analisando o caso estudado, percebe-se que a idéia de participação local não se constrói por uma

imposição externa, porém a compreensão por parte dos agentes externos sobre a existência de formas próprias de articulação interna, que de

Anexo I - Roteiros de entrevistas

A - Roteiro de entrevistas junto aos moradores locais:

- O que você acha da vida em Pouso da Cajaíba? Gosta de viver aqui? Por que?
- O que mais faz você se sentir um morador/habitante de Pouso da Cajaíba? (buscar identificar um passado comum/ sonho mítico/ símbolo de criação)
- Gostaria de se mudar de Pouso? Para onde? Por que? Por que não?
- Você tem percebido alguma decadência nas atividades econômica tradicionais em Pouso? (Quais são as atividades tradicionais da comunidade? - Pesca, agricultura e extrativismo?)
- Qual a importância da caça, da agricultura e do extrativismo para você e sua família?
- Tem percebido mudanças nas tradições culturais de Pouso (ex: em festas e comidas típicas)?
- Você se considera um caiçara? Por que?
- Quais os problemas mais graves de Pouso da Cajaíba?
- Diante destes problemas e da situação atual, você tem achado a comunidade local mais unida ou não? Por que?
- O que você acha da associação de moradores? Existe alguma outra liderança local?
- Você sabe que Pouso (seu lugar) se localiza dentro de uma Unidade de Conservação Ambiental?
- Pode dizer se alguma coisa mudou em sua vida desde que esta região se transformou numa reserva ecológica em 1992?
- A comunidade foi beneficiada com a criação da reserva ecológica?
- O que você acha do IBAMA?(IEF e ONGS, ex:SOS Mata Atlântica)
- Tem percebido o aumento do turismo? Como?
- O que você acha do turismo? Tem trazido coisas boas ou ruins para a comunidade?
- Você acredita que a comunidade local está sendo beneficiada pelo aumento do número de turistas? Como?
- O que acha dos turistas comprarem terrenos e casa dos nativos?
- A comunidade tem sido beneficiada por atitudes do poder público?
- Qual a importância da prefeitura, governo estadual e governo federal para a localidade?

- Quais os benefícios que a recente instalação das placas solares para a geração de luz elétrica trouxe para a comunidade?

B - Roteiro de entrevistas realizado junto ao IBAMA e ao IEF:

- Quais os principais aspectos que garantem a relevância ambiental da APA do Cairuçu e da reserva ecológica da Juatinga?
- Quais os principais objetivos das UCs (unidades de conservação)?
- Qual a percepção que existe sobre as relações entre os habitantes caiçaras e os objetivos de preservação/conservação ambiental dentro das UCs? Existe algum exemplo em destaque?
- Como a Praia de Pouso é percebida pelos agentes (IBAMA – Conselho da APA)? Quais os principais problemas detectados?
- Qual a importância da participação da população local para o sucesso dos objetivos de preservação da biodiversidade?
- Quais as formas de ação diante da construção de novas casas pelos caiçaras?
- Quais as principais estratégias de relacionamento com os moradores locais?
- Quais as principais medidas adotadas para impedir a geração de novos impactos ambientais na localidade de Pouso da Cajaíba?
- Qual a percepção existente sobre o aumento do número de turistas?
- Como são pensados os impactos gerados pelos turistas?
- Quais as ações tomadas diante da construção de novos empreendimentos turísticos?
- Quais os planos para o futuro?
- Qual a importância (política e econômica) para a prefeitura em relação à existência de uma UC na região do Pouso da Cajaíba?
- Quais os principais projetos e planos para o desenvolvimento desta área de Paraty?
- Quais as relações entre a prefeitura e o IBAMA?
- Por que a região de Pouso da Cajaíba ficou de fora do Projeto Orla?
- Qual a percepção, para a prefeitura, sobre as pequenas comunidades caiçaras, como Pouso da Cajaíba, que habitam o Município?
- Quais os projetos (educação, saneamento e emprego) para a localidade de Pouso da Cajaíba?
- Quais os projetos em relação ao turismo para a localidade de Pouso?

- Quais medidas têm sido adotadas para evitar o desmatamento e a expansão desordenada de casas nas áreas preservadas?
- Quais medidas têm sido adotadas para evitar o turismo desordenado?

AnexoII – Fonte Plano de Manejo da APA do Cairuçu:

POUSO DA CAJAÍBA

<i>Historia do bairro segundo os moradores:</i> Segundo Ananias que é nascido no Pouso, sua família e descendentes de escravos. Conta que o bairro foi formado a partir da atividade do porto e lugar de parada onde as pessoas chegavam de barcos ou pelas trilhas e aguardavam para seguir para outros lugares. Nessa ocasião existia um casarão que funcionava como estalagem. Daí o nome POUSO. Havia muito transporte de ouro para a Praia de Martim de Sá. Existe uma lenda de que muito ouro foi enterrado na Martim de Sá, que era a sede de uma fazenda. O dono da fazenda mandava os escravos transportarem e enterrarem o ouro, e estes eram enterrados juntos. Até hoje, quem tenta descobrir o paradeiro desse ouro enterrado, morre. Essa fazenda vivia, além desse ouro, do café e gado. A produção saía pelo mar. Até os anos 70, havia uma estrada que ligava a Martin de Sá ao Pouso. Existem vestígios de trilhos de trem na área da antiga fazenda.
<i>Numero de famílias:</i> 72 e 24 casas de turistas
<i>Numero de famílias que descendem dos primeiros moradores:</i> a maioria
<i>Atividades econômicas:</i> pesca e turismo
<i>Atividade que produz maior rendimento financeiro para a comunidade:</i> pesca e turismo
<i>Embarcações:</i> 48 canoas, 18 barcos motor diesel
<i>Estabelecimentos comerciais:</i> 1 bar e restaurante, na temporada mais 4 de moradores locais. Em 2002 já eram mais de 8 bares
<i>Estabelecimentos de transformação - pequena industria rural:</i> 3 casas de farinha, estão sendo desativadas.
<i>Contribuição que o turismo traz para o bairro:</i> Positivo: dinheiro, informação, maior interesse dos jovens pelo estudo. Negativo: lixo e perda de liberdade no bairro.
INFRA ESTRUTURA
<i>Vias de acesso ao bairro / tipo de pavimentação:</i> mar e trilhas
<i>Transporte coletivo:</i> não tem
<i>Abastecimento de água:</i> mangueira da cachoeira, e 2 redes de água de uma caixa d'água .
<i>Esgoto:</i> fossa negra
<i>Coleta de resíduos sólidos:</i> alguns separam o lixo seco, ensacam e levam para Paraty
<i>Energia elétrica:</i> 12 geradores particulares
<i>Telefone :</i> Sinal de celular e telefone público (2001)
EQUIPAMENTOS PUBLICOS E SOCIAIS
<i>Educação:</i> Ensino até a 4 ^a série
<i>Saúde:</i> não tem
<i>Igrejas:</i> 1 crente e 1 católica
<i>Associação de moradores:</i> criada em outubro de 1999 mas ainda não se estruturou, fato que dificulta muito o trabalho com a comunidade

<i>Atividades que a associação promove:</i> nenhuma
<i>Principais atributos ambientais e culturais:</i> mata e mar
<i>Principais atividades tradicionais exercidas pela comunidade:</i> pinturas de canoas e barcos, redes de pesca e tapetes.
<i>Formas de encaminhamento para a solução dos problemas da comunidade:</i> informalmente na prefeitura.
<i>Maiores problemas que a comunidade encontra no bairro:</i> falta de atendimento medico
<i>Instituições governamentais, não governamentais e ou pessoas que auxiliam a resolver os problemas comunidade:</i> Casal de fora que tem casa no bairro e preparou a documentação da associação de moradores.
<i>Interesse da comunidade para desenvolver atividades que não esgotem ou mesmo recuperem os recursos naturais:</i> turismo
<i>Sabe que este bairro está dentro da Reserva da Juatinga Sim (x)</i>
<i>Sabe o que é APA ? Sabe o que é Reserva?</i> Não sabem a diferença entre APA e Reserva
<i>Madeiras e uso:</i> canela, aricurana para construção de casas
<i>Ervas medicinais:</i> bastante usada pela população local
<i>Conclusão do entrevistador:</i> Os jovens estão bastante dispostos a terem maior conhecimento dessa nova atividade que é o turismo, acham que é o único caminho econômico para comunidade, mas falta profissionalização da atividade turística. Outra questão relevante, é que durante toda a entrevista foi colocado a falta de entendimento entre os moradores do Pouso. Não fazem mais o mutirão, nem mesmo para ações de benefício do bairro. Existe muita rivalidade entre eles e competição. Para os entrevistados, a estruturação da associação poderá melhorar as relações dentro da comunidade, a partir da agilização dos encaminhamentos e soluções das questões do bairro. Como em todas as comunidades visitadas, o isolamento, decorrente das dificuldades de acesso, e o abandono por parte dos órgãos governamentais, coloca essas vilas e bairros em sérias dificuldades de sobrevivência. Entendem que a Juatinga é uma região reservada, que não pode mexer em nada, que é um patrimônio do governo. Perguntam porque que o IBAMA não vai multar os madeireiros da Amazônia, em vez de impedirem eles de tirarem alguns paus para a construção de suas casas. O maior problema atual é a retaliação de posses para venda a veranistas, que vai acabar descaracterizando a vila caiçara que ainda é o Pouso

Anexo III – Fotos:

Bibliografia

- AB'SABER, Aziz Nacib. 2001. Litoral do Brasil. São Paulo: Metalivros.
- ADAMS, Cristina. 2002, Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. São Paulo, Annablume.
- APPADURAI, A. 1995. The production of locality. In: Counter works: Managing the diversity of knowledge/ Richard Fardon. London, Routledge.
- AUGE, M.1994. Não-Lugares – Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas SP. Papirus Editora
- Baley, F.G.1971. "Gifts and Poison". In Gifts and Poison. Oxford: Basil Blackwell.
- BECKER, B.K. 1995. Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Série Gerenciamento Costeiro.
- BECKER, Berta.1996. Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil, in: Yasigi,E., Carlos, A. ,Cruz, R.- Turismo Espaço Paisagem e Cultura. São Paulo 1996, Hucitec.
- BOURDIEU, Pierre. 1989. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues 1999. O Afeto da Terra. Campinas, editora Unicamp.
- BRITO, Maria Célia W. 2003. Unidades de Conservação – intenções e resultados. São Paulo: Annablume: Fapesp.
- BUARQUE, Sérgio C. 2002. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond.
- CARLOS, A.F.A. 1996. O Lugar no do mundo. São Paulo: Hucitec.
- Carvalho, M.C.V. 1940. O pescador no litoral do estado de São Paulo. Congresso brasileiro de geografia. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia.
- DIEGUES, Antônio C. S.1996. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec.
- ELIAS, Norbert. (1976) 2000. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro, Zahar.
- FISCHER, Tânia (org.). 2002. Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade.
- FIDERJ -Estudos Para o Planejamento Municipal em Parati – 1978. Rio de Janeiro.
- FREYRE, Gilberto. 1973. Casa Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Editora livraria José Olimpo.
- FREMONT, Armand.1989.A Região, Espaço Vivido” Coimbra. Ed. Almeida.

GEERTZ, Clifford. "Form and Variation in Balinese Village Structure".in Potter et. Al: Peasant Society : a Reader. Op. Cit.

HAESBAERT, R.2002. Concepções de Território para entender a Desterritorialização. In:Território Territórios/Programe de Pós-graduação em Geografia – PPGeo – UFF/AGB – Niterói.

GEO-BRASIL-2002. Relatório Perspectivas do Meio Ambiente para o Brasil - O ambiente marinho costeiro do Brasil: vetores de pressão, situação, impactos e respostas. Brasília: IEAPM.

HIRSCH, Eric. 1995. Landscape: Between Place and Space” in: The Antropology of Landscape: Perspectives on Place and Space. Eric Hirsch & Michael O Hanlon. Oxford. Clarendon Press.

IBGE, 2002. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - Brasil 2002. Estudos e Pesquisas: Informação Geográfica. Número 2. Rio de Janeiro.

MORAES, A.C.R. 1995- Configuração de metodologia para o macrozoneamento costeiro do Brasil. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Série Gerenciamento Costeiro

MORAES, A.C.R. 1999. Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Hucitec; São Paulo: Edusp.

MAY, Peter H. 2002. “*Valoração econômica e cobrança dos serviços ambientais de florestas: Identificação, registro, compensação e monitoramento de benefícios sociais*”. In: A. Romeiro (org) Anais do Seminário Sobre Informações Ambientais. Embrapa. Campinas.

MAUSS, Marcel. (1974)[1924] Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. Em Mauss, M. Sociologia e Antropologia. VolumeII. São Paulo, EPU/EDUSP.

OLIVEIRA, R.R. 1999. O Rastro do Homem na Floresta: Sustentabilidade e Funcionalidade da Mata Atlântica sob Manejo Caiçara. Rio de Janeiro. UFRJ/Progr. Pós Graduação em Geografia.

PROJETO ORLA: Fundamentos para Gestão Integrada. 2002. Brasília: MMA/SQA; Brasília.

PRITCHARD, E.E. Os Nuer. Editora Perspectiva.

Macrodiagnóstico da zona costeira do Brasil na escala da união/ MMA, UFRJ, FUJB, LAGET. 1996. Brasília: Programa Nacional do meio ambiente.

PNGC II – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II. 2001. Comissão interministerial para os recursos do mar. Brasília.

RATZEL, F. Parte I. Geografia do Homem (Antropogeografia) e II. As Raças Humanas. In Ratzel. Antônio Carlos R. Moraes (organizador)

REDFIELD, Robert 1965. “The little Community as a Whole”. In The Little Community and Peasant Society and Culture. Chicago: The University of Chicago Press.

RELPH, Edward.1980. Place and placelessness. London:Pion.

RIBAS, Marcos Caetano. 2003. A História do caminho do ouro em Paraty, Paraty (RJ) Contest Produções Culturais.

SANTOS, M. 1991- Metamorfose do Espaço Habitado. São Paulo Hucitec.

SANTOS, M. 2002- A Natureza do Espaço. São Paulo: Hucitec.

SAID, E. 1995. Cultura e Imperialismo. São Paulo Companhia das Letras.

SETTI, K. 1985. Ubatuba nos cantos das praias. Estudo do caíçara paulista e de sua produção musical. São Paulo, Ed.Ática.

SILVA, J.G.S.1993. Caiçaras e Jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil. São Paulo, Cemar USP.

SINAY, Laura.2001. Áreas Protegidas e Turismo: Possíveis Instrumentos para a Conservação das Comunidades Tradicionais e da Natureza? Rio de Janeiro EICOS/UFRRJ.

SOUZA, M.1995. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In:Geografia: conceitos e temas, org: Castro, Gomes e Corrêa. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil.

SOS MATA ATLÂNTICA.2004. Plano de Manejo da APA do Cairuçu. Edição em CD.

THOMPSON, EP. 1998. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Comphania das Letras

TUAM, Yi-Fu. 1983. Espaço e lugar. São Paulo: Difel.

VEIGA, F. C. 2000. Análise de incentivos econômicos nas políticas públicas para o meio ambiente – O caso do Icms Ecológico em Minas Gerais. Tese de Mestrado, CPDA/UFRRJ.

VIANA, Oliveira. 1949. Instituições Políticas Brasileiras. Niterói, Eduff.

WOORTMANN, Klaas. (1990). “Com Parente não se Negueia” O Campesinato Como Ordem Moral. Editora Universidade de Brasília.

WEBER, M. “Comunidades étnicas” in *Economía y Sociedad*. México : Fondo de Cultura Económica. 1983. (315-327).